



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO (CEPAE)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)

KELLEN JÉSSIKA STALSCHUS

**Educação infantil frente à violência sexual de crianças: um  
guia formativo para professores**

GOIÂNIA  
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

**Kellen Jéssika Stalschus**

#### 3. Título do trabalho

**EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS: UM GUIA FORMATIVO  
PARA PROFESSORES**

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Documento assinado eletronicamente por **Anna Maria Dias Vreeswijk, Professor do Magistério Superior**, em 16/08/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Kellen Jessika Stalschus, Usuário Externo**, em 16/08/2022, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3119483** e o código CRC **81B00046**.

---

KELLEN JÉSSIKA STALSCHUS

**Educação infantil frente à violência sexual de crianças: um  
guia formativo para professores**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica

Linha de Pesquisa: Práticas escolares e aplicação do conhecimento

Orientador (a): Professor(a) Doutor(a): Anna Maria Dias Vreeswijk

GOIÂNIA  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Stalschus, Kellen Jéssika

Educação infantil frente à violência sexual de crianças [manuscrito] : um guia formativo para professores / Kellen Jéssika Stalschus. - 2022.

134 f.

Orientador: Prof. Anna Maria Dias Vreeswijk.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2022.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

1. Violência Sexual na Infância . 2. Formação de Professores . 3. Atuação na Educação Infantil . 4. Enfrentamento à violência sexual infantil. 5. Ensino na Educação Básica . I. Vreeswijk, Anna Maria Dias, orient. II. Título.

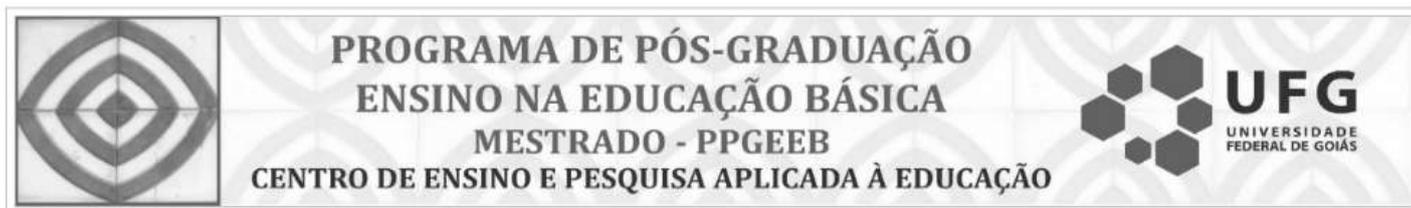
CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano 2022, às 14:30 horas, via teleconferência, foi realizado o Exame de Defesa da Dissertação intitulada **EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS: UM GUIA FORMATIVO PARA PROFESSORES**, e do Produto Educacional intitulado: **Guia para Professores da Educação Infantil: Precisamos dialogar sobre a Violência Sexual na Infância.**, pela discente **Kellen Jéssika Stalschus**, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestra em Ensino na Educação Básica. Ao término do exame de qualificação, a Banca Examinadora considerou a Dissertação e o Produto Educacional apresentados **APROVADOS**.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica

Proclamado o resultado, a Presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

**Profa. Dra. Anna Maria Dias Vreeswijk (CEPAE/UFG) - presidente**

**Prof. Dr. Danilo Rabelo (CEPAE/UFG) - membro interno**

**Profa. Dra. Diane Valdez (FE/UFG) - membro externo**

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

**ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS: UM GUIA FORMATIVO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Anna Maria Dias Vreeswijk, Professor do Magistério Superior**, em 20/07/2022, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Rabelo, Professor do Magistério Superior**, em 21/07/2022, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandson Paiva Ferreira, Coordenador de Pós-graduação**, em 16/08/2022, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3040208** e o código CRC **C1FCCDBD**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Kellen Stalschus pequena. O caminho não foi fácil até aqui. Obrigada por ter aguentado e não ter desistido, não foi fácil. Você se escondeu entre os livros para suportar, sobrevivemos. “Meu ser se abre como um lábio para moscas. Não tenho competências para morrer”. (Manoel de Barros).

Agradeço a escola pública Marília Carneiro Azevedo Dias. Nela, me escondi na biblioteca. Primeiro descobri Alice no País das Maravilhas, daí pra adiante passei os recreios em um universo que deu afago para além do que eu conhecia das leituras eclesiais.

Agradeço a Universidade Federal de Goiás, em especial a Faculdade de Educação, que possibilitou no curso de pedagogia me desprender de minhas amarras e ter contato com o conhecimento científico. Aos poucos, nas disciplinas, fui descobrindo que o meu mundo não era tão “sagrado” assim. As rupturas com o mundo eclesial foram ocorrendo. Não que isso deva ocorrer com todos, mas no meu caso era necessário.

Agradeço ao PPGEED. O mestrado profissional em ensino na educação básica é revolucionário, que possa ganhar mais espaço. Transformou minha formação profissional, acadêmica e humana.

Agradeço minha orientadora Anna Maria, principalmente por ter acreditado em mim e em minha pesquisa.

Agradeço ao professor Dr. Danilo Rabelo e sua generosidade comigo desde o início do mestrado, aprendizados que levarei para vida, cada correção minuciosa, cada fala, gratidão.

Obrigada professora Dr<sup>a</sup> Caríme Rossi da Faculdade de Educação. Foi nas suas aulas, especificamente no projeto “Toda humanidade nasceu de uma mulher” no qual trabalhamos a violência contra a mulher e também contra as crianças, que eu puder compreender muitas minúcias das violências, inclusive a que era praticada contra mim.

Obrigada professora Dra. Jaqueline Veloso, por me apresentar o Departamento de Educação Infantil. O estágio me salvou.

Muito obrigada a professora Dra Diane Valdez que compôs a banca, e foi fundamental para o processo e conclusão desse trabalho.

Agradeço ao Departamento de Educação Infantil - CEPAE-UFG, por me ensinar a pesquisar. Foi nesse espaço que aprendi, desenvolvi projetos e cresci enquanto professora e pesquisadora.

Obrigada Dra. Maria José, Ms. Bárbara, Ms. Adriana e Dra. Milna. A coordenação de vocês me possibilitou voar. Eterna gratidão.

Dra. Ana Rogéria, minha mestra, professora, amiga, agradeço por além de tudo segurar minhas mãos. Ms. Rafaela, amiga querida que me ensina e caminha ao meu lado, me ensinou o grande e imenso valor do mestrado profissional. Ms. Camila obrigada por me ensinar a caminhar, correr nem sempre resolve. Meu dinossauro pra sempre.

Minha querida Dra Rosíris, minha admiração e gratidão por ter acreditado em mim e me ensinado tanto.

Agradeço por todo aprendizado, das mulheres que aqui em Goiânia são referência no que tange a discussão e ações concretas no combate a violência na infância: Dra. Cida Alves e Dra. Marta Lua.

Agradeço ao meu parceiro de vida Franscisetto, que em todo esse período caminhou ao meu lado, me apoiando e incentivando. “Ele escuta a cor dos passarinhos”.

Obrigada mãe Micheline, irmãos Francisco e Maria Julia, família. Resignificamos, reconstruímos e resistimos até aqui. Ao meu pai, meu Bernardo árvore que me viu entrar no mestrado, mas não pôde me ver sair, “virou passarinho foi pro meio do cerrado compor o amanhecer”. (Manoel de Barros)

Agradeço ao Ms. e artista Pedro Amaral por ter participando com a parceria em ilustrar o guia. Sua amizade é um presente.

Aos meus amigos Thays, Washington, Wanessa, Natielly e André, os que conto nos dedos, mas que considero muito, obrigada pelo encorajamento.

Aos amigos do mestrado, aqueles eu que liguei e recebi ligações de encorajamento, sofremos juntos, nos ajudamos. Jaqueline, Glauter, Eduarda, Maria Auxiliadora, conseguimos, estou orgulhosa da gente.

“Fugindo ao sentimentalismo, em todas as páginas, dentro do rigor, está presente a indignação que move a vontade de mudança, com o necessário engajamento de todos aqueles que lutam dentro de todos os seus saberes pela libertação das crianças e dos adolescentes de seus algozes dissimulados.” (Pinheiro, 1989)

STALSCHUS, Kellen Jéssika. **Educação Infantil Frente a violência Sexual de Crianças: Um Guia Formativo para Professores**. 2022. 2013f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) — Programa de Pós Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

## RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida durante o Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do CEPAE/UFG, orientada pela problemática da violência sexual praticada contra as crianças e as possibilidades e os limites da atuação do professor no enfrentamento e prevenção desta violência. O objetivo principal do trabalho é ampliar o debate sobre a importância do preparo do professor de educação infantil para lidar com o combate e prevenção à violência sexual na infância, seja para instruir, denunciar ou atuar nas diversas nuances de prevenção. O método adotado para o desenvolvimento da pesquisa foi o materialismo histórico-dialético de Marx, especificamente o de vertente Vigotskiana. A pesquisa foi composta por múltiplas metodologias que se justificaram principalmente pela característica do mestrado profissional, com o desenvolvimento do produto educacional, o *Guia para professores da educação infantil: precisamos dialogar sobre a violência sexual na infância*, que norteou esta pesquisa. O mosaico composto pela multiplicidade das metodologias aplicadas se inicia pela pesquisa bibliográfica que subsidia a discussão sobre a violência sexual na infância, tornando-se o referencial teórico da pesquisa e também parte integrante do próprio produto educacional, com Saffioti (1989, 2004), Azevedo Guerra (1988, 1989), Vigarello (1988) e Stearns (2006, 2009). A investigação bibliográfica é alinhada à pesquisa documental para validar as informações (LUDKE; ANDRE, 2020) e também a pertinência da construção produto. Para analisar e categorizar os guias e cartilhas já existentes, eles foram submetidos ao método de análise de dados de Bardin (2016). Para a pesquisa empírica, realizou-se a pesquisa ação-crítica, a qual visou à transformação da prática e considerou a voz do sujeito pesquisado não apenas para o registro, segundo Franco (2005), por meio da utilização de questionários; novamente para análise destes aplicou-se o método de análise de Bardin (2006). Com essa pesquisa foi possível realizar o objetivo principal proposto, o produto educacional, tanto em versão física, disponibilizado para a escola-campo de pesquisa e bibliotecas, quanto em versão digital, disponibilizada também gratuitamente em diversas plataformas para acesso de professores.

**Palavras-chave:** Violência sexual na infância. Formação de professores. Atuação na educação infantil. Enfrentamento à violência sexual infantil.

STALSCHUS, Kellen Jéssika. **Early Childhood Education Facing Sexual Violence against Children: A Training Guide for Teachers**. 2022. 2013f. Dissertation Thesis (Master Degree in Basic Education Teaching) –. Postgraduate Program in Basic Education Teaching, Teaching and Research Applied in Education Center, Federal University of Goiás, Goiânia, Go.

## ABSTRACT

This dissertation was developed for the Professional Master's Degree in Teaching in Basic Education of the *Stricto Sensu* Graduate Program of CEPAE/UFG, guided by the issue of sexual violence against children and the possibilities and limits of the teacher's role in confronting and preventing it. The main objective of the work is to broaden the debate on the importance of preparing the teacher of early childhood education to deal with the combat and prevention of sexual violence in childhood, whether to instruct, denounce or act in the various nuances of prevention. The method adopted for the research development was Marx's historical-dialectical materialism, specifically in the Vygotskyian line. The research was composed of multiple methodologies that were justified mainly by the professional master's degree program characteristics, i.e., the development of the educational product, the *Guide for Childhood Education Teachers: we need to talk about childhood sexual violence*, which guided this research. The mosaic composed by the multiplicity of methodologies applied emphasizes the bibliographic research that subsidizes the discussion about sexual violence in childhood, becoming not only the theoretical reference of the research but also an integral part of the educational product itself, with Saffioti (1989, 2004), Azevedo Guerra (1988, 1989), Vigarello (1988), and Stearns (2006, 2009). The bibliographic research is aligned with the documentary research to validate the information (LUDKE; ANDRE, 2020) and the product construction's pertinence. They were submitted to Bardin's (2016) data analysis method to analyze and categorize the existing guides and primers. For the empirical research, we carried out the action-critical research, which aimed at the transformation of the practice and considered the voice of the researched subjects not only for the record, according to Franco (2005), through questionnaires; for their analysis, the method of Bardin (2006) was applied again. With this research, it was possible to accomplish the main objective proposed, the educational product both in physical version, made available to the researched school and libraries, and in digital version, also available for free on various platforms for teachers.

**Keywords:** Sexual violence in childhood. Teacher training. Early childhood education. Confrontation of childhood sexual violence.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 A IMPORTÂNCIA DOS PROFESSORES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS.....</b>	<b>21</b>
1.1 A INFÂNCIA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO...	21
1.2 AS RELAÇÕES DE PODER E AS CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	28
1.3 VITIMAÇÃO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E VITIMIZAÇÃO SEXUAL.....	31
1.4 OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL PRATICADA CONTRA CRIANÇAS.....	36
<b>2 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOCENTES: PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>41</b>
2.1 ANÁLISE DE GUIAS E CARTILHAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	42
2.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DAS PROFESSORAS.....	51
2.2.1 Concepções das professoras sobre violência sexual na infância e o papel da instituição de educação infantil.....	53
2.2.2 Práticas de combate à violência sexual infantil pela escola e professores.....	55
2.3 CONSTRUÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	60
<b>3. PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>64</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é a atuação dos professores frente às ocorrências de violência sexual contra as crianças. O último boletim epidemiológico – até a escrita deste trabalho –, é de 2018 e apresenta um estudo descritivo sobre o perfil das crianças vítimas de violências sexuais no Brasil, os dados apresentados são: que entre 2011 e 2017 foram notificados 58.037 casos de violência contra as crianças, dessas notificações 43.034 (74,2%) eram do sexo feminino e 14.996 (25,8%) eram do sexo masculino. Os anos de idade apresentados pelo estudo são que 51,2% se encontravam na faixa etária de 1 à 5 anos e 42,9% entre 6 à 9 anos. No que tange sobre repetição e onde ocorreu, foi apresentado que 37% dos eventos tiveram caráter de repetição e 69,2% ocorreram na residência da criança. Em relação às crianças do sexo feminino, 75,6% dos casos era apenas um autor, sendo 81,6% do sexo masculino e 39,8% tinha vínculo familiar. Nas crianças do sexo masculino, 72,2% dos casos notificados ocorreram por um autor, 83,7% o agressor era do sexo masculino e 35,4% tinham vínculo de amizade ou conhecimento.

Na relação das questões epidemiológicas e nos apontamentos realizados, percebe-se o homem como agressor majoritário, e as relações intrafamiliares como espaço de ocorrência de violências. Segundo os Parâmetros Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, colegiado vinculado à Secretaria Nacional de dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (Brasil, 2017, p. 22), a escola é um espaço de muita importância para a notificação de violências que ocorrem contra crianças e adolescentes, os profissionais de educação estão próximos as vítimas e podem identificar suspeitas e sinais de violência sexual, para comunicar a instituições responsáveis ou mesmo realizar a denúncia.

Em minhas vivências em posição de pedagoga que atua na educação infantil, percebo importância de abordarmos questões e aspectos sobre a violência sexual na infância, para possibilitar espaços de prevenção e enfrentamento, e assim ofertar condições para que haja discussões acerca da violência sexual na infância e a importância do combate a esse tipo específico de violência.

O tema desse estudo adveio desde minha formação inicial no curso de pedagogia, juntamente com as orientações da Professora Dra. Carime Rossi na disciplina de Estágio I, no qual realizou-se o projeto “Toda humanidade veio de uma mulher”. Naquele momento o Brasil discutia o estupro grupal de uma jovem que havia estado em uma comunidade, e as temáticas de questões de gênero, violência e machismo foram abordadas em sala de aula na qual realizada

o estágio, e foi assim que uma das alunas da instituição comunicou estar sofrendo violência sexual. Desta forma, esse relato continuou dentro da sala na universidade, no qual foi estudado mais sobre o tema, aprofundando sobre a relevância da temática nas escolas.

Diante dessa experiência obtive uma percepção sobre a importância formação de professores como auxiliares no enfrentamento da violência infantil, que apesar de ser avassalador, não é incomum, e foi assim que surgiu o interesse pelo tema, no qual se iniciou como cidadã, depois como estudante, e posteriormente como vítima e sobrevivente da violência sexual infantil.

Durante o ano de 2019 e 2020 estive exercendo minha formação no Departamento de Educação Infantil do CEPAE-UFG, e lá desenvolvi e coordenei projeto de extensão cadastrado na PROEC intitulado “Combate a violência sexual na infância”, nesses dois anos houve atividades voltadas as crianças, famílias e formação de professores. Com a execução das atividades conseguiu-se discutir sobre a violência sexual na infância entre as famílias, comunidades e docentes, no qual teve extrema relevância e propulsionou um debate inclusive para as crianças em relação à autodefesa delas. O tema é minha resistência na prática pedagógica é também um enfrentamento não somente enquanto docente, mas enquanto cidadã e sobrevivente da violência sexual infantil.

Diante dessas vivências questiona-se como os profissionais devem se pontar diante de uma situação de violência sexual denunciada em uma instituição de ensino? Como os professores de Educação Infantil podem „diagnosticar“ casos de violência sexual cometida contra as crianças? Se os educadores consideram essa demanda como parte da sua função? Na formação de professores existe uma preparação para lidar com vítimas de violência sexual na infância ou mesmo com a prevenção? Nesse sentido, o problema de investigação desta pesquisa é a violência sexual praticada contra as crianças e as possibilidades e os limites da atuação do professor no enfrentamento e prevenção desta violência.

O objetivo principal do trabalho é ampliar o debate sobre a importância do preparo do professor de educação infantil para lidar com o combate e prevenção à violência sexual na infância, seja para instruir, denunciar e atuar nas diversas nuances de prevenção, na criação do guia formativo para professores de educação infantil. Os objetivos específicos são validar questões sobre o enfrentamento a violência sexual cometida com crianças, denotando criticamente esse fenômeno da violência sexual contra as crianças, suas consequências, limites e possibilidades de combate pelo professor de educação infantil.

O método adotado para o desenvolvimento da pesquisa foi o materialismo histórico dialético, compreendendo os escritos de Marx e seu método de maneira não ortodoxa. Marx e

Engels em *A ideologia alemã* (1845-46), afirmam que: “A causa não está na consciência, mas no ser. Não no pensamento, mas na vida; a causa está na evolução e na conduta empírica do indivíduo que, por sua vez, dependem das condições universais”.

Nesse sentido, a reflexão realizada por Netto (2011, p. 9-59) aponta que a pesquisa fundamentada no método marxista considera a complexidade dos fenômenos, pois são analisados em movimento e historicamente, compreendidos dentro de determinados contextos, de suas contradições e dos fatos que os trouxeram à atualidade. O mundo e os fenômenos são analisados como processos em movimento, não como algo acabado, por isso a importância de ressaltar a dialética.

A teoria é para Marx a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa, ou seja, a teoria tem a realidade como fundamento (NETTO, 2011, p. 21). A realidade existe como totalidade, não necessitando do sujeito para reafirmá-la, ela simplesmente existe. Por isso é necessário partir de uma realidade histórica, que existe como pressuposto, na compreensão de que, essa realidade está em movimento e consistindo em contradições.

Para o desenvolvimento do trabalho, como referencial teórico, foi utilizado a teoria da psicologia soviética histórico-cultural, especificamente a de vertente Vigostkiana, fundamentada no materialismo histórico dialético de Marx, que compreende o desenvolvimento humano intrinsecamente relacionado às condições objetivas da organização social no qual o indivíduo pertence. Que considera o contexto social, a historicidade do sujeito e suas relações sociais, econômicas e culturais. Esse referencial nos faz compreender a importância dos conceitos e de seus percursos históricos, bem como os desdobramentos de seus sentidos na sociedade atual e suas contradições. Assim, a pesquisa empregará os conceitos de infância, violência sexual, desenvolvimento biopsicossocial da criança e de contexto escolar, bem como a concepção do professor como mediador do conhecimento, fundamentados na teórica histórico-cultural sustentada por Vigotski (1983, 1999, 2018).

Prestes (2010, p. 35-36) em sua tese de doutorado que traduz do russo obras de Vigotski e se debruça a entender aspectos importantes na tradução brasileira, afirma que o que interessava ao Vigotski do marxismo era o método, e que para o Vigotski a psicologia como ciência se tornaria verdadeira a medida em que iria se tornar marxista, para desvendar a natureza social do desenvolvimento das funções psíquicas superiores dos seres humanos. Compreendemos que Vigotski iniciou com esse pensamento inaugurando a psicologia histórico cultural, que receberia ainda muitas contribuições de outros pesquisadores da época.

A pesquisa realizada foi composta por múltiplas metodologias que se justificaram principalmente pela característica do mestrado profissional e desenvolvimento do produto

educacional, sendo este o que guiou esta pesquisa. As metodologias utilizadas aliaram-se de maneira que não se contraporão, mas se complementaram para compor juntas com os dados recolhidos da realidade empírica a construção do guia para professores de educação infantil para o enfrentamento da violência sexual na infância.

Zaidan e Ferreira (2018), ao abordarem questões sobre o mestrado profissional, apresentam aspectos importantes sobre a configuração dessa determinada estrutura de pós-graduação, também sobre os limites e possibilidades na criação do produto. Conforme as autoras, a especificidade do mestrado profissional é o produto educacional, que pode reverberar em uma pesquisa na qual o contexto acadêmico possa produzir um retorno à comunidade.

Nesse sentido, não há um esvaziamento metodológico, visto que um dos objetivos do mestrado profissional é devolver para a própria prática elementos que possam transformar a realidade. Dessa forma, existe uma fundamentação teórica e metodológica que embasa a relação dialética entre teoria e prática. Nesse sentido, há um diálogo com a escolha do método e da metodologia de pesquisa.

O mosaico composto pela multiplicidade das metodologias aplicadas se inicia pela pesquisa bibliográfica que subsidia a discussão sobre a violência sexual na infância, se tornando o referencial teórico da pesquisa e também parte do próprio produto educacional. É alinhada a investigação bibliográfica a pesquisa documental “para validar informações” (LUDKE, ANDRE, 2020) e também validar a pertinência da construção produto. Para analisar e categorizar os guias e cartilhas já existentes, foram submetidos ao método de análise de dados de Bardin (2016). Para a pesquisa empírica, realizou-se a pesquisa ação-crítica, na qual visou à transformação da prática e considerou a voz do sujeito pesquisado não apenas para o registro, segundo Franco (2005), mas também para construção e desenvolvimento de ações que levam o conhecimento. Os questionários foram utilizados e novamente para análise deles aplicou-se o método de análise de Bardin (2006). A escrita do produto educacional o „*Guia para professores da educação infantil: precisamos dialogar sobre a violência sexual na infância*’ se deu por todas essas metodologias, sendo que todas foram de extrema importância e fundamentais para a criação de todo o conhecimento a ser repassado por meio do produto educacional.

O produto desta pesquisa não foi o resultado final da dissertação, mas o construto mútuo causa e resultado da investigação. Orientou os objetivos da pesquisa teórica e foi o objetivo norteador. Embasado teoricamente na fundamentação teórica da dissertação, na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e na pesquisa ação-crítica para a produção do produto, escrita de dissertação e produto ambos não dicotomizados, se complementam em uma relação de teoria e prática na educação básica, dialógico e dialético.

O produto educacional *„Guia para professores da educação infantil: precisamos dialogar sobre a violência sexual na infância’* se destina a formação e orientação dos professores de educação infantil para a atuação diante da problemática apresentada, que é a violência sexual infantil, com um grupo específico de professores, que será a instituição campo de pesquisa e também na distribuição digital gratuita do produto em diversas plataformas digitais.

Para a escrita do guia formativo foi necessário, estar fundamentado teoricamente na investigação bibliográfica da pesquisa, na pesquisa bibliográfica para o produto educacional, que teve como embasamento os autores Pasquallini (2010), Martins, Abrantes e Facci (2020), Brasil (2017) e nas Legislações relacionadas a violência sexual, realizando também a pesquisa documental em cartilhas e guias, voltados para a problemática da violência sexual na infância com os dados apresentados pela pesquisa-ação-crítica.

O levantamento bibliográfico foi sistemático, buscou encontrar obras que fizessem uma leitura crítica e histórica a respeito da violência sexual em diálogo com método da pesquisa, nesse sentido a violência sexual cometida contra as crianças é abordada de maneira histórica, compreendendo a sua perpetuação na sociedade capitalista vigente. Para tal, recorreu-se a Saffioti (1989, 2004) que advém de uma perspectiva marxista e feminista, contextualizando o capitalismo, as relações de gênero e de classe, o racismo e as relações adultocêntricas da sociedade ocidental, enfatizando o contexto especificamente das relações de poder adulto-criança, que são as relações adultocêntricas. Por meio dessa concepção, compreende-se os sujeitos abordados em sua completude, ambos historicizados na materialidade das relações.

Azevedo e Guerra (1988, 1989), autoras feministas que atuaram para disseminação do tema da existência da violência sexual contra a criança no Brasil e para suas possibilidades de combate, também foram referência para esta pesquisa, com a ênfase, não apenas para casos extremos de violência, ou seja, os casos brutais, mas também a explicitar as nuances e diversas formas de ocorrer a violência sexual, principalmente no ambiente intrafamiliar e doméstico. Suas análises permitem compreender a questão da violência sexual por um viés que enfatiza o dano sofrido pela criança e que percebe o fenômeno não de forma generalizada e simplista, mas que busca conhecer a real situação das vítimas.

Utilizou-se também para contextualização histórica, dois importantes autores que abordam a questão da história da violência, história da sexualidade e história do estupro, são eles: Stearns (2006, 2009) que aborda a história da infância mundial, trazendo aspectos importantes no que tange a percepção de cultura e tempo de outros momentos e olhares diversos

sobre a infância, também o questionamento sobre o que consideramos infância na atualidade diante da transformação do tempo sociedade e cultura.

Vigarello (1988) contextualiza a história do estupro, com uma obra necessária, clássica e pontual, no qual sinaliza momentos históricos importantes com conceitos indispensáveis para compreensão do todo, o marco da igreja católica, o tratamento do crime de estupro francês, e a evolução para criminalização. Os autores se complementaram para construção histórica da violência sexual na infância.

Segundo Ludke e André (2020, p. 44-52), a técnica de análise documental, é uma abordagem importante referente à análise de dados qualitativos, dentro da pesquisa pode ser utilizada por vários motivos: desde complementar informações já adquiridas com outras técnicas, ou mesmo para revelar novos aspectos de um problema. Os documentos são fontes de evidências e podem fundamentar e complementar posicionamentos do pesquisador. Para o trabalho em questão a pesquisa documental irá analisar os materiais que já foram produzidos para subsidiar a produção do produto dessa dissertação, com informações que não serão repetidas, e sim atualizadas, inovando em relação à formação do material destinado especificamente para professores de educação infantil para o enfrentamento e ações efetivas em relação à violência sexual praticada contra crianças. Para tanto, foi utilizada o método de análise de conteúdo de Bardin (2016), em específico a análise temática dedutiva.

Conjunto de técnicas da análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ reprodução/ (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016. p. 48).

A análise documental será das cartilhas guias e cadernos já publicados, pesquisados em periódicos, sites, bibliotecas públicas, ONG's, sites governamentais ou não. Inicialmente a regra é que tenha informações sobre o tema da violência sexual infantil ou juvenil, não sendo necessariamente destinado à formação de professores. No segundo momento todo documento encontrado passasse pelo crivo de análise dedutiva, que considera a priori a identificação a revisão da literatura, ou seja, a fundamentação teórica, e na constituição do corpus as regras da: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Após esse crivo uma nova seleção de documentos e uma categorização, considerando sempre a fundamentação teórica para as análises dos temas.

A pesquisa ação-crítica foi realizada em uma instituição filantrópica de educação infantil de Goiânia da zona norte. Sendo aplicado as professoras um questionário. Para Franco

(2005), na pesquisa-ação-crítica o participante da pesquisa não é mero entrevistado, mas sujeito que não é vazio de sentido, que para além do registro é participante da experiência e construção cognitiva que decorre do processo coletivo do saber. O primeiro questionário aplicado as participantes, não apenas será analisado, mas junto a ele construído o produto educacional.

Para a análise de dados do questionário realizado com as participantes da instituição, no campo será empregada também a análise de conteúdo de Bardin (2016), com a unidade de registro temática, que busca descobrir os núcleos de sentido da fala nos questionários, decompondo o material em categorias para expor os sentidos encontrados na análise. As informações serão analisadas por etapas, sendo realizadas com a exploração do material e tratamento dos resultados, de maneira dedutiva e a categorização dos dados dos questionários, na busca por inferências que contribuirão para construção do produto educacional.

O segundo momento da pesquisa campo, iria ser a priori uma reunião através do Google

Meet após a leitura e uso do produto compreendendo as possíveis condições de ações pedagógicas inclusas na pandemia mundial do Covid-19, para uma conversa e devolutiva dos professores, mas não foi possível e ocorreu de maneira assíncrona novamente por meio de questionário por GoogleDocs, após a leitura prévia das participantes da primeira versão do guia.

É relevante descrever o contexto no qual esta pesquisa foi desenvolvida, no cenário da pandemia mundial de Covid-19 e o modo no qual foi conduzida. Contando que essa pesquisa abordará violência de poder e pedagogia da violência, não pode silenciar-se a um momento histórico no qual escancarou-se uma política de morte e crianças na qual esse trabalho aborda, estiveram desprotegidas em muitos sentidos. Não relatar tal fato seria abster e isentar de um posicionamento em um momento no qual a saúde pública e a educação do país estão em desmonte, tal como as minorias em constante ataque pelo atual governo vigente.

A priori a pandemia de Covid- 19 que foi ignorada inicialmente, trouxe uma avalanche de fake news que se propagaram pelo país, atrasando medidas sanitárias importantes de distanciamento social, que culminou em uma maior propagação do vírus, uma era de desinformação, e uma constante luta da área da saúde para conscientização da população contra a desinformação propagada ferrenhamente. Infelizmente o resultado do não seguimento de protocolos elevou o número de mortos no Brasil e também o número de infectados. Em 2021 é noticiado que o Ministério da Saúde negou ao menos cinco ofertas de vacina da Pfizer, que significariam milhões de doses, segundo o jornal EL Pais (2021). Julho de 2021, estamos com aproximadamente com 555.460 mortos vítimas da Covid- 19, para qual o Brasil já tinha recebido uma oferta de vacina.

A pandemia alterou itinerários dessa pesquisa, mas não impediu que ocorresse, a pesquisa de campo presencial deu lugar ao questionário online, ponto nesse momento também a crescente demanda do Ensino EAD, não apontando juízo ou justificativas, mas colocando a sua existência, e se apresentando como uma possibilidade para o andamento da pesquisa realizada, sendo que essa se desdobrou bem, pois mesmo diante das dificuldades todas as participantes responderam os questionários.

Outro aspecto a ser ressaltado enquanto escola campo e ensino EAD ou Ensino Remoto é que a pandemia colocou o mundo em isolamento, e a instituição de educação infantil também, diante desse cenário é extremamente necessário realizar a defesa do ensino presencial na primeira infância, pois ele só é possível de ser feito presencialmente, e diante desse cenário muitas crianças não puderam frequentar a escola, convivendo por mais tempo com seus alcoses, sem terem um ambiente no qual possam relatar algum tipo de violência sofrida. Infelizmente o atraso nas vacinas, o descaso com as vidas, tornou ainda mais extenso o tempo de espera. Algumas escolas particulares com medidas restritivas de cinquenta por cento de alunos por turma ou por meio de escalonamento estão retornando, o Fórum Goiano de Educação Infantil (2021, p. 3) emitiu uma nota de posicionamento:

Neste cenário, de extrema tensão e riscos, situa-se o debate sobre o retorno das atividades educacionais presenciais na Educação Infantil. O Fórum Goiano de Educação Infantil considera importante assinalar que no caso da primeira etapa da Educação Básica, isto é, da educação de crianças de zero até seis anos de idade, ocorrida em instituições não domésticas (Brasil, 2009), denominadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) de creches e pré-escolas, a Lei nº 14.040/2020 assegurou a não obrigatoriedade dos estabelecimentos cumprirem os 200 (duzentos) dias letivos, assim como a carga horária mínima de 800 horas. Deste modo, ficou reconhecida a especificidade desta etapa educativa e o efetivo trabalho educacional que pode ser desenvolvido por seus docentes nas diversas instituições.

Diante de tudo afirma-se novamente a necessidade da pesquisa e do produto educacional. No decorrer do trabalho a realidade dos dados epidemiológicos, que apontam para grandes índices de violência sexual contra crianças que ocorrem por parentes e pessoas que convivem próximas as famílias (vitimização/estado de sítio). O produto educacional destinado à formação de professores poderá de alguma forma gerar possibilidades de ações combativas no retorno presencial, que o produto seja divulgado virtualmente e disponível gratuitamente por meio das mídias sociais, plataformas digitais, sites de buscas de pesquisas e difundidos de diversas formas através da tecnologia. O distanciamento social intensificou atividades remotas e tecnológicas, que já eram uma tendência na formação inicial e, principalmente, continuada de

professores. O Guia formativo em formato digital é também uma adequação às práticas desse modo de formação.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo abarca a discussão sobre as relações de poder que perpetuam a violência sexual contra as crianças, os conceitos de vitimação sexual, vitimização sexual e exploração sexual, por último a relação dos professores de educação infantil e a atuação pedagógica frente ao crime da violência sexual praticado contra as crianças. Neste capítulo também apresentamos a infância vítima de violência, primeiramente o percurso em relação à violência sexual de crianças e sua perpetuação na atualidade, apontando de maneira histórica a sua continuidade. O sentido não foi trazer todo o percurso histórico, mas sim reafirmar o posicionamento do trabalho e sua cosmovisão diante da problemática apresentada.

Já o segundo capítulo versa sobre a pesquisa documental realizada com os guias e cartilhas que abordam questões sobre a violência sexual de crianças e análise de dados dessa pesquisa documental. Também no segundo capítulo é descrito a pesquisa campo, os questionários realizados com as participantes da instituição campo, as análises e resultados sobre os questionários e o resultado final que será imprescindível para construção do produto educacional e também a avaliação do produto realizado pelo conjunto de professoras e coordenadora. Por fim, como terceiro capítulo, é apresentado o produto educacional, resultado da pesquisa e conjunto da dissertação de mestrado.

## **1 A IMPORTÂNCIA DOS PROFESSORES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS**

Compreender a violência sexual infantil e estabelecer relação com a necessidade da atuação de professores de educação infantil frente à violência sexual de crianças, parte a priori do conhecimento histórico do fenômeno, a problemática não é atual. O fenômeno possui raízes profundas que abarca uma historicidade. Portanto, faz-se necessário uma contextualização histórica para identificar a sua complexidade na atualidade, para então formular uma proposição para o enfrentamento e prevenção pelos professores de educação infantil em suas práticas educativas, através do produto educacional sustentado por esse trabalho.

Durante o decorrer do capítulo apresentar-se as relações de poder, principalmente da sociedade ocidental, relações estruturadas pelo capitalismo, patriarcado, racismo e pelo adultocentrismo. Na relação adulto-criança, para explicar a opressão do poder exercido pelo adulto na violência sexual e no silenciamento imposto as crianças e na objetificação destas, ao não considerar a sua humanidade e enquanto objeto utiliza-las para satisfação de seus desejos. Para tanto, contextualizar-se-á a diversidade da violência sexual praticada contra as crianças e como elas ocorrem, versando entre a vitimação sexual, exploração sexual e vitimização sexual infantil.

Diante da diversidade de violência sexual praticada contra as crianças e da transversalidade de ocorrências na qual ocorrem na sociedade, será apresentado a atuação pedagógica do professor de educação infantil como uma possibilidade de enfrentamento, não ocultando-se os limites de atuação frente a acontecimentos que podem fugir do alcance e domínio desses.

### **1.1 A INFÂNCIA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA**

Para compressão da necessidade da atuação de professores de educação infantil frente à violência sexual na infância, é necessário reconhecer que esse é um problema de raízes profundas e com diversos desdobramentos, com um percurso singular que explicita o caminho da violência sexual de crianças e a necessidade de organização para o enfrentamento desse crime.

O processo de violência sexual praticado contra as crianças possui raízes de ordem

social e histórica, é sobre esse eixo que esse trabalho se debruça, sobre a historicidade do problema. Azevedo e Guerra (1998, p. 17-29), realizam a contextualização acerca das práticas sexuais que ocorriam entre adultos e crianças, utiliza-se o nome „prática sexual“ para situar que em determinados tempos históricos não era considerado violência sexual o envolvimento de crianças em ações sexuais.

Portanto, a trajetória histórica das relações sexuais que envolvia adulto-criança passa uma circularidade em relação à concepção de aceitação e condenação, termo utilizado pelas autoras para abordar a totalidade de uma maneira não simplista em relação às práticas sexuais que envolviam crianças e adultos e o posicionamento da sociedade situada em um determinado tempo histórico, diante desse acontecimento, compreende-se a existência de múltiplas visões sobre a realidade a depender do sistema cultural e social e histórico no qual o indivíduo estava inserido. Existia no mínimo uma naturalização e no máximo uma idealização, das relações adulto-criança. Salientando que existiam diferenças específicas entre as diversas vertentes históricas (AZEVEDO, GUERRA, 1998).

Desta forma, segundo as autoras, na Grécia Clássica fez se presente à exaltação da relação entre mestre-discípulo. Na tradição judaica, existia a proibição em relação à sodomia com crianças a cerca de nove anos, mas concomitante a essa proibição à existência de um silêncio em relação a incestos, principalmente na ocorrência de incesto pai-filha. O silêncio também permeava o casamento e concubinato com mulheres-crianças, que eram prometidas (AZEVEDO, GUERRA, 1998).

Em outra obra de Azevedo e Guerra (2001, p. 30), é abordado aspectos míticos sobre a infância na Grécia e no período judaico, ressaltados em outro momento histórico concepções míticas sobre a infância. Na Grécia é explanado o mito da criança fatal, que seria a criança envolvida em alguma situação específica na qual desempenharia poder maior sobre o pai, avô, tio, e teria autoridade sobre ela, nesse caso a autoridade sobre a criança, os pais, tinham o assassinato justificado e defendido por essa ordem. Na tradição judaica o mito da criança sacrificial era presente, esse mito se refere a total sujeição dos filhos aos pais, a obediência ao limite extremo, uma espécie de desumanização da criança para satisfação total do pai, por isso a presença do silêncio em relação ao incesto pai-filha.

[...] o pressuposto da desumanidade do ser mulher, na medida em que em vez de pessoa era concebida como propriedade sexual do homem, um objeto, e enquanto tal despojada de atributos inerentes ao ser humano. Por assimilação, o menino grego passava a ser concebido também como propriedade sexual objetalizando-se. (AZEVEDO, GUERRA, 1989, p. 20).

Em diferentes culturas da Antiguidade (na grega, judaica, babilônica, persa, entre tantas outras), havia um pressuposto comum: a desumanização da mulher. A mulher enquanto propriedade sexual do homem, fazendo com que o casamento forçado, a prostituição e o estupro de meninas fossem tolerados e praticados em diferentes culturas.

A reflexão que Saffioti (1989, p 13-21) realiza é no sentido da diversidade das práticas de dominação, nas diferentes culturas, e que se modificaram durante o tempo, e hoje são representadas pelo capitalismo, dominação de gênero, racismo e adultocentrismo. Por exemplo, uma mulher sempre poderá ser vítima de violência, mas dependendo de sua condição financeira, social, ou mesmo sua cor, essa possibilidade é maximizada. Isso tende a ocorrer com crianças, a depender do sexo, cor, capital financeiro a qual pertencem. Existe uma influência na violência que será sofrida, mas a história apresenta que mulheres e crianças estão mais vulneráveis a elas.

Abordar a violência sexual na infância, é a priori afirmar a existência de uma infância. Stearns (2006), compreende o conceito de infância ao perpassar sobre a história mundial da infância e contextualizar historicamente os processos sócio histórico e culturais em diversas sociedades, e sobre o conceito de infância em relação à criança o autor afirma que “é mais fácil tratar historicamente” (STEARNS, 2006, p.13). Essa afirmação faz com que a sua explicação sobre os registros deixados por crianças e adultos, mesmo que não houvesse uma denominação de infância, mesmo assim foi possível reconhecer registros de adultos sobre uma estrutura de infância em cada cultura. Afirmando que houve mudanças nas condições de crianças e natureza da infância, papéis e funções nas relações dos adultos. Essa premissa também se aplica as questões das violências praticadas contra as crianças, mesmo que ainda não houvesse um conceito definido sobre ele.

A infância pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade ou de um tempo a outro. Algumas sociedades admitem o trabalho da maior parte de crianças pequenas, e, com frequência, trabalho pesado. Outras sociedades ficam chocadas com esse tipo de violação da inocência e vulnerabilidade infantis. Para Algumas sociedades as crianças deveriam ser felizes. Para outras, embora, não defendendo crianças infelizes, essa preocupação parecer estranha. Algumas sociedades admitem que grande parte das crianças pequenas morrerá, e tendo em vista esse fato organizam sua relação com a infância, incluindo a forma como discutem a morte de crianças. Algumas sociedades acham bebês encantadores, outras comparam-nos a animais. Algumas sociedades aplicam rotineiramente disciplina física nas crianças, outras ficam chocadas com isso: indígenas americanos, no século XVII, ficaram horrorizados com as surras que os imigrantes europeus davam nos filhos. Algumas sociedades admitem que a infância termina por volta da puberdade, e há muitos exemplos de grandes reis e conquistadores que começaram suas carreiras na adolescência, como Alexandre, o Grande (STEARNS, 2006, p. 12).

Azevedo e Guerra (1988, p. 21-29) <sup>1</sup>realizam um apanhado histórico a partir da condenação da igreja para as práticas sexuais entre adultos e criança. Nesse contexto para a igreja apresenta-se a violação do corpo da criança como pecado, a criança é concebida como santificada e pura, nasce nesse contexto uma idealização romântica da infância, símbolo da inocência e do sagrado. A igreja católica fundamenta uma perspectiva de sexo apenas para os fins de procriação, um marco em relação à repressão sexual também ocorre nesse momento, portanto o incesto e práticas sexuais com crianças em meados do século XVII são condenados pela igreja. Os anos decorrentes ao próximo século também sistematizam aspectos importantes para contextualização.

Com a redução do poder temporal da Igreja, a força da condenação moral das práticas sexuais adulto-criança ficou sensivelmente reduzida tendo que ser assumida pelo Estado através de seu sistema jurídico. É o advento da criminalização do fenômeno. (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p.21).

Dessa forma, havia nesse momento histórico um conceito de violência sexual contra a criança. Todavia a tendência nesse momento era o foco no autor da agressão, no ato tido como desviante, mas embrandecido por denominar como uma natureza bruta de quem a praticava, salientando também o viés patológico voltado para o autor da agressão.

Em contraposição para a vítima, o mito da criança pura e santificada se transformava no mito da criança perversa, que se contrapõem em completo. A vítima nesse contexto, situado pelas autoras, era transformada em réu, vista como uma pessoa capaz de seduzir, portanto, culpada pelo crime que lhe havia ocorrido. Sendo assim, as autoras pontuam que “hábil estratégia destinada a condenar a prática sexual adulto-criança, através do mecanismo de *culpar a vítima*.” (AZEVEDO, GUERRA 1989, p. 21). Esse processo denominado de vitimologia.

É no bojo dos movimentos sociais da segunda década deste século, de proteção dos direitos da criança e de emancipação da mulher que o relacionamento sexual adulto-crianças sofre uma reconceituação, agora de natureza contra-ideológica: passa a ser concebido como vitimização da criança – mais específica e frequentemente da mulher-criança – por um adulto quase sempre do sexo masculino. O termo vitimização traz a marca da ênfase na vítima. Ao contrário da vitimologia, porém, é uma ênfase não culpabilizante e sim emancipatória. A vítima não é concebida nem como ser inocente nem como ser demoníaco e sim como ser humano, como sujeito de direitos que não podem ser violados impunemente. Da mesma forma o agressor passa a ser concebido não mais como um monstro ou um pervertido e psicopata, mas como um homem comum. (AZEVEDO, GUERRA, 1988, p. 22).

---

<sup>1</sup> Base da discussão tratada pelas autoras: Phillippe Ariés (1981), Jacques Denzelot (1980) e Jean Delumeau(1980).

Azevedo e Guerra (1988, p. 22), apontam no percurso histórico o adultocentrismo, e a concepção que prima a violência de mulheres e crianças diante de uma sociedade patriarcal, de dominação, e de relações assimétricas, nas quais crianças são dominadas. Mas a partir do século XX, segundo as autoras, com o crescimento da psicologia, pediatria e outras áreas voltadas aos direitos da criança, a vitimização sexual inicia seu processo de visibilização, mesmo como todas as contradições e percalços existentes no processo de combate a vitimização sexual de crianças. Nesse sentido as autoras apontam para a primeira designação da palavra vitimização que era se opor à vitimologia.

Vigarello (1988), constrói em sua obra *“História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX”*, desdobramentos a partir do século XVI até o século XX, sendo o contexto da França abordado a priori, a Europa como um todo é citada também, o que não invalida as discussões em uma amplitude geral, principalmente para relacionar a perspectiva atual do ocidente sobre a violência sexual de crianças. Em relação ao marco referenciado por Azevedo e Guerra (1998), no século XVII, que identifica as relações sexuais adulto-criança, o crime de incesto era pecado de blasfêmia para a igreja e tinha consequências para o agressor e para a vítima de estupro, os desdobramentos eram menores para a vítima, mesmo que ela tivesse realizado a prática contra a sua vontade, pois ela estava envolvida em um ato de pecado.

Nesse sentido, segundo Vigarello (1988) penalidades diferentes eram aplicadas a ambos, agressor e vítima. Em relação à sensibilidade do estupro, o autor marca o início do século XVIII para apontar que o estupro já aparecia condenado nos textos, mas que a prática as ocorrências de estupros eram pouco penalizadas, esse crime era considerado como outro qualquer. O autor ressalta que diante da falta de pecado para o estupro, pela perda de poder da igreja, nos julgamentos ocorrentes, a violência era pouco abordada, e a vítima se tornava suspeita, o abuso era negligenciado em detrimento da crença da criança que seduzia e encantava, o testemunho da mulher era posto à prova, seus testemunhos eram quase sempre suspeitos. O agressor era hora culpado, hora perdoado por ter os atos atribuídos de sua natureza, a criança era culpada e denominada “Criança Libertina” (VIGARELLO, 1988, p. 90), que seduz e encanta o homem.

Outras referências também podem provar hesitação dos juízes, nesse fim do século XVIII: a persistência de uma dúvida sobre o comportamento das jovens vítimas, a interminável discussão sobre sua possível libertinagem, como sempre gostaria de provar a imutável defesa do acusado. (VIGARELLO, 1988, p. 90)

Na mesma perspectiva histórica, meados do século XIX foram marcados por transformações no que tange a existência da prática de crimes sexuais. Existiu uma tentativa em relação à normatização das violências, ou seja, atribuir ações distintas para se referir a crimes sexuais como: estupro, atentado ao pudor com ou sem violência, violência moral, coações criminosas, independente do uso da força ou da brutalidade, variedades de análises no que se refere ao livre arbítrio da vítima. Outra transformação foi o aumento das denúncias dos crimes contra as crianças, apresentando uma maior sensibilidade à violência praticada contra a criança.

Mas ainda houve pouca mudança na maneira do julgamento e também em relação à vergonha atribuída à vítima. O olhar sobre o incesto também se modifica, mas perdurou ainda para que houvesse reconhecimento dos fatos a exposição de uma violência visível, provas concretas como: aborto e gravidez. Faz-se importante salientar que os casos de incesto eram atribuídos às classes pobres, a pais alcoólatras, a trabalhadores de fábricas e a miséria.

Na contínua perspectiva do autor, no final do Século XIX, a imagem do esturador ganha notoriedade, sua história, hereditariedade e percurso. Nesse momento a figura do agressor está em foco em detrimento da figura da vítima, a patologia em detrimento da diversidade de casos expostos.

Os criminosos seriam “indivíduos que ficaram para trás (na evolução)”, constituíram uma “raça a parte”, próxima dos animais superiores, objeto de “tendências regressivas transmitidas hereditariamente”, cujo estudo Lombroso inaugura com o seu “homem criminoso”. Os “autores de estupro” são prisioneiros dos instintos primitivos da “força bruta” e dos “impulsos animais”, e também de sua fraqueza “semi-impotentes ou semiloucos”. Nasce o interesse por um homem julgado constitucionalmente diferente e uma nova curiosidade pela história do acusado, sua ascendência, sua debilidade: deslocamento maior em que o interesse se desvia do crime para o criminoso. (VIGARELLO, 1989, p. 183).

Relacionamos ao que Azevedo e Guerra denominam de vitimologia, nesse contexto apontado por Viragello (1989) a vítima tem menos notoriedade em relação à visibilidade de seu agressor, nesse sentido uma facilidade também de coloca-la como participante da culpa do crime, ou marginalizar a imagem da vítima.

Para o autor o início do Século XX é marcado pelas iniciativas no bojo das manifestações feministas, que promoveram denúncias, passeatas e movimentos organizados de luta. O tema da violência sexual é mais explanado, o foco no sofrimento da vítima, nos traumas psicológicos, e nos danos irremediáveis é abordado. As Criações de leis sobre maus tratos e violência são aprovadas, o fim do século é marcado pelas discussões psicológicas diante do

assunto, a diferença entre violência sexual praticada contra criança e contra o adulto é posta. É apontada maior abertura tanto para denúncias como para visibilidade das vítimas.

A história do estupro para Vigarello (1988, p. 8) não é apenas sobre violência, mas sobre corpo, olhar e moral de uma determinada sociedade e cultura. Já Azevedo e Guerra (1988) relaciona-se as relações impostas a crianças durante o decorrer da história. Faz-se pensar acerca da violência sexual infantil, ao observar o percurso histórico apresentado pelos autores, que é esse crime sutil, pois perpassam olhares e concepções alheias que compreendem vítimas e agressores de formas diversas e circulares, grandes avanços ocorreram em relação aos direitos das crianças, mas compreende-se que é necessário aprofundar o olhar para a sociedade e suas relações de poder para compreender as diversas formas de imposição de poder e das ocorrências de violências sexuais contra as crianças.

Para Saffioti (2004, p. 74-75), existe a pedagogia da violência, que é a naturalização da violência praticada contra as mulheres e as crianças, sustentada por uma perspectiva que advém de um percurso histórico e que não é natural, mas sim social, com a imposta sujeição das mulheres e crianças aos homens, a chamada organização social de gênero<sup>2</sup>. Para a autora, a realidade brasileira apoia-se em um conceito de violência de integridade física, mas compreende-se que é muito maior do que isso, a violência abarca a integridade moral, psíquica, sexual e também física. As violências fora do palpável tendem a serem negligenciadas, e mesmo quando palpáveis são sustentadas pelas relações de poder e de gênero.

A discussão histórica levantada não presenciou-se a apresentar o caminho clássico histórico da concepção da infância na compreensão que esse caminho já foi percorrido por autores clássicos que sustentam ricas contribuições sobre a formação da infância, sociedade e relações, mas para assumir o caminho que esse trabalho percorrerá durante o seu desenvolvimento, sustentado pelo método materialista histórico e dialético e também pela proposta histórico-cultural, que advém desse método ao analisar as concepções de escola e atuação de professores referente ao crime da violência sexual praticada contra crianças.

O paradigma do estupro é bem ilustrado pela maneira pela qual este fenômeno é rotineiramente tratado pela polícia, nos tribunais e pelas atitudes públicas que desperta. A resposta destas instituições às vítimas de estupro revela a estrutura na qual a violência sexual e a escravidão sexual florescem. Tem-se a expectativa, quando uma mulher é estuprada, que ela consiga escapar ilesa, desafiando uma força irresistível

---

<sup>2</sup>“(…) o conceito de gênero se situa na esfera social, diferente do conceito de sexo, posicionado no plano biológico” (SAFFIOTI, 1995, p. 183.) “O gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p14.)

que inclui a fraude, o engodo, a força e a violência físicas, a manipulação e o terror absoluto. Se ela não puder livrar-se da situação em que ocorre o estupro, dá-se por assente que ela foi, até certo ponto, cúmplice no ataque; conseqüentemente, o fato não é mais considerado um assalto e ela não é verdadeiramente uma vítima. Sua vitimização é provada ou não conforme o valor de sua palavra, o exame de seu caráter, a castidade de sua vida sexual passada, o seu modo de vestir, o brilho do seu olhar e o sorriso de sua face. Cada vítima de estupro é tratada por uma bem comportada Sociologia, que não se pergunta porque os homens fazem o que fazem com as mulheres. Nenhuma outra explicação de forças sociais ou comportamento masculino precisa ser considerada. Nada fora da mulher, nem mesmo o seu agressor, explica o estupro. Este é o paradigma do estupro. (SAFFIOTI, 1989, p.66)

## 1.2 AS RELAÇÕES DE PODER E A INFÂNCIA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA: A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Saffioti (1989, p. 13-21), aborda as relações de poder da sociedade, que sustenta a violência sexual de crianças. Para autora, a violência sexual de crianças possui uma dimensão transversal que faz crianças de diversos níveis de classe social e culturas diferentes serem vítimas. Apesar de que em situações distintas umas estejam mais vulneráveis que outras a tipos de violência sexuais diferentes. A transversalidade dessa violência se deve com as relações de poder perpetuadas em nossa sociedade. As relações de poder são estruturadas em uma lógica capitalista, patriarcal, racista e adultocêntrica.

No capitalismo, patriarcado e racismo, existe uma relação de domínio e exploração que se entrelaçam, nesse sentido os desejos dos explorados são contrários aos desejos daqueles que os exploram. “Isto equivale a dizer que os interesses das classes subalternas não são apenas diferentes dos das classes dominantes, mas opostos” (SAFFIOTI, 1989, p. 17). Nesse sentido, ao se oporem, existe a possibilidade da luta e oposição ao imposto.

Entretanto, na relação adulto-criança percebe-se outro sentido, a autora Saffioti (1989, p. 13-21), continua os apontamentos e afirma que nessa relação específica não existe antagonismo, mas uma hierarquia de poder, na qual o adulto em seu poder, buscar socializar e transformar a criança em sua semelhança. Dessa maneira é compreendido que para a criança nem a possibilidade de se opor é considerada. Desconsidera-se os sentidos da criança, que necessita de um adulto para “lutar” e dar “voz” a ela.

Nas relações adultocêntricas há uma anulação da criança enquanto sujeito, pois é anulado seu desejo em virtude da vontade do adulto. A criança enquanto sujeito de direitos, está em processo de humanização e apropriação da cultura humana, segundo Vigotski (2018) isso se difere da anulação da criança. Nesse processo de apropriação deve-se considerar o adulto enquanto mediador e não como detentor de todos os saberes que priva a criança de uma

existência que a apresente possibilidade e não um movimento de cerceamento, que a subjuga para realizações pessoais e egóicas do adulto, pois o desenvolvimento da criança diante da apropriação da cultura humana é um processo cíclico e complexo. O adulto é o responsável por esse desenvolvimento biológico, psicológico e social da criança, é possível realiza-lo sem anular o que a criança sente enquanto se apropria do mundo, que esse adulto a está ensinando, tornando isso uma relação dialética.

A lei do desenvolvimento infantil consiste em que nem sempre observamos processos apenas progressivos, que seguem em frente, mas também um desenvolvimento reverso de especificidades ou de aspectos próprios da criança numa etapa inicial. Normalmente, essa lei é formulada de modo que qualquer evolução no desenvolvimento infantil seja também uma involução, isto é, um desenvolvimento reverso. É como se os processos de desenvolvimento reverso ou inverso estivessem entrelaçados no curso da evolução da criança. (VIGOSTKI, 2018, p. 27).

“Em virtude da referida diferença, afirma-se que o adultocentrismo não goza do mesmo estatuto teórico que o patriarcado-racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 1989, p.17). O adulto se sobrepõe à criança e exerce seu poder adultocentrico sobre ela.

Ao abordar as relações de poder e a vinculação do poder com a produção de vítimas sexuais, para salientar a transversalidade e presença de violência sexual nas diversas classes sociais, Saffioti (1989, p. 13-21), aponta o macropoder e a síndrome do pequeno poder. O macropoder é sustentado pelo macho branco, rico e adulto, sendo esses detentores de suas vontades, e essas são acima das leis e dos direitos, pois buscam por status prevalecer e fomentar o quão são poderosos. São esses os detentores da economia, que fazem prevalecer as suas vontades.

Para além do macropoder, existe a síndrome do pequeno poder, na qual os agressores possuem fragmentos de poder, mesmo exercendo pequenos poderes, desejam estar na alta posição daqueles que possui o macropoder, nesse sentido é apontado que as pessoas que apresentam a síndrome do pequeno poder se exercitam para algum dia assumir o macropoder, mesmo que na realidade concreta isso seja impossível, considerando a realidade capitalista de nossa atual sociedade. A autoridade do detentor da síndrome do pequeno poder é usada contra aqueles que o detentor julga ser inferior a ele.

Trata-se do funcionário público de baixo salário, situado bem aquém da posição hierárquica desejada e, portanto, profundamente insatisfeito, que se atribui um poder extraordinário frente ao usuário que chega ao guichê. Arrogantemente, o funcionário, ao invés de facilitar a vida do cliente, dificulta-a mais não poder. Trata-se do encarregado de fechar os portões das instituições nas quais se realizam exames vestibulares, que não se permite a passagem de um estudante que chega justamente no momento em que o último portão está sendo fechado. Trata-se do trabalhador que,

com raiva de obedecer às ordens de seus superiores hierárquicos, maltrata a mulher e os filhos, maltratando-os quando atacado pela síndrome do pequeno poder. Trata-se do assaltante jovem, que estupra uma mulher de mais de 70 anos. Obviamente, o móvel do crime não foi o desejo sexual, mas a síndrome do pequeno poder. (SAFFIOTI, 1989, p.18).

As relações não são perpassadas apenas por aqueles que possuem o macropoder – aqueles que detém fortunas e posições sociais elevadas de prestígio –, mas também por quem detém a síndrome do pequeno poder, que está estritamente relacionada com o patriarcado, racismo, capitalismo e adultocentrismo. Dessa forma a perspectiva é mais ampla, pois não somente os detentores do macropoder cometem violência sexual contra crianças.

A importante reflexão realizada no que se referem as crianças vítimas de <sup>3</sup>violências das diversas maneiras e seus algozes, é que ela não é somente praticada por quem detém o poder econômico, o denominado macropoder. Pois a sociedade é capitalista, patriarcal, racista e adultocentrica. O adulto que detém o poder utiliza dele para satisfazer as suas vontades, objetificando a criança.

A autora expõe que a sociedade não é somente estruturada pela divisão de classes, em outras palavras, a divisão entre dominação-exploração, pobres e ricos, explorador e explorado, mas é estruturada também pelo patriarcado e pelo racismo. A relação desses três modos de dominação forma uma estrutura de ações que reverberam no poder das relações sociais. Atrelado a essa trinca de conceitos de relação de poder, está à relação-adulto criança que é perpetuada por esses três poderes exercidos, o poder hierárquico do adulto sobre a criança, mas essa relação em específico se difere um pouco da relação de dominação de classe, patriarcado e racismo.

Compreende-se com a premissa defendida por Saffioti (1989 p. 13-21), que é possível que tanto homens como mulheres sejam violentos contra criança, ou seja, que ambos os sexos podem inclusive abusar sexualmente de uma criança. Mas que, historicamente segundo a autora, a violência sexual constituiu a socialização das mulheres, por tanto a formação de suas identidades, tornando-as submetidas ao poder do homem. Isso não anula a violência sexual ocorrida com crianças do sexo masculino, mas salienta que em proporção a violência sexual cometida contra crianças do sexo feminino é superior.

Saffioti (1989, p. 13-21) elucida sobre sentido do conceito de produção de crianças vítimas de violência sexual, que atribui fatores importantes desse crime às relações de poder

---

<sup>3</sup> Nesse sentido, Saffioti (1989, p.17), afirma que “Face ao exposto, não será difícil verificar que as categorias sociais subalternas são, no Brasil, constituídas por mulheres, negros, pobres e crianças. Nesta hierarquia, o último lugar é ocupado pela mulher negra, pobre e criança.”

perpetuadas na sociedade. Para Azevedo e Guerra (1989, p. 25-47) a violência cometida contra as crianças também perpassa as diversas camadas sociais da sociedade, de maneira transversal transformando em vítimas crianças de diversos níveis sociais. A palavra utilizada no sentido de transformar a criança em vítima, é para salientar que as crianças vítimas de violência sexual não surgem de um estado natural, mas que, existe um processo de fabricação da vítima, ou seja, a produção de crianças que se tornarão vítimas. E isso não deve ser naturalizado, apesar dos demasiados casos ocorrentes. Se existem vítimas, existem algozes que as fazem vítimas. Para tanto, é atribuído nomes específicos para o exercício das diversas formas de violências praticadas contra as crianças, as autoras conceituam-nos como; processo de vitimação e processo de vitimização, com ênfase na produção e não no surgimento natural, e também a exploração. Nesse sentido o conceito abuso não é utilizado, pois nesse caso a ênfase de abuso sexual é atribuída ao goz e não a quem sofreu o crime e foi violentado.

### 1.3 VITIMAÇÃO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E VITIMIZAÇÃO SEXUAL

Azevedo e Guerra (1989, p. 26) denominam as crianças vitimadas como crianças de alto risco e acrescentam o termo infância em dificuldade ao situarem as crianças vitimadas. Para Saffioti (1989, p.15) o conceito de vitimação, revela o nível social, econômico, cultural, de crianças vítimas das diversas formas de violência, inclusive a violência sexual, são as crianças vulnerabilizadas socialmente, vítimas do sistema capitalista, que segrega cruelmente e faz distinção entre as classes sociais. Dessa forma compreende-se com as autoras que as crianças vitimadas, são as crianças vítimas de uma estrutura social, crianças vulnerabilizadas socialmente,

Azevedo e Guerra (1989, p. 26), ao conceituar as crianças de alto risco ou crianças vitimadas, ressaltam a importância de ser considerada a alta probabilidade de sofrimento que estas crianças provavelmente sofrerão, e que essa situação é uma violação de direitos advinda de um problema estrutural da sociedade, problema característico do sistema capitalista no qual estamos situados, um sistema socioeconômico e político. As autoras desdobram aspectos da infância vitimada e os seus desdobramentos. São eles: a infância pobre, a infância explorada, a infância torturada e a infância fracassada.

A infância pobre é vítima de estrutura abrangente e social abarcam as crianças moradoras de rua, crianças carentes na qual a renda per capita é inferior a um quarto do salário

mínimo, são as crianças abandonadas e invisíveis ao sistema social e político. A infância explorada sobre as crianças que vivenciam o mercado de trabalho informal no Brasil, advém muitas vezes das famílias pobres acometidas por diversas situações na qual os filhos necessitam ser colocados frente ao exercício do trabalho desde muito cedo, são crianças resultados de famílias com histórias complexas, o trabalho dessas crianças é destinado a subsistência da família, são mão-de-obra de baixo custo, serviços pesados, serviços prestados, muitas vezes na própria rua com vendas de produtos. A infância torturada que é sobre as crianças vítimas de maus tratos das diversas formas: física, sexual, psicológica. E a infância fracassada, que relata sobre as crianças que são vítimas da exclusão escolar, por falta de acesso, exclusão financeira, expulsão e marginalização.

Portanto, crianças vitimadas são crianças em situações vulneráveis, à margem da sociedade, com muitas possibilidades de sofrer violências, inclusive a violência sexual. Essas violências praticadas contra as crianças vítimas da estrutura social e econômica da sociedade não são resultantes de processos naturais, crianças vitimadas existem porque a sociedade as fabrica, criando situações que produzem ações de violência contra essas crianças. As crianças vitimadas são frutos de relações econômicas desiguais, que as vulnerabilizam. Analisou-se após os conceitos discorridos pelas autoras que o senso comum tende a naturalizar os processos de violência contra a infância pobre. Nessas situações de violências sexuais das diversas maneiras que podem ocorrer, advindas do macropoder que sustenta e perpetua as ações de violência contra as crianças vítimas da estrutura social e do poder estatal.

Saffioti, (1989, p. 49-85), descreve que o termo exploração sexual infantil é utilizado pra definir o uso de menores de idade para fins sexuais de pornografia e prostituição, conceitua o termo prostituição, ainda utilizado, como errôneo, pois crianças estando traficadas ou não, recebendo dinheiro ou não, não possuem condições psicológicas de escolha para estar diante de uma situação assim, a criança é a vítima o que existe é exploração sexual infantil e não prostituição de menor de idade.

No caso específico da exploração sexual de crianças e adolescentes, os menores são os explorados na medida em que, em lugar de estarem desenvolvendo uma atividade prazerosa para si próprios, atuam para causar prazer a um adulto, com prejuízo inclusive de sua própria saúde mental. (SAFFIOTI, 1989, p. 49).

É o do sexo, legitimado por quem o consome novamente exemplificado na perspectiva de Saffioti (1989, p. 49-85), que se compreende a importante função que o capital desempenha, a exploração sexual está intrinsecamente ligada às desigualdades socioeconômicas. Em muitos casos os próprios familiares vendem as crianças, acreditando estarem dando uma possibilidade

de vida melhor para elas, em outros casos muitos dos familiares já sabem o destino da exploração reservado a vítima, mas a profunda desigualdade traz à tona a discussão sobre a existência e subsistência da vida humana e das suas diversas facetas resultantes do brutal capital que exerce seu macropoder. A exploração sexual de crianças é resultado da multifacetada face do capital e dos destroços que causam a sociedade. As condições da miséria tornam a vulnerabilidade dos explorados e os vitimam, a criança se torna mercadoria e objeto. Nesse caso, mercadoria para quem compra, é realmente um mercado de venda e compra, de exploração sexual e pornografia.

Mas não somente atrelado à pobreza, mas através de sequestros, tráfico humano planejado por uma rede preparada para o desenvolvimento desse crime, é uma rede criminosa voltada para satisfazer algozes que detém economia, status e poder, os detentores do macropoder que conseguem o que desejam. Pode ocorrer a nível menor, com vídeos caseiros, produções do próprio agressor para uma rede de não compra e venda, novamente recorremos a Saffioti (1989, p. 49-85), os pequenos poderes, os micropoderes espalhados pela sociedade também tornam a exploração sexual um crime multifacetado, que vitima e vitimiza crianças em várias escalas.

Este fenômeno ocorre a nível nacional e internacional, na medida em que o mercado de consumidores de serviços sexuais de crianças está reduzindo a idade da “mercadoria” traficada, o intercâmbio comercial de crianças traficadas cresceu, segundo a autora. O tráfico ilegal cresce incessantemente, ocorrem por meio do: desaparecimento de crianças, crianças em cativeiro, crianças exploradas para fins pornográficos. Salientando que pode ocorrer em esferas menores e produções domésticas ou intrafamiliares também.

Os exploradores de crianças ocupam as mais distintas posições na estrutura ocupacional. São professores, clérigos, funcionários da justiça... Muitas vezes são pessoas ocupando uma posição de autoridade em relação à criança. Embora do ponto de vista psicológico tais pessoas possam ser portadoras de sérios problemas, do ângulo social são criaturas, em geral, acima de qualquer suspeita. (SAFFIOTI, 1989, p.83).

Mas a vitimação e a exploração sexual não são as únicas formas de violência sexual praticada contra as crianças, ou seja, apesar de estarem mais expostas ao crime de violências diversas, incluso as violências sexuais, as crianças vitimadas e exploradas sexualmente não são as únicas da fabricação de crianças vítimas, existem também as crianças vitimizadas.

A violência estrutural, inerente ao modo de produção das sociedades desiguais em geral e da sociedade capitalista em particular, não é a única forma de “fabricar crianças-vítimas”. Ao seu lado – e por vezes, mas não necessariamente em intersecção

com ela – *coexiste a violência inerente às relações interpessoais adulto-criança.* (AZEVEDO, GERRA, 1989, p. 35).

Se as violências praticadas contra as crianças vitimadas estão no âmbito social, a vitimização de crianças ocorre de maneira interpessoal, no qual as autoras relacionam o conceito de vitimização para o foco na vítima e no agressor, nas obras: *Crianças Vitimizadas a Síndrome do pequeno poder* (AZEVEDO, GERRA, 1989, p.13-21) e *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento.* Azevedo e Gerra (1993, p, 242) aprofundam aspectos importantes sobre vitimização, abordam as crianças vitimizadas nas relações, são as crianças que vivem em estado de sítio, em uma violência privada, velada e que envolvem na maioria dos casos muitos adultos em um silenciamento sobre as violências. É a violência intrafamiliar e extrafamiliar ou doméstica, realizadas por parentes sanguíneos (intra) ou por pessoas próximas com laços afetivos com a família da vítima (extra), a vitimização pode ser física, psicológica e sexual.

Este é o contingente vítima da violência praticada no lar e, por isso mesmo, a mais secreta de todas, [...] da negligência, do abuso sexual quase sempre de natureza incestuosa e da “perversa doçura”, ou seja, da violência psicológica. (AZEVEDO e GUERRA, 1993, p. 242).

Saffioti (1989, p. 15), conceitua sobre a transversalidade da violência praticada contra as crianças, ou seja, o conceito de vitimização, que ignora classes sociais, culturas e fronteiras econômicas. As crianças vitimizadas, são as crianças vítimas de violência, mas não necessariamente vitimadas. Portanto, crianças vitimizadas, não precisam necessariamente advir de uma estrutura de pobreza ou miséria que propulsione esse crime, como o que ocorre no caso das crianças vitimadas. Todavia são também o resultado da sociedade capitalista, patriarcal, machista e adultocêntrica, com outros resultados, pois forma uma ligação, que torna as ações conjuntas muito mais cruéis e excludentes, cada um desses sistemas citados é composto por características, quando juntos, compõem uma estrutura de dominação. Considerando que as interações adulto-criança se sobrepõem, são hierárquicas e assimétricas, que independe da classe social, mesmo afirmando que as crianças vitimadas estão mais vulneráveis a sofrerem todo tipo de violência, as violências realizadas com as crianças vitimizadas são veladas e mais difíceis de ser descobertas, por isso a denominação estado de sítio, pois elas estão cercadas.

Na reflexão sobre a vitimização, compreende-se que a ideia do lar seguro e seio familiar como proteção, não é a realidade concreta, para muitas crianças é o local de dor e sofrimento. Segundo Saffioti (2004, p. 3-5), as crianças vitimizadas sexualmente, diferente do estupro brutal, vivenciam o estado de sítio denominado também por “estado de sedução” da vítima,

onde a violência sexual perpassa um caminho que não é o óbvio, geralmente são anos de violência psicológica que asseguram a prática das outras violências. Segundo a autora, nesses casos, na maioria das vezes não se inicia pela penetração sexual, mas ocorre uma “conquista” do agressor, “troca” ou “chantagem”. Todo o processo de “sedução” é calculado pela: masturbação da vítima, busca de modos de silenciar-la, modos de buscar afeto para ela, modos de confundir-la, dar presentes, carinhos, palavras de afeto, novamente ameaças, um ciclo de violência psicológica, o estado de sítio que impede a criança de sair.

Outro aspecto citado pela autora e sustentado por ela em sua pesquisa foi a presença da fala das vítimas do prazer do corpo - salientando que o corpo sentir prazer no abuso não deixa de ser violento, só demonstra o quão profundo e avassalador é o estado da criança vitimizada, e o quão diferente é o trauma dessa criança para o de uma criança vitimada - O corpo que sofreu um processo de “sedução”, foi conduzido a um caminho de prazer do corpo, isso é uma violação, psicologicamente trágico de se compreender e diferenciar afeto de violência, por exemplo se uma criança foi ensinada por alguém que ela confiava de que aquilo violência sexual era amor, ela provavelmente continuará confiando durante bastante tempo.

Nesse sentido, diante das discussões e reflexões estabelecidas pelas autoras, basta pensar que em um caso de estupro brutal a vítima sente dor, ela reconhece que foi ruim, não foi afeto, em crianças vitimizadas não é sempre assim, pois é um processo até que chegue à penetração, e mesmo que doa, será alguém que terá conquistado o seu afeto. Saffioti (2004, p. 3-5), traz na pesquisa que realizou, entre 1988 e 1992 com dados obtidos em casas de abrigo para vítimas de violência, casos que o agressor utilizou lubrificante, acompanhou a primeira menstruação, continuou acompanhando com pílula anticoncepcional a vítima por anos.

Em longo prazo, os casos de vitimização sexual, trazem o imposto pacto de silêncio, que podem incluir pessoas além do agressor e a vítima, são eles familiares se silenciam e vizinhos que suspeitam. Em relação ao imposto pacto de silêncio, ele é imposto para a vítima, pois é ela que sempre lidará com os danos, desde a coação, as chantagens, até o momento que descobre que existe algo errado e recebe a culpabilização.

Para compreender a vitimação, a exploração sexual e a vitimização sexual de crianças, faz-se necessário compreender as relações de poder perpetuadas na sociedade, que já abordamos, é uma relação intrínseca. Para Azevedo e Guerra (1989, p. 46), e para Saffioti (1989, p 13-21) a vitimação, a exploração sexual e a vitimização de crianças não são faces da mesma moeda, mas são violências que estão condicionadas as relações de poder da nossa sociedade, uma é determinada pelas classes sociais a outra é determinada pelas relações interpessoais, principalmente familiares.

...o combate à violência contra a criança deve travar-se simultaneamente em ambas as frentes: na vitimação e na vitimização. Dadas às especificidades de cada processo, não se pode combater um através do outro, e nem se advogar que um é mais importante do que o outro (AZEVEDO, GUERRA, 1989, p.46).

Para Saffioti (1989, p. 13-21) o comprometimento da denúncia e o imposto complô de silêncio para vítima estão relacionados ao fato de a concepção da família do crime exposto comprometer não somente a criança atual, mas a família que ela viria a formar. É um receio de macular a sagrada família ou futura sagrada família. Salientando que nessa perspectiva a sexualidade legítima é constituída dentro da família, muitas vezes sacralizada para não obtenção do prazer segundo a autora.

Abordar a violência sexual na infância causa desconforto, entretanto a autora afirma que os casos abstratos geralmente não causam tantos desconfortos assim, os casos das crianças vitimadas trazem a falsa sensação de que esse crime está longe da “família sagrada”, assumem a figuração da monstruosidade, da não presença no lar, da distância. Quando o agressor sai da esfera do abstrato ele é o doente, a exceção, o monstro, e assim que se julga os casos da tv, já quando o caso saem do convívio familiar tente a ser evitado pelo adulto, não somente por uma possível punição de um agressor conhecido, mas porque a descoberta do fato culmina no desmoronamento da família sacra, expõe às mazelas da sociedade; essa é uma das grandes dificuldades na realização de denúncias, pois quem expõem as mazelas é também estigmatizado. Logo Saffioti (1989, p. 13) afirma que: “Com efeito, dado a sacralidade da instituição familiar, a sociedade marginaliza e estigmatiza aqueles que apontam suas mazelas”.

#### 1.4 OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL PRATICADA CONTRA CRIANÇAS.

Diante das práticas da violência sexual contra crianças faz-se necessário refletir sobre o papel das instituições de educação infantil frente às práticas pedagógicas, e as possibilidades de enfrentamento a esses crimes, salientando quais as responsabilidades das instituições diante desse cenário. Segundo a Constituição Brasileira:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de

negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

### Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, 1990, p. 11).

Quando percebidos devem ser denunciados? Quais as atitudes que os espaços pedagógicos de educação infantil devem ter em relação à violência sexual na infância e a formação e seus professores?

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990, p. 11).

As teorias pedagógicas que embasam e fundamentam as perspectivas das instituições são importantes para a compreensão da criança e dos fenômenos sociais que a cercam. Duarte (2010, p. 33-49) afirma que nos debates contemporâneos das teorias pedagógicas deve atentar para a ideologia que as pedagogias contemporâneas apresentam, no qual as pedagogias contemporâneas não se atentam a lógica da sociedade capitalista, mas sim nas especificidades do contexto social que cercam o sujeito são postas em uma negação da totalidade da realidade humana, sendo o aspecto social desprezado em detrimento de acontecimentos causais na vida do sujeito. Nesse sentido, não entender todos os aspectos sociais inseridos na educação é uma concepção pragmática de educação, que fragmenta o sujeito e o enxerga apenas nas relações estabelecidas na instituição de ensino.

Para Duarte (2010, p. 33-49) o contexto social e cultural produzido pelos sujeitos durante o decorrer do tempo é importante, portanto, negar a transmissão dessa cultura já construída é alienação. Compreender a criança apenas em seu recorte individual não é conceber uma educação relevante para a sua formação, não devemos recair em uma educação contemporânea que nega a concepção social, histórica e cultural do sujeito em sua prática, essa ação é recair novamente em uma educação hierárquica que cumpre ordens do sistema capitalista vigente.

A teoria histórico-cultural é uma das percepções que se pode ter de infância, criança e educação, essa teoria apresenta uma concepção do desenvolvimento humano não como ação genética isolada, como afirma, mas pela existência das trocas recíprocas que o sujeito irá estabelecer durante sua vida com o meio e com outros sujeitos, e essa interação é dialética, o sujeito se constrói e se transforma ao mesmo tempo que transforma o meio.

A primeira e principal lei que caracteriza o desenvolvimento infantil – diferentemente de uma série de outros processos – é que ele possui uma organização muito complexa no tempo. Como qualquer outro processo, ele é histórico, ou seja, transcorre no tempo; tem início, tem etapas temporais determinadas do seu desenvolvimento e tem fim. Contudo, não está organizado no tempo de forma que – se é possível dizer assim – o seu ritmo coincida com o ritmo do tempo; não está organizado de forma que, em cada intervalo de tempo cronológico, a criança percorra um determinado trecho em seu desenvolvimento. Digamos assim: passou um ano e a criança avançou um tanto no desenvolvimento; no ano seguinte, outro tanto etc., ou seja, o ritmo do desenvolvimento, a sequência das etapas que a criança percorre, os prazos que são necessários para que ela passe cada etapa não coincidem com o ritmo do tempo, não coincidem com a contagem cronológica do tempo. (VIGOSTKI, 2018, p. 18).

A perspectiva teórica da abordagem histórico cultural, fundamentada em Vigotski e pautada no materialismo histórico dialético, compreende a criança na sua totalidade, ou seja, percebendo-a não através de uma ação isolada de fatores genéticos, mas das trocas recíprocas que essa criança estabelecerá com o meio ao longo da sua vida. A historicidade do sujeito como responsável por produzir as funções psíquicas que são exclusivamente dos seres humanos, não meramente a hereditariedade.

Na base desse grupo de teorias há a ideia de que o desenvolvimento da criança é um processo de constituição e surgimento do homem, da personalidade humana, que se forma por meio do ininterrupto aparecimento de novas particularidades, novas qualidades, novos traços, novas formações que são preparados no curso precedente de desenvolvimento e não estão presentes, já prontas, em tamanhos reduzidos e tímidos, nos degraus anteriores.

[...] desenvolvimento é um processo de formação do homem com todas as suas particularidades; é um processo que transcorre por meio do surgimento, em cada degrau, de novas qualidades, novas especificidades, novos traços e formações características do homem. Todas essas particularidades, qualidades novas, surgem não como se tivessem caído do céu, mas são preparadas pelo período precedente de desenvolvimento. Assim como o avanço do socialismo foi preparado pela história precedente de desenvolvimento e de decomposição do capitalismo, aqui também acontece isso. (VIGOSTKI, 2018, p. 35).

O contexto social que a criança perpassa está para além do espaço da educação infantil, a criança vive em uma sociedade específica, em uma família específica e em um contexto relacional específico. Considerar a prevenção sexual na educação infantil é admitir a existência do fenômeno na sociedade, e que esse fenômeno ultrapassa classes sociais e está inserido em relações de poder.

Compreender a importância da instrução para proteção da criança é fundamental, pois se verifica que na atual sociedade a violência contra a criança é praticada de diversas formas, não sendo admissível silenciar os acontecimentos. A educação sexual é uma via de prevenção para impedir que a violência sexual ocorra e para que exista a denúncia de casos que estejam ocorrendo ou já ocorreram, ou a prevenção de casos.

Conceber a criança como sujeito integral é entender que ela está inserida em uma sociedade onde a quantidade de casos de violência contra as crianças é grande, na perspectiva histórico-cultural de educação infantil não se pode negar os fatos que perpassam a vida da criança fora da instituição de educação, pois esses fatos e relações estabelecidas fora do contexto escolar também são formativas para as crianças. Dessa forma, a cultura e as relações sociais são aspectos considerados primordiais para a educação infantil, visto que na relação com o meio e com os outros indivíduos a criança processualmente se apropria da cultura construída socialmente durante os anos e se humaniza.

Pesquisadora no Brasil da teoria histórico-cultural e a formação de professores de educação infantil Pasqualini (2010, p. 162-191) afirma que como mediador, o professor é responsável por proporcionar pontos de partida, ou seja, a criança está se apropriando do mundo e nesse processo parceiros mais velhos poderão mediar as relações entre a criança e o meio, portanto as atividades voltadas para as crianças não são somente advinda dos desejos delas, mas também guiadas por um adulto que percebe além do desejo da criança a necessidade de apresentar outras situações para que a criança se desenvolva.

O ensino precede alguns aspectos do desenvolvimento e apresenta algo que virá a se desenvolver, portanto ensinar educação sexual é preceder um conhecimento que por vezes é velado, esse conhecimento trabalhado de acordo com a faixa etária possibilitará o desenvolvimento da criança em relação ao seu corpo e proteção dele. A criança só irá reconhecer uma situação de violência se ela souber o que é violência, ela só saberá que alguém tocar em suas genitais é algo errado, se elas souberem que isso é errado e que elas possuem um espaço aberto e acolhedor para falar sobre isso, onde são respeitadas e realmente ouvidas.

A criança não nasce sabendo amar, ela aprende em seu contexto, nas suas vivências, portanto, apreende-se a comer, a tomar banho, a abraçar, a receber e demonstrar carinho, nesse sentido é explicitado que quando violada desde pequena, é essa a concepção que a criança pode ter de afeto, carinho ou outros sentimento, o que impede na maioria das vezes que haja a descoberta do crime praticado contra a criança, por existir em diversas vezes a incredulidade na palavra da criança quando descobre estar sendo vítima, por muitas vezes é obrigada a criança se tornar “cúmplice” de seu agressor em um imposto pacto de silêncio. Em nossa sociedade

compreendemos através da perspectiva de Safiotti (1989, p 13-21) que as relações sociais são hierárquicas. A criança está na maioria das vezes em posição inferior, em posição apenas de ouvir, de aprender, de obedecer, é obrigada a fazer, pois é criança.

Em relação à educação sexual é de suma importância, compreender a relação do professor como mediador, diante da necessidade dos crescentes acontecimentos de violência sexual na infância o professor pode possibilitar um ambiente para que o diálogo ocorra, de acordo com a idade da criança, para ensinar formas de proteção e conhecimento do próprio corpo.

Ao se afirmar que a criança tem direito à satisfação de suas necessidades de caráter material, intelectual e afetivo, está-se rigorosa e implicitamente, pensando em um adulto afável, terno, amoroso. Seria contraditório defender direitos infantis e, simultaneamente, a agressividade dos homens. (AZEVEDO E GUERRA (1989, p. 89).

Sendo assim, salienta-se a importância de compreender que o conhecimento se constrói na interação e pela interação, mas não ela por si só, a interação mediada pelo professor, uma mediação intencional para que a criança se aproprie do que já foi construído historicamente pelos seres humanos, a criança é ativa nesse processo de humanização que é a educação.

A educação sexual ocorre de maneira integral na rotina da instituição, obtendo a oferta de um espaço seguro para diálogos e uma escuta disposta a não só ouvir, mas atentar para o que também não é dito. A criança apreende sobre a sociedade, sobre os sentimentos e sobre os tipos de toques que lhe são benéficos, aprende sobre consentimento, sobre o direito de dizer não. Isso não significa que os problemas relacionados a violência sexual na infância se encerrarão, pois como vimos há uma grande estrutura de poder que envolve esse fenômeno, mas abordá-lo na instituição de educação infantil é ofertar uma mínima possibilidade de confronto a esse tipo de violência tão avassaladora para a criança.

O produto educacional versará sobre as reflexões levantadas neste capítulo, discussões urgentes sobre a existência da infância e do direito das crianças enquanto sujeito de direitos. A formação dos professores de educação infantil é de extrema importância, como compreendemos, para sua atuação e enfrentamento diante desse crime, a compreensão dos conceitos de violência para uma não repetição de estigmas pela escola, mas sim uma compreensão ampla e não simplista da violência sexual que ocorre com as crianças. A conceitualização histórica e a definição de violência sexual, perpetuação na sociedade e também os modos de enfrentamento e ações que o professor de educação infantil poderá realizar.

## **2 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOCENTES: PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

O Produto Educacional é um guia formativo para professores que atuam na educação infantil e lidam com a problemática da violência sexual na infância. O guia apresentará, os resultados de uma investigação bibliográfica, documental e empírica em uma instituição de educação infantil com professoras que atuam nessa faixa etária. O produto foi desenvolvido não como resultado final da dissertação, mas como o motivo que norteia toda a escrita dessa pesquisa, a produção de um material formativo para professores de educação infantil destinado a instruir sobre a violência sexual na infância, é o que sustenta e desdobra todos os aspectos da pesquisa. Nesse sentido, é analisado as questões epidemiológicas em relação à violência sexual infantil fundamentado em Saffioti (1989, 2004) e Azevedo e Guerra (1988, 1989).

A relação da nossa sociedade brasileira e as relações de poder que hierarquizam e objetificam as crianças, os marcos legais de proteção à infância e a responsabilidade social que a instituição de ensino precisa ter diante da integridade e proteção da infância. Pesquisando na análise das cartilhas para elaboração da produção, estão alguns materiais formativos destinados a professores, e também guias e cartilhas que abordam a temática da violência sexual infantil. As análises desses materiais existentes apontam para uma problemática, a falta de material formativo específico para atuação de professores de educação infantil, e que proponham ações efetivas e formativas de prevenção e caminhos para a denúncia. Essa análise de conteúdo com os documentos escolhidos, codificada e categorizada, aponta para a necessidade da produção do material construído.

No campo de pesquisa foi realizado o preenchimento do questionário pelas participantes, que informaram as suas vivências diante do tema e o conhecimento, dúvidas e anseios diante da problemática. Após a produção do produto, houve um mês para o teste a ser realizado pelos professores. Posteriormente, foi realizada a avaliação do produto educacional pelos participantes. Em virtude da pandemia de Covid-19, os questionários e a avaliação foram realizados por meio remoto.

A produção do produto educacional está estritamente ligada aos questionamentos levantados na dissertação e também aos objetivos, sobre a atuação dos professores de educação infantil frente à violência sexual na infância. A dissertação aponta o material formativo como uma possibilidade de formação do professor que atua com criança para lidar com a problemática da violência sexual na infância, conforme é desdobrada e discutida na dissertação, não

esquecendo das limitações existentes no cotidiano da docência, no exercício do trabalho com crianças da educação infantil, instituição, comunidade, família e sociedade como um todo.

O capítulo é subdividido na seção 2.1, que apresentaremos a análise dos guias e das cartilhas selecionadas para compor o corpus do trabalho; na seção 2.2, o diagnóstico da escola de campo de pesquisa e análise dos questionários das professoras, por meio da análise de conteúdo das questões 1, 2 e 3. Na subseção 2.2.2, concepções dos professores sobre violência sexual na infância, analisaremos as questões 3 e 4. E na subseção 2.2.3, práticas de combate à violência sexual infantil pela escola e professores, respostas das questões 6, 7 e 8 do questionário. A seção 2.3 trará a construção, aplicação e avaliação do produto educacional. Todas as questões analisadas serão acompanhadas pelas inferências feitas através da codificação e categorização, vislumbrando a composição do produto.

## 2.1 ANÁLISE DE GUIAS E CARTILHAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A análise de guias e cartilhas de combate à violência sexual na infância e adolescência firmou-se nas escolhas por determinados documentos, guiados pelas definições dos objetivos do trabalho, que esteve estritamente relacionado ao problema da pesquisa. Após a escolha realizada mediada pelo objetivo do trabalho, realizou-se a constituição do corpus da documentação. Segundo Bardin, 2016, p.126. “O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.”

Para constituição do corpus, utilizou-se as regras de constituição de Bardin (2016), a regra da exaustividade, que buscou abranger todos os documentos que estivessem alinhados com os objetivos, essa etapa foi de difícil acesso, demandou tempo e uma procura minuciosa dos documentos que abordassem a temática da violência sexual na infância e adolescência, e que estivessem de acordo com os objetivos, portanto materiais formativos. A exclusão de algum material nessa primeira etapa foi realizada diante de uma justificativa rigorosa, para que a subjetividade não se aplicasse como regra de seletividade. Utilizou-se também nesse primeiro momento a regra da representatividade, que consistiu em uma amostra do material escolhido, uma amostragem que representou o todo do documento. Por todos esses motivos apresentados escolheu-se a tabela para apresentar as escolhas embasadas na teoria utilizada para esse momento de análise.

Na primeira tabela consta a primeira constituição do corpus, com a utilização das regras mencionadas, a busca da documentação se destinou à procura de guias, cartilhas, cadernos pedagógicos, páginas variadas, disponíveis virtualmente considerando o contexto da pandemia mundial de COVID-19, destinado a públicos variados. O mais importante era abordar a violência sexual na infância, mas não se excluiu a adolescência, para uma busca mais abrangente, o que resultou em onze documentos.

**Tabela 1: Cadernos pedagógicos, cartilhas e guias analisados para composição do corpus de estruturação de análise para necessidade de escrita do produto educacional de prevenção e combate à violência sexual na infância para professores de educação infantil.**

Documento	Fonte do documento	Tipo e formato do documento	Páginas	Público Alvo
Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - No caminho da prevenção - 2007	CRAMI – Não possui ISBN	Cartilha- PDF	20p.	Profissionais que atuam diretamente com a população infanto-juvenil
A escola contra o abuso sexual infantil: Guia de orientação aos profissionais de ensino (2019)	Secretaria de Educação de São Paulo <a href="https://efape.educacao.sp.gov.br/convi-vasp/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-A-Escola-contr-o-Abuso-Sexual-draft-06.pdf">https://efape.educacao.sp.gov.br/convi-vasp/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-A-Escola-contr-o-Abuso-Sexual-draft-06.pdf</a> Não possui ISBN	Guia de orientação - PDF	56p.	Profissionais de ensino.
A escola que educa, previne e protege: violência sexual contra crianças e adolescentes	Governo do estado do Paraná ISBN 9788580150940	Caderno pedagógico - PDF	37p.	Professores/as e funcionários/as

em debate. (2016)				
Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. (2021)	<a href="http://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf">http://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf</a> Não possui ISBN	Cartilha- PDF	30p.	Toda sociedade para participar da causa.
Abuso sexual: mitos e realidade (2002)	Abrapia Brasil ISBN:8572100679	Guia - PDF	64p.	População responsável pela prevenção das situações de risco social e pessoal para crianças e adolescentes.
Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes. (2014)	Childhood Brasil ISBN: 978-85-60485-703	Guia- PDF	346p.	Profissionais que tem a missão de ouvir a criança e o adolescente no serviço de atenção e nos sistemas de segurança.
Guia de referência construindo uma cultura de prevenção à violência sexual (2020)	Childhood Brasil ISBN:978-8562194-01-6	Guia de referência- PDF	158p.	Capacitação de profissionais da saúde, assistência social, educação, segurança pública e Conselhos tutelares.

Guia Escolar rede de proteção a infância. Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescente. (2011)	Portal do professor (portaldoprofessor.mec.gov.br) ISBN 978-85-8067-008-0	Guia Escolar- PDF	239p.	Formação continuada para professores e gestores das escolas fundamental e média.
Navegar com segurança. Por uma infância conectada e livre da violência sexual (2012)	Childhood Brasil <a href="file:///F:/Revis%C3%A3o%20de%20Guias%20e%20Cartilhas/analise%20cartilhas/documento%209.pdf">file:///F:/Revis%C3%A3o%20de%20Guias%20e%20Cartilhas/analise%20cartilhas/documento%209.pdf</a> ISBN:9788581150093	Cartilha- PDF	27p.	Todos que estão próximos, cuidam ou educam crianças e adolescentes.
Violência sexual contra crianças e adolescentes: compreender para prevenir (2007)	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Diadema/SP Não possui ISBN	Cartilha - PDF	20p.	Pais e responsáveis, adolescentes e crianças.
Violência Sexual contra crianças e adolescentes: Reflexões e abordagens (2016)	Tribunal de Justiça do estado de Goiás Não possui ISBN	Cartilha- PDF	54p.	Rede de proteção junto com aqueles que atuam de forma direta com o recebimento da informação, seja na investigação ou no processamento.

Fonte: A autora.

Após a primeira escolha de corpus, analisou-se e aplicou-se outras duas regras da análise de conteúdo temática de Bardin (2016), a regra da homogeneidade, visto que os documentos devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade, as escolhas não foram aleatórias, foram seccionados os documentos homogêneos entre si através de critérios específicos, os documentos deveriam ter ISBN e abordar a formação específica do professor. Nesse momento também foi aplicada a regra da pertinência para a escolha dos documentos, de modo preciso deveriam corresponder especificamente ao objetivo do trabalho,

ou seja, o objetivo da criação do guia formativo para professores de educação infantil como produto educacional. Os documentos selecionados compõem parte importante para resolução do problema de pesquisa e construção do produto educacional e para tanto apresenta-se na segunda tabela, os documentos escolhidos para análise.

**Tabela 2: Cadernos pedagógicos, cartilhas e guias analisados para validação da necessidade de escrita do produto educacional de prevenção e combate à violência sexual na infância para professores de educação infantil.**

<b>Documentos</b>
D1- Abuso sexual: mitos e realidade (2002)
D2- A escola que educa, previne e protege: violência sexual contra crianças e adolescentes em debate. (2016)
D3- Guia Escolar rede de proteção a infância. Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescente. (2011)
D4- Guia de referência construindo uma cultura de prevenção à violência sexual (2020)
D5- Navegar com segurança. Por uma infância conectada e livre da violência sexual (2012)

Fonte: A autora

Após a seleção dos documentos realizou-se o processo de codificação dedutiva, retomou-se a literatura do fenômeno analisado, com a identificação do material estabeleceu-se relações com o referencial teórico que guia esse trabalho. Portanto os códigos já estavam pré-estabelecidos antes da codificação. A codificação corresponde a transformar o conteúdo efetuando regras precisas. Os dados brutos do texto foram colocados em recorte, citações, palavras ou frases. O trecho utilizado precisou corresponder à essência do documento relacionado à dedução embasada em nosso referencial teórico em relação à violência sexual infantil e a formação de professores de educação infantil para lidar com tal problemática no exercício da docência.

Para a codificação dedutiva selecionou-se questões guias embasadas no referencial teórico, objetivo e problema de pesquisa.

**A - Possui objetivos formativos para professores da educação infantil? – Objetivo formativo é concebido “formação de indivíduos intencionalmente planejada, para efetivação de determinada prática social.” – (MARTINS, 2010, p.14).**

D1- Não específico para professores e professoras de educação infantil.

D2- Não específico para professores e professoras de educação infantil.

D3- Sim, nas páginas 54 e 55.

D4- Sim, entre as páginas 58 e 67.

D5- Não específico para professores e professoras de educação infantil.

**B- Conceitua violência sexual infantil abarcando os fenômenos que as compõem, não atribuindo a exploração sexual infantil, vitimação e vitimização (crianças em estado de sítio) como abuso?**

D1- Aborda apenas o conceito de abuso sexual:

O abuso sexual é uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física. (D1, p. 8-13.)

D2- Aborda o conceito de violência sexual para se referir à abrangência que advém o abuso e a exploração sexual: “A violência sexual contra crianças e adolescentes inclui diversas modalidades, mas podem ser divididas em grupos maiores: abuso sexual (intrafamiliar e extrafamiliar) e exploração sexual.” (D2, p.5.)

D3- Aborda o conceito de violência sexual para se referir à abrangência que advém o abuso e a exploração sexual:

Enquanto o abuso sexual é uma violação à dignidade sexual de crianças e adolescentes, que ocorre de forma mais recorrente nos contextos intra e extrafamiliar, a exploração sexual comercial está relacionada ao que se denomina prostituição de crianças e adolescentes. Embora os dois problemas façam parte do fenômeno mais amplo da violência sexual, os números de casos de abuso são substancialmente maiores do que os de exploração sexual comercial. (D3, p. 12)

D4- Conceitua Abuso sexual entre as páginas 8 e 13, utilizando o conceito da cartilha da ABRAPIA – abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar:

O abuso sexual é descrito como toda situação em que uma criança ou um adolescente é utilizado para gratificação sexual de pessoas, geralmente mais velhas. O uso do poder pela assimetria entre abusador e abusado é o que mais caracteriza essa situação. O abusador “se aproveita do fato de a criança ter sua sexualidade despertada para consolidar a situação de acobertamento. A criança se sente culpada por sentir prazer e isso é usado pelo abusador para conseguir o seu consentimento. (D4, p. 8)

D5- Aborda o conceito de violência sexual para se referir à abrangência que advém o abuso e a exploração sexual: “A violência sexual pode ser entendida tanto como uma forma de abuso quanto de exploração. Essas denominações são utilizadas aqui para diferenciar a violência quando há a mediação de dinheiro ou ganhos materiais (exploração) e quando não há, o que configura o abuso.” (D5, p. 20)

**C- O professor de educação infantil compõe a equipe multidisciplinar no enfrentamento da violência sexual?**

D1- Não mencionado o professor de educação infantil.

D2- Não mencionado o professor de educação infantil.

D3- Sim, entre as páginas 44 e 46:

A Lei 11.525 (BRASIL, 2007a), que acrescentou à Lei 9.394 (BRASIL, 1996), de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a “inclusão de conteúdo que trate dos direitos da criança e dos adolescentes no currículo do Ensino Fundamental, observada a produção e distribuição de material didático adequado”, com base no ECA (BRASIL, 1990a), merece indagações metodológicas, análises de boas práticas, inserções de materiais didáticos específicos e, sobretudo, uma nova postura para discutir a educação, a instrução e os direitos humanos no sistema escolar. Sua implantação significa incluir no cotidiano escolar a visão de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, cidadãos, protagonistas e merecedores de prioridades, atenção e cuidados. (D3, p. 45)

D4- Sim, entre as páginas 62 e 67:

Em geral, os membros da comunidade escolar podem tomar conhecimento de uma situação de violência sexual por três meios: pela revelação direta da criança ou adolescente para um dos profissionais da comunidade escolar, particularmente para professores; por meio de informações de colegas ou familiares da criança ou do adolescente comunicadas aos membros da comunidade escolar; e pela identificação de sinais da violência realizada por meio da observação de professores, da aparência, do estado físico e de comportamentos das crianças e dos adolescentes. Os educadores devem adotar atitudes e procedimentos distintos para cada tipo de situação. (D4, p. 62)

D5- Não mencionado o professor de educação infantil

**D-Contém orientações pedagógicas específicas para o professor de educação infantil atuar no sentido da prevenção a violência sexual em suas aulas?**

D1- Não direcionado ao professor de educação infantil.

D2- Não direcionado ao professor de educação infantil.

D3- Sim, de maneira breve, não específico para cada faixa etária da primeira infância:

O trabalho de educação em sexualidade com crianças é integrado às atividades diárias da escola, em situações de jogos, brincadeiras e histórias. Aos educadores, cabe acolher as manifestações da sexualidade infantil e sua curiosidade sexual, suprimindo as lacunas de informação, muitas vezes decorrentes da falta de orientação e de diálogo na família. Esse trabalho se dá em todos os momentos e espaços de convívio do adulto com a criança, não apenas em horários e locais predeterminados. O educador precisa estar sensibilizado e capacitado para observar a criança, perceber suas manifestações de sexualidade e responder às questões formuladas usando linguagem simples, adequada a cada faixa etária, considerando as singularidades, respeitando os limites e as possibilidades de compreensão de cada um. Cada educador deve usar sua capacidade criativa e afetiva para encontrar uma forma de se aproximar dos estudantes. (D3, p. 55)

D4- Sim, de maneira breve, não específico para cada faixa etária da primeira infância:

Saber a hora e a melhor maneira de falar sobre sexualidade com as crianças e seus pais é muito importante. Conhecer as características de cada fase do crescimento da criança pode ajudar a evitar equívocos na maneira de lidar com a sexualidade das crianças e dos adolescentes, respeitando formas de expressão da sexualidade, sem reprimi-las, e enfrentando a invasão da sexualidade infantil por adultos. (D4, p. 58)

D5- Não direcionado ao professor de educação infantil.

**E- Contém o processo de comunicação e denúncia, bem como responsabilidade e atuação de cada órgão, a partir da comunicação do professor de educação infantil?**

D1- Não específico para professores.

D2- Não específico para professores.

D3- Sim, entre as páginas 98 e 102:

Lembre-se de que a denúncia pode ser realizada de forma declarada ou sigilosa. Muitos educadores preferem notificar a ocorrência de abuso sexual e não ter sua identidade revelada. Porém, o ideal é que a direção da escola assuma conjuntamente a notificação por escrito ou visite o órgão responsável, de preferência acompanhada de membros da família que não cometeram abuso sexual, que possam dar seguimento tanto à denúncia quanto ao encaminhamento da criança ou adolescente aos serviços educacional, médico e psicológico, quando esses se fizerem necessários. Qualquer que seja a opção, substanciar a denúncia é muito importante pelas seguintes razões: uma boa descrição do caso contribuirá para que o órgão competente agilize seu papel e evitará solicitar ao educador que complemente as informações. A descrição bem feita do caso pode evitar que os órgãos competentes demandem que a criança ou adolescente fale novamente sobre a situação de violência, aumentando ainda mais o seu sofrimento. De modo geral, é preferível dirigir-se em primeiro lugar ao Conselho Tutelar mais próximo de sua moradia, a uma delegacia especializada ou a algum serviço público do tipo SOS Criança. Esses três órgãos normalmente têm profissionais mais experientes para lidar com as situações de violência sexual. (D3, p. 102)

D4- Não especificamente para professores, é destinado às instituições:

Registre o mais cedo possível tudo o que lhe foi narrado pela criança ou pelo adolescente, as informações prestadas por terceiros, as evidências colhidas na convivência com a vítima e/ou durante o atendimento realizado. Esse relato deve seguir com a notificação para ser utilizado em procedimentos legais posteriores. (D4, p. 85)

D5- Abrangente, não estruturado os protocolos de denúncia e não específico para professores.

O momento de categorização dos documentos, realizado no movimento de refletir sobre os códigos e transformá-los em categorias. Nesses dois processos, o de diferenciação e o reagrupamento, observou-se a frequência e presença ou ausência de palavras, termos, subsidiados no referencial teórico. A categorização teve critério temático, para o resultado e inferências necessárias. No código A, apenas os documentos 4 e 3 apresentaram objetivos formativos para professores de educação infantil. No código B, os documentos 2, 3 e 5 apresentaram fundamentações em relação à violência sexual infantil com ênfase na exploração sexual no momento de denominar violência e abuso sexual para quando a violência sexual ocorria de maneira intra ou extra-familiar, nos documentos 1 e 4 apenas a nomenclatura abuso sexual foi denominada. No código C, apenas nos documentos 4 e 3 os professores de educação infantil são de alguma maneira participantes do composto multidisciplinar de proteção à criança. No código D, apenas os documentos 4 e 3 trazem um protocolo a seguir em relação às orientações pedagógicas para o professor de educação infantil, não específicos para cada faixa etária da primeira infância. No código E, apenas os documentos 4 e 3 trouxeram um protocolo pensado no professor para realizar a comunicação e a denúncia.

De acordo com os dados analisados, evidenciou-se a necessidade de existir um material formativo específico para professores de educação infantil na relação com o enfrentamento a violência sexual infantil que esse sujeito terá ao longo de sua carreira profissional. A análise realizada dos documentos existentes não possuiu de maneira alguma a intenção de apontar erros e contabilizar acertos, mas salientar a importância de um material específico para formação de professores de educação infantil, que contenha o aglomerado que se identificou com a pesquisa documental e que posteriormente será acrescentado pela pesquisa-ação na escola em que foi realizada a pesquisa de campo.

O produto educacional constituirá em seu corpo de escrita aspectos ressaltados por esta pesquisa documental: objetivos formativos para formação de professores de educação infantil; conceituação da violência sexual e suas facetas; a não dicotomização de violência sexual apenas

enquanto exploração sexual; o professor de educação infantil enquanto componente da equipe multidisciplinar que atuará contra a violência sexual na infância; orientações pedagógicas específicas para professores de educação infantil abarcando a faixa etária 0 a 6 anos da primeira infância da educação infantil; e o processo de denúncia sistematizado em protocolos a partir da perspectiva do docente que atua na educação infantil.

## 2.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DAS PROFESSORAS

Para a realização dos questionários, pesquisou-se professoras de uma instituição educação infantil da região norte de Goiânia - Goiás, que atende crianças de 2 a 6 anos em turno integral, instituição composta por oito professoras de educação infantil, seis estagiárias, um professor de educação física, uma coordenadora de turno integral e uma diretora. Em virtude da pandemia de covid-19, o questionário foi realizado com sete professoras e uma coordenadora, liberadas para a realização da pesquisa pela direção, todas as participantes convidadas responderam ao questionário.

Todas as envolvidas que responderam ao questionário eram do sexo feminino, com a idade entre 31 e 48 anos. Para Louro (2003 p. 88-109), não é uma coincidência que professores de uma instituição de educação infantil sejam todas do sexo feminino. Segundo a autora, não somente as escolas, mas as práticas sociais são constituídas e também representadas pelos gêneros. Nesse sentido, qual gênero tem a instituição de educação infantil? Por que a atuação nesses lugares é predominantemente feminina? Louro (2003 p. 88-109), também pontua o lugar feminino ocupado na escola, que é o lugar da agente do ensino, pois o lugar masculino do saber, das escolhas de diretrizes, currículos e acadêmicas, são geralmente ocupadas por um universo marcadamente masculinizado, perpetuando uma relação de poder. Portanto, o lugar da mulher na instituição de ensino, é do ensinar, ser a professora responsável pelo cuidar, pelo educar, pelo vigiar, marcado pela perspectiva de tarefas condicionadas ao maternar, ao inatismo na atividade de cuidado do exercício da mulher.

Outro aspecto mencionado pela autora, na instituição atravessada pelo gênero, é o quanto, a formação da professora é também atribuída a um modelo de virtude e imagem imaculada, atribuído a esse exercício de poder e regulação do corpo, da sexualidade, dos interesses, vontades e regulação da vida particular da professora para sua atuação profissional, atrelada a uma imagem que não a de docente.

Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais, constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas. Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. para que possa ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente. (LOURO, 2003, p. 96).

Para a análise dos questionários, utilizou-se o método de análise de conteúdo de Bardin (2016), foi uma análise temática e indutiva. Na codificação indutiva não existem códigos prévios, como haviam na análise das cartilhas e guias, o processo se faz ao contrário: a priori entra-se em contato com os questionários, seleciona-se os trechos, codifica-os conforme vão ocorrendo, e somente após são agrupados e decodificados. Nesse processo ocorreu a codificação através do tema, houve um tema maior que nos guiou para que assim encontrássemos os códigos em comum nas respostas dos participantes e os agrupássemos. Existe nesse processo a organização de critérios, recorte, enumeração e frequência, logo, a categorização nesse momento também será indutiva. Partimos de uma grande temática, relacionamos frequência, observamos a resposta dos participantes, para a partir desse momento criar e definir categorias. Os questionários foram analisados primeiro, antes da criação de códigos, e a categorização foi realizada de maneira que não retirou a singularidade das respostas das professoras. Considerou-se principalmente a quantidade de professoras participantes por meio do questionário, que realizou a categorização, e logo após inferências penitentes ao colocar as categorias em paralelo a fundamentação teórica escolhida, visando a construção do produto educacional. Ao identificar que se na codificação e categorização dedutiva a fundamentação teórica é a primeira no processo, na análise indutiva ela não deixa de se fazer presente, apenas muda-se a ordem, a organização com a fundamentação teórica ocorre ao final, na conceitualização das categorias. As professoras entrevistadas são mencionadas enquanto P fazendo referência à professora, portanto P1 a P7.

Em relação ao contato das participantes com o tema da pesquisa, está disposto a questão 3 do questionário: em sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós graduação) foi abordado algum tema relacionado ao combate à violência sexual na infância? De qual maneira?

Categoria A- Não: P2 e P3.

Categoria B- Sim, em seminários, textos, palestras e aulas: P7, P6, P5, P4 e a coordenadora, especificaram o texto sobre os direitos das crianças e o ECA.

Categoria C- Superficial: P1 “Bem superficial, alertando que muitos profissionais da educação que identificam crianças que estão sofrendo violência sexual, destacando alguns comportamentos dessas crianças.”

Essa questão específica do formulário levanta uma reflexão necessária, duas professoras afirmaram que não receberam formação em relação à violência sexual na infância e uma professora afirmou que superficialmente, nesse momento é primordial repensar a formação de professores e para qual sociedade estão sendo formados. Outra especificidade foram algumas professoras que afirmaram receber formação, mas em outros momentos do questionário não souberam conceituar a violência sexual infantil.

### **2.2.1 Concepções das professoras sobre violência sexual na infância e o papel da instituição de educação infantil**

Para compreender as concepções das professoras sobre a violência sexual na infância analisaremos a questão 4 do questionário: “Qual a sua concepção de violência sexual na infância e como ela mais ocorre?” Que será analisada em duas partes, a primeira será: qual a concepção de violência sexual na infância? As respostas para essa primeira parte da pergunta foram classificadas em quatro categorias. A segunda parte da questão 4: como ela mais ocorre? Foi analisada também por meio de três categorias.

Portanto ao analisarmos: “Qual a sua concepção de violência sexual na infância?” Classificamos nas categorias:

Categoria A- Não responderam sobre a concepção de violência sexual na infância: P1, P2, P6 se delimitaram a responder a segunda parte da questão.

Categoria B- A P4, P3 e coordenadora responderam a concepção sobre violência sexual atribuindo sentimento para a ação da violência, mas não atribuíram o conceito, utilizaram palavras como “terrível”, “assunto urgente”, “essa terrível violência” e “uma grave, triste, lamentável realidade que acontece por todo o mundo.”

Categoria C- Trouxe na resposta uma consequência da violência sexual na infância, mas não trouxe o conceito: P7 “Tema de imensa preocupação. As crianças agredidas frequentemente não falam sobre, muitas vezes por medo, ou no caso de vítimas mais novas, por terem dificuldade em compreender que foram abusadas”.

Categoria D- Respondeu sobre o conceito de violência sexual na infância: P5 “Na minha concepção quando a criança é estimulada ao sexo de forma precoce.”

Na segunda parte da questão “Como ela mais ocorre?”

Categoria A- contexto familiar: P2, P3, P6, P7 e P8.

Categoria B- contexto de vulnerabilidade P7, que citou o contexto familiar, mas apresentou preocupação com vulnerabilidade.

Categoria C- com os mais próximos: P4.

Em relação à primeira parte da pergunta, sobre a concepção de violência sexual, apenas uma professora aponta um conceito, para o que realmente é a violação do corpo da criança. Tivemos três professoras que não responderam a pergunta e três que atrelaram o assunto ao sentimento de horror e repulsa que ele trás. Não por acaso, esse acontecimento escancara a historicidade do tabu que é abordar a violência sexual, principalmente a violência sexual de crianças, Pinheiro (1989, p. 9-11) - no prefácio do livro Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder – livro muito utilizado para a escrita desse trabalho – aborda o quanto a sociedade é emotiva e filantrópica com as vítimas, mas também o quanto é ausente de ações concretas, o quão é tradicional e conservadora para proteger moralmente os seus.

Fugindo ao sentimentalismo, em todas as páginas, dentro do rigor, está presente a indignação que move a vontade de mudança, com o necessário engajamento de todos aqueles que lutam dentro de todos os seus saberes pela libertação das crianças e dos adolescentes de seus algozes dissimulados (PINHEIRO, 1989, p.11).

Outro aspecto que precisamos levantar, é que nas respostas da questão 3 do formulário, apenas duas professoras afirmaram que não haviam se relacionado com o tema da violência sexual na infância e uma afirmou que havia se relacionado superficialmente. Na primeira parte da questão 4, apenas uma professora trouxe o conceito de violência. Novamente salientamos a importância da formação e de materiais disponíveis para professores de educação infantil, salientando que em nosso contexto micro, mesmo aqueles que tiveram contato através de aulas, seminários e palestras, apenas uma professora conseguiu de fato conceituar violência sexual. Reforçamos o que foi levantado pela análise dos guias e cartilhas, a necessidade de um material formativo e específico para professores de educação infantil para atuação no enfrentamento a violência sexual.

Sobre a especificidade da vitimização sexual de crianças, percebemos que a maioria das professoras reconhecem que os ambientes familiares e de convivência das crianças são onde mais ocorrem números de violência sexual, não especificando nesse momento a exploração sexual infantil e o tráfico de crianças.

No tocante ao papel das instituições de educação infantil, analisaremos a questão 5 do questionário: “Na sua concepção, qual o papel das instituições de educação infantil frente à

violência sexual na infância?” Definimos quatro categorias para quais as respostas das professoras se encaixaram:

Categoria A- Identificação da violência sexual: P2, P3, P7 e a coordenadora.

Categoria B- Identificação, denúncia e assistência para a criança que sofreu violência sexual e orientação para a família: P4 e P1

Categoria C- Formação para o profissional de educação, P6: “As instituições de educação infantil, precisam oferecerem concursos de treinamentos e orientações sobre o assunto para que os pedagogos possam identificar e ajudar através do conhecimento essas crianças. Como profissional é necessário ter um olhar criterioso para essa criança buscando descobrir o que ela está vivendo em seu lar ou fora dele.”

A identificação permeia todas as respostas, porém é importante perceber que uma professora concebe o espaço da instituição também como o espaço formador do professor de educação infantil e outras duas professoras reconheceram o espaço para além da identificação da violência sexual, mas espaço para denúncia e também de acolhimento da criança durante todo o processo.

É significativo ressaltar que a instituição de educação infantil não é somente um espaço para identificação, mas também comunicação e denúncia compulsória, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art.13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena – Multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

### **2.2.2 Práticas de combate à violência sexual infantil pela escola e professoras**

Para abordarmos as práticas de combate à violência sexual infantil pela escola e pelos professores, recorreremos às questões 6, 7 e 8 do questionário aplicado as professoras. Na questão 6 “Você já identificou ou tomou conhecimento de alguma criança da instituição em que já trabalhou que estava sofrendo violência sexual? Nesse caso, quais medidas foram tomadas pela instituição? Estabelecemos três categorias nas quais as respostas se classificaram.

Categoria A- Não: P2, P3, P4, P6.

Categoria B: Sim, sem o protocolo de encaminhamento ao conselho tutelar. P1 relatou:

Em outra situação a criança sofreu abuso dentro da escola por um colega bem maior no banheiro, a mãe esteve na instituição e os responsáveis da criança maior foram chamados e alegaram que a criança tem laudo, a preocupação da escola era preservar a imagem da criança e da escola abafando o caso e dessa forma não sei o desfecho.

Nesta mesma categoria, a coordenadora respondeu: “Já teve caso de suspeita. Averiguamos os fatos, mas não houve confirmação de abuso.”

Categoria C: Sim, com protocolo de encaminhamento ao conselho tutelar. P5 relatou:

Sim, já trabalhei em uma instituição que uma professora percebeu uma reação no momento do banho quando a criança foi lavar suas partes íntimas e disse que estava doído, a professora perguntou porque estava doendo e ela relatou o que havia acontecido e o caso foi levado para a direção onde logo acionou o conselho tutelar...”

Nesta categoria, P7 respondeu: “Em uma instituição que trabalhei, tomei conhecimento de um caso em que uma criança estava sofrendo violência sexual. As medidas que foram tomadas pela direção foram acionar o conselho tutelar e uma pessoa da família da criança”.

Em relação à resposta da P1 recorro a Saffioti para compreendermos a questão do silenciamento não apenas da escola, mas de todos os envolvidos, inclusive das famílias.

Para o senso comum a publicização do fato comprometeria a imagem do adulto que a criança vitimizada virá a ser, condicionando negativamente suas possibilidades de formar uma nova família... Isto, posto, fica patente a razão do silêncio que se forma em torno da vitimização sexual de crianças, tenha ela lugar no seio da família ou fora dela. (SAFIOTTI, 1989, p.13).

Importante ressaltar a preocupação da escola em também resguardar o seu “nome”. O valor da instituição perante a sociedade, perante o capital na sociedade capitalista, mostra que precisamos considerar o exercício do poder nas relações humanas, impossível não entrelaçar nessa situação o valor do capital acima do valor humano. Impossível não correlacionarmos ao caminho que a educação tem se encaminhado no Brasil, pois principalmente quando uma escola se torna uma empresa a preocupação com sua imagem é imensamente mais importante, pois alunos se tornam clientes, pais se tornam compradores e exigem seus direitos de compra.

Quando o setor privado com fins lucrativos, algumas organizações têm se interessado cada vez mais pela educação por seu potencial de lucro. Os chamados “*edubusiness*” ou “*edunegócios*”, têm crescido internacionalmente em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior. O Brasil tem se tornado um local especialmente atrativo para esses empreendimentos por conta de sua enorme população em idade escolar (está entre as dez maiores populações em idade escolar do mundo). Com foco no lucro, questões pedagógicas, éticas e sociais são colocadas em segundo plano por esse tipo de organização, cujo trabalho pode atingir a política educacional de diversas formas: participação em fóruns e comitês públicos, vendas de serviços ou materiais

para secretarias de educação, pressão sobre legisladores e executivos do governo com poder de decisão e etc. (AVELAR, 2019 p.75).

No trecho da coordenadora, há a afirmação de que averiguaram os fatos, mas não houve a presença do conselho tutelar. Mesmo em casos de suspeita, a denúncia ao conselho tutelar é primordial, a averiguação deve ser protocolada. Nesse sentido o questionamento levantado é como foi averiguado o caso? Houve participação de uma equipe multidisciplinar? Apenas comunicaram à família? Observaram sinais externos apenas? Novamente ressaltamos a necessidade da formação específica para professores da educação infantil que na concretude de suas ações pedagógicas lidem com o enfrentamento a violência sexual de crianças. Segundo o Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Aspectos Teóricos e Metodológicos:

Além dessa, existem várias razões pelas quais os profissionais das áreas de cuidado e de atenção a crianças e a adolescentes devem notificar os casos de suspeita e as ocorrências de violência sexual. A mais importante é a de que o ato de notificar tais casos às autoridades responsáveis pode contribuir para interromper o ciclo da violência sexual que, reiteradas vezes, vem sendo transmitido de geração para geração. Em casos extremos, a decisão de não notificar pode acarretar sérias consequências para a vida de crianças e de adolescentes. Estudos demonstram que crianças e adolescentes que viveram situações de abuso e de exploração sexual podem desenvolver uma visão muito particular do mundo e dos relacionamentos interpessoais. Podem apresentar sentimento de culpa, baixa autoestima, problemas com a sexualidade e dificuldades para construir relações afetivas duradouras. Por tudo isso, quanto antes às vítimas de abuso, de exploração sexual e de maus-tratos receberem apoio educacional, médico e psicológico, maiores serão as chances de superarem a experiência negativa da infância e de terem uma vida adulta mais prazerosa e saudável. (SANTOS, IPOLLITO, 2014, p.183.)

Importante ressaltar que todo esse processo também deve proteger a professora, estando a escola envolvida nesse processo de proteção. Compreendemos a complexidade do tema por novamente entender a sociedade explicitada por Saffioti e todos os desdobramentos advindos dela.

As questões 7 e 8 estão entrelaçadas, pois seus questionamentos originam de um ponto em comum, mas de uma perspectiva diferente, que é o lugar da vítima. Essa pequena alteração também modifica o rumo das respostas, de maneira que, na questão 7 estabelecemos categorias, mas na questão 8, houveram muitas nuances e minúcias nas respostas, o que nos motivou a citá-las literalmente antes de inferir sobre elas e sobre a relação entre as respostas das duas questões. A pergunta 7 do questionário foi: “Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança?” Nas respostas, surgiram três categorias:

Categoria A- De forma limitada, falta preparo: P1 (que ainda vê como uma alternativa os órgãos responsáveis) e P3.

Categoria B- Sim entrando em contato com o conselho tutelar e os órgãos responsáveis: P2, P3, P4, P5 e P7.

Categoria C- Realizando a denúncia e de alguma maneira estabelecendo contato com a criança: P7 “...E em seguida faria uma denúncia ao conselho tutelar. Nas rodas de conversa procuro ensinar as crianças que nunca se deve manter um segredo a respeito da conduta de qualquer adulto sobre suas partes íntimas.” Também está dentro desta categoria a resposta da coordenadora:

Esse assunto é algo que me incomoda bastante, tenho me preparado na medida do possível lendo sobre o assunto, conversando com pessoas que atuam nessa área e também participando de palestras com profissionais que esclarecem e orientam com agir diante de uma suspeita ou confirmação de abuso contra uma criança. Na instituição em que trabalho esse assunto é algo tratado com muito cuidado e seriedade. No decorrer do dia em todos os momentos vejo oportunidade de observar e ouvir as crianças que ficam período integral na creche me proporcionando conhece-las melhor essa convivência diária me permite observar mudanças comportamentais, emocionais, etc. e diante de qualquer suspeita o caso será investigado com maior intensidade e sem hesitar os órgãos competentes serão informados sobre o fato.

A questão 8: “Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança da sua turma? Como?”

P1- “Como pedagoga posso realizar um trabalho de orientação e prevenção com as crianças a fim de que percebam a violência e denunciem”.

P2- “Sim, levando ao conhecimento dos gestores e depois com o Conselho Tutelar”.

P3- “Ficaria abalada inicialmente”. “Mas também não ficaria sossegada se não fizesse nada”. “A princípio escutaria a criança, levaria ao conhecimento da coordenação e direção para juntos tomarmos uma decisão”.

P4- “Sim. Tomando as medidas necessárias para se tratar de um assunto tão sério”

P5- “Sim. Irei observar a criança em seu comportamento e suas reações e depois passar para a direção o que foi observado para ter um diálogo com a família e acionar o conselho tutelar.”

P6- “Creio que ainda falta muito preparo. O único amparo que temos é a denúncia.”

P7- “Sim. Primeiramente dizer a elas que mesmo que não possam falar, o mais importante a ser feito é contar a alguém. Direi que acredito, nela não importa o que aconteceu e que não terá problemas por se abrir. Assim passarei confiança, segurança a elas.”

A P1 que anteriormente se sentia impotente para agir e com limitações, afirma que traria orientações para que a criança denunciasse, nesse caso seria importante a instrução para que a própria professora realizasse a denúncia. Na questão oito também não houve a menção a coordenação ou direção. As professoras P2 e P3 encaminhariam a direção, P4 afirma que tomaria medidas necessárias, mas essas medidas não são mencionadas. A P7 menciona conversar com a criança, mas na conversa promete ações que protocolos pedem que não sejam realizadas, como por exemplo “não terá problemas se abrir”, é necessário passar segurança a criança, mas sem prometer algo que não temos certeza que poderá ser cumprido.

Para que medidas cabíveis sejam tomadas é necessário formação e conhecimento sobre a violência sexual, conhecimento das formas de enfrentamento. Infelizmente o sentimentalismo está longe de ajudar, é necessário estratégia e conhecimento para enfrentar essa problemática em sua concretude. Algumas menções ao conselho tutelar foram notáveis, pois é importante saber que o movimento de orientação não se passa despercebido e de alguma forma comunicá-lo fez parte de algumas respostas.

Para concluir, a questão 8 do questionário da coordenação foi diferente: “A coordenação toma alguma medida para capacitar os professores na prevenção e no combate a violência sexual na infância?” A resposta da coordenadora foi:

A equipe docente é constantemente orientada no sentido de observar mudanças significativas no comportamento das crianças e imediatamente informar a coordenação e direção para que juntas possam investigar se essa criança está sofrendo algum tipo de violência sexual. Existe um diálogo bem próximo da coordenação e professoras de orientação em relação aos possíveis sinais indicadores de que uma criança esteja sofrendo algum tipo de violência sexual.

Em algumas respostas das docentes encontramos contradições e muitas dúvidas referentes ao que fazer. Nesse sentido atentamo-nos para uma formação abrangente também para a coordenação, para que essa possa compreender o papel da instituição e das docentes em relação ao enfrentamento da violência sexual na infância.

As respostas dos questionários foram muito relevantes para evidenciar a necessidade do que deverá ser abordado no guia formativo, pois também não foi observado nas questões 7 e 8 a menção ao disque 100, principal número de denúncia de violência sexual anônimo; formas de proteção ao professor; responsabilização da escola; e protocolos a serem seguidos. O questionário destacou e confirmou aspectos importantes levantados pela pesquisa documental sobre a necessidade de um material formativo específico para docentes que atuam na educação infantil e que lidam ou lidarão com a problemática da violência sexual na infância.

## 2.3 CONSTRUÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Para a construção do produto educacional, considerou-se primordial em primeira fase a análise documental das cartilhas e guias já existentes, para sustentar e fundamentar a necessidade de um material específico destinado para professores de educação infantil, o *Guia para professores da educação infantil: precisamos dialogar sobre a violência sexual na infância*. Para o processo de análise documental coube-se também identificar nos materiais selecionados as lacunas dos conceitos, temas e debates que necessitariam estar no produto educacional deste trabalho de pesquisa. Diante disso reverberou-se nos capítulos do produto educacional desta pesquisa, muitos aspectos identificados na pesquisa documental, fundamentado teoricamente na pesquisa documental realizada.

No segundo momento foi à análise dos questionários realizados com as professoras participantes, também primordial para a investigação da pesquisa, que levantaram dados importantes para a construção do material formativo destinado a professores de educação infantil, que considerou a vivência da realidade concreta da instituição de educação infantil um coletivo específico.

Para tanto, as respostas expostas da pergunta 9 do questionário das professoras participantes evidenciam e fundamentam a necessidade do material formativo: “Você teria interesse em ler um material voltado para professores com a temática da violência sexual na infância? Para você, o que seria interessante ter nesse material? Qual tipo de discussão teórica ou orientações? Para a análise das respostas foi separado em cinco categorias para identificação da relevância de informações e frequência de dados que apareciam nas respostas, foram elas: As participantes professoras, identificadas como P, as respostas foram: algo voltado para segurança da criança, como forma de delatar o problema, composto pelas P1 e coordenadora. Instruções de como lidar com as situações de violência, composto pelas P6, P2 e P7. Orientações de como perceber e como agir diante do descobrimento ou suspeita da violência sexual, a busca por um material de formação composto pelas P4, P5, P7 e coordenadora. E, como levar o assunto para a família sem ser mal interpretada, categoria composta pela P5 e coordenadora. Todas as participantes foram favoráveis à criação de um material formativo.

Todas as respostas foram de extrema importância, pois como pesquisa ação-crítica, consideramos a emancipação de pensamentos e educação crítica da escola campo, desenvolvendo conhecimento construído em coletivo através da pesquisa. Contemplar no

produto o construto de indagações coletivas que irá retornar para elas em forma de guia impresso e digital para ser acessado em diversos momentos e lugares.

Diante da necessidade do material formativo, o construto do produto foi pensado e sustentado pelas lacunas da existência em materiais formativos investigados na pesquisa documental, além dos interesses e apontamentos sustentados pela pesquisa realizada com as participantes. Nesse sentido o produto teve impreterivelmente: objetivos formativos e orientadores para professores e professoras da educação infantil no que se refere ao enfrentamento da violência sexual na infância; abordar o conceito de violência sexual em sua abrangência e não como abuso sexual para se referir à violência quando não houvesse penetração, em conceituação correta, fundamentado na revisão bibliográfica da investigação do trabalho; discutir os professores e professoras de educação infantil enquanto parte de uma equipe multidisciplinar que atua no enfrentamento a violência sexual infantil e abordar a orientação do processo de comunicação, denúncia e responsabilidade dos órgãos a partir da perspectiva dos professores e professoras da educação infantil. Esses foram os norteadores para construção do produto e pontos que não poderiam deixar de serem abordados considerando as pesquisas documentais e empíricas.

Dessa forma os capítulos ficaram organizados da seguinte maneira: Introdução, com um breve percurso histórico sobre a infância e violência sexual, pontua-se como importante não tornar alheio essas informações, mas sim trazer apenas apontamentos que possa também servir de pesquisa para compreensão do fenômeno. Capítulo 1- Relações de poder e as crianças. 2- O que é violência? O que é violência sexual? O que é a infância vítima de violência sexual? 3- O professor de educação infantil frente à violência sexual de crianças. 4- Professor, o que fazer diante de uma suspeita ou convicção de uma criança violentada? Caminhos para comunicação e denúncia.

Para além da bibliografia utilizada na fundamentação teórica da dissertação e também utilizada para a construção do produto educacional, foi primordial o documento *Parâmetros Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*.

Outro elemento utilizado para construção do produto foi a utilização de imagens, ilustrações que dialogassem com cada capítulo. Nesse sentido, quatro ilustrações foram utilizadas em cada capítulo. Nas ilustrações a criança carrega um brinquedo fazendo alusão a sua inocência, quando o adulto quebra esse brinquedo simbolicamente faz alusão a violência sexual. No capítulo dos professores e a violência sexual a um diálogo da criança e o brinquedo quebrado com a professora e no capítulo da denúncia uma tentativa de restaurá-lo. Utilizamos do simbólico para complementar o diálogo com os textos de maneira que as imagens não estão

alheias ao que está escrito em cada capítulo. As imagens aparecem sozinhas em cada capítulo, apresentando um significado próprio, mas também formam um sentido em conjunto, contando uma história.

A aplicação do produto foi realizada a partir do dia trinta de outubro de 2021, foi enviado para todas as participantes da pesquisa a primeira versão do guia para leitura. Em primeiro momento foi aberta a possibilidade de discutirmos e conversarmos em uma videoconferência por google meet, como planejado a priori, porém outros planos ocorreram a partir das informações da coordenadora, de que o quadro de funcionárias estaria passando por mudanças. Compreendeu-se que a adequação do horário seria diferente para cada uma das participantes e foi então sugerida a outra proposta, da participação por questionário semiestruturado através do google forms. O conteúdo do questionário referiu-se à opinião das participantes em relação ao produto, se estavam contempladas enquanto professoras da educação infantil em relação ao conteúdo, se gostariam de acrescentar algo, pois enquanto pesquisa-ação-crítica as participantes poderiam acrescentar algo, pois estava em primeira versão, ou consultar sobre dúvidas, se sentiram falta de alguma informação ou dado importante.

As participantes responderam ao questionário no mês de dezembro de 2021, no total de cinco participantes. O questionário foi composto por 6 perguntas semiestruturadas, apenas a pergunta 4 era objetiva com as opções: sim, não, ou outro, mas com espaço para comentário, para que as participantes pudessem responder de maneira objetiva e sem receio sobre a contemplação do material na perspectiva de profissional atuante na educação infantil.

1- O material formativo cumpriu com as expectativas? P4, P5, P6, P7 e coordenadora responderam sim.

2- Se sentiu contemplada enquanto professora de educação infantil? P4, P5, P6, P7 e coordenadora responderam sim e não adicionaram comentário.

3- Enquanto professora de educação infantil você sentiu falta de alguma informação ou dados importantes no material? P4 respondeu: não. P5 respondeu: “Não, achei que os dados foram muito bem formativos, cumprindo todas expectativas”. P6 respondeu: “Não. O material estava bem esclarecido”. P7 respondeu: “É um material que trás informações que nos ajuda muito na nossa profissão. Achei esse material completo”. Coordenadora respondeu “Não. Ficou excelente todas as informações foram abordadas”.

4- Gostaria de que fosse acrescentado algo no material formativo? P4 e coordenadora responderam não. P6 respondeu: “Não. O material está bem claro” e P7 respondeu: “Não, pois é bom bem elaborado”.

A avaliação do produto foi realizada por cinco participantes do total de oito que compunham o grupo, mais da metade do coletivo, a expectativa era de que todas pudessem ter participado desse momento que foi também formativo, pois exigiu uma leitura minuciosa do trabalho na primeira versão. Conclui-se de acordo com a avaliação do coletivo de participantes que a escrita do material foi positiva e não houve interesse em alguma sugestão ou contribuição no material para as próximas fases que seriam a publicação, ilustração e envio para editoração. Considerou-se a mudança avisada pela coordenadora como hipótese para a não participação da avaliação de todo o corpo docente de professoras participantes da pesquisa, outra hipótese pode ser a leitura do material em final de ano com outras demandas de trabalho.

**3**

**O PRODUTO EDUCACIONAL**

# GUIA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Precisamos dialogar sobre  
a violência sexual na infância



Kellen Stalschus  
Pedro Amaral Ilustrador



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA  
MESTRADO



**Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira**  
Diretora Comercial

**Winstom Ericck Cardoso Pereira**  
Diretor Administrativo

#### **CONSELHO EDITORIAL**

##### **ACADÊMICO**

Prof. Me. Adriano Cielo Dotto (Una Catalão)  
Prof. Dr. Aguinaldo Pereira (IFRO)  
Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)  
Prof. Me. Dagoberto Rosa de Jesus (IFMT)  
Profa. Dra. Deise Nanci de Castro Mesquita (Cepae/UFG)  
Prof. Dr. José Maria Baldino (PUC Goiás)  
Profa. Dra. Márcia Gorett Ribeiro Grossi (CEFET-MG)  
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)  
Profa. Me. Patrícia Fortes Lopes Donzele Cielo (Una Catalão)  
Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)  
Prof. Dr. Ulysses Rocha Filho (UFCAT)

##### **CONSULTIVO**

Carlos Antônio Jordão Segundo  
Frederico Nardi  
Paulo Bento

Kellen Jéssika Stalschus

# **GUIA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:**

**Precisamos dialogar sobre  
a violência sexual na infância**

1ª edição

Goiânia - Goiás  
Editora Alta Performance  
- 2022 -

Copyright © 2022 by Kellen Jéssika Stalschus

**Editora Alta Performance**

Rua da Charita, Quadra 137, Lote 1  
Jardim Atlântico - CEP: 74.843-390 - Goiânia/Goiás  
CNPJ: 21.538.101/0001-90  
Site: <http://editoraaltaperformance.com.br/>

**Contatos:**

Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Editoração: Franco Jr.  
Ilustrações e Capa: Pedro Amaral

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte  
Dartony Diocen T. Santos CRB-1 (1º Região) 3294

S782 Stalschus, Kellen Jéssika.

Guia para professores da educação infantil: precisamos dialogar a violência sexual na infância. / Kellen Jéssika Stalschus. - Goiânia: Alta Performance, 2022.  
59p. : il. [E-book]

ISBN: 978-65-84519-36-7

1. Guia educacional. 2. Violência infantil. 3. Educação infantil. 4. Pedagogia.  
I. Título.

CDU 376+371

O conteúdo da obra e sua revisão são de total responsabilidade da autora.

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil  
2022

# Sumário

Apresentação .....	6
Introdução.....	10
As Relações de Poder e as crianças .....	16
O que é violência? O que violência sexual? O que é a infância vítima de violência sexual?.....	24
O professor de Educação Infantil frente à violência sexual de crianças .....	34
Desenvolvimento infantil e as práticas pedagógicas .....	39
Crianças – 6 meses a 1 ano .....	39
Crianças – 1 a 3 anos .....	40
Crianças – 3 a 6 anos .....	43
Professor, o que fazer diante de uma suspeita ou convicção de uma criança violentada? Caminhos para comunicação e denúncia.....	48
Considerações Finais .....	57
Referências .....	58

# Apresentação

**Q**ueridas professoras e professores de educação infantil, este guia destinado a nós é fruto de uma pesquisa de mestrado em ensino na educação básica do PPGEEB do Centro de Educação e Pesquisa Aplicada à Educação Básica da Universidade Federal de Goiás. Quero dizer primeiramente do desejo, sim, desejo, pois este foi o que me guiou ao mestrado profissional em ensino na educação básica, o desejo de produzir algo palpável para contribuir com a formação de professores na atuação frente à violência sexual de crianças.

Infelizmente a realidade é dura, o último boletim epidemiológico até a data de escrita deste material, que é de 2018, apresenta um estudo descritivo sobre o perfil das violências sexuais praticadas contra as crianças no Brasil. Os dados apresentados são: entre 2011 e 2017 foram notificados 58.037 casos de violência sexual contra as crianças, destas notificações, 43.034 eram do sexo feminino e 14.996 eram do sexo masculino. Da quantidade de casos, 74,2% eram do sexo feminino e 25,8% do sexo masculino, **sendo 51,2% entre 1 e 5 anos e 42,9% entre 6 e 9 anos; 37% dos eventos tiveram caráter de repetição e 69,2% ocorreram na residência da criança;** 35,4% tinham vínculo de amizade ou conhecimento com a criança. Segundo o anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (p. 219):

O percentual de vítimas de 0 a 9 anos que era de 37,5% (das vítimas de 0 a 19) em 2019, passou a ser de 40%. Ou

seja, apesar de a subnotificação causada pela pandemia, não permitir afirmar que houve aumento dos estupros de 2019 para 2020, é possível afirmar que em 2020 as vítimas de estupro e estupro de vulnerável no Brasil são, em média, mais novas do que o perfil das vítimas apresentados em 2019.

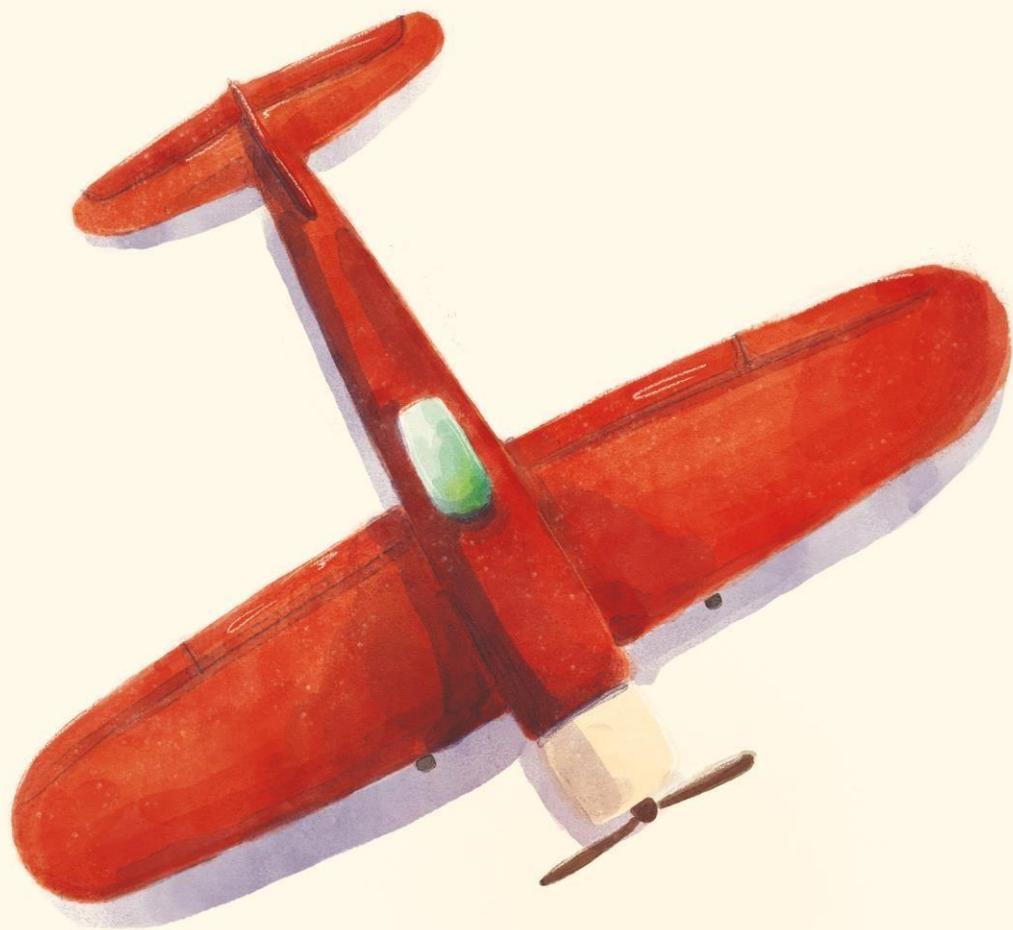
Esse novo documento novamente trouxe a residência como lugar de referência do crime de violência sexual, 60% dos casos foram nas residências das vítimas e, quando se tratou de crianças de 0 a 4 anos, 70% dos casos. Nos casos das crianças de 0 a 4 anos, 80% dos autores eram conhecidos ou familiares, das de 0 a 19 anos, 83%.

Neste material, trago uma revisão histórica que abordou momentos de evolução em relação aos conceitos de violência. Apesar de necessária para a pesquisa, aqui eu trago, para além da revisão histórica, uma forma de nos situarmos em relação a essa problemática, voltada para o enfrentamento no real concreto da ação pedagógica.

Não é objetivo deste guia trazer conceitos e jogá-los fora de um contexto, afinal, saber o conceito da violência sexual e não saber como enfrentá-la enquanto professores é algo que desorienta o processo. O desejo não é apenas informar uma situação que já é dita de forma midiática com o foco no sensacionalismo, ou através de breves campanhas mensais, mas a maior preocupação foi com o conteúdo formativo que este material poderá oferecer para nós, professoras e professores da educação infantil.

Compreendo que seja um tema sensível, complexo e difícil de ser lido, porque é dolorido perceber que tantas crianças sofrem esse tipo de violência, mas quero também alertar

que em algum momento, nós, professores, poderemos presenciar uma situação de suspeita ou mesmo convicção de violência sexual com alguma criança pela qual somos responsáveis. O melhor caminho é nos informarmos, ou melhor, obter um conhecimento formativo que possibilitará ações concretas de enfrentamento. A educação é uma possibilidade de enfrentamento.



# Introdução

**A**ntes de compreender a violência sexual que ocorre contra as crianças, é muito importante entender o caminho que ela percorreu para se perpetuar. O caminho é chamado relação de poder. As relações de poder da nossa sociedade não surgiram de uma hora para outra, ela é resultado de anos, de um percurso histórico que até hoje provoca consequências. Os princípios da nossa sociedade são sustentados pelas relações de poder, que começaram com históricos anteriores.

Em relação à violência sexual praticada contra as crianças no percurso histórico, vamos fazer um apanhado histórico que Azevedo e Guerra (1998), Safiotti (1989) e Vigarello (1988) realizaram em suas obras. Iniciar compreendendo esses processos nos ajudará a entender a sociedade atual e também as relações de poder que continuam existentes no hoje.

Portanto, a trajetória histórica das relações sexuais que envolviam adulto-criança perpassa uma circularidade em relação à concepção de aceitação e condenação, termo utilizado pelas autoras Azevedo e Guerra (1998), para abordar a totalidade de maneira não simplista em relação a essas práticas e o posicionamento da sociedade situada em um determinado tempo histórico, diante desse acontecimento, compreendendo a existência de múltiplas visões sobre a realidade a depender do sistema cultural e social no qual o indivíduo estava inserido.

Desde a tradição grega, sumeriana e judaica, foram observadas relações sexuais adulto-criança. Um marco de rompimento para essas relações foi o Cristianismo da Igreja católica, com a condenação do sexo com crianças intitulando-o como blasfêmia. Nesse contexto, apresentou-se a violação

do corpo da criança como pecado. Importante ressaltar o conceito de infância que se inseriu nesse momento histórico, a criança santificada, angelical e pura. Nasceu nesse contexto uma idealização romântica da infância, símbolo da inocência e do sagrado.

O contraditório, como afirma Vigarello (1988), é que quando havia casos de violação contra crianças, o adulto era condenado, mas não só o adulto, a criança também recebia uma punição, mesmo em posição de vítima, pois estava em pecado sexual também. Nesse momento histórico houve também a repressão da sexualidade, o sexo seria apenas para fins de procriação, atentando para a repressão dada à mulher, a diferença no tratamento entre os gêneros era existente.

Continuando com as reflexões do autor, posteriormente, com a perda de poder da Igreja, o Estado ficou responsável por criminalizar a ação sexual adulto-criança. Nesse sentido, já havia um conceito de violência sexual contra a criança, específica para a época. O início do século XVIII aponta que o estupro já aparecia condenado nos textos, mas que na prática tais ocorrências eram pouco penalizadas, era considerado como outro crime qualquer, como um furto.

Diante da falta de pecado para o estupro, pela perda de poder da Igreja, nos julgamentos ocorrentes a violência sexual era pouco abordada, a vítima se tornava suspeita, a violência era negligenciada em lugar da crença da criança que seduzia e encantava, o testemunho da mulher e da criança era posto à prova, era quase sempre suspeito. O agressor era ora culpado, ora perdoado, por ter os atos atribuídos à sua natureza biológica, e a criança culpada denomina-

da “criança libertina”. Nesse momento ocorre o outro extremo de conceito da criança, que ora é considerada anjo, ora libertina.

A partir do século XX houve o marco da condenação para a violência sexual contra a criança, mas voltado pelo fenômeno da conceituação das psicopatologias do agressor, o foco da discussão era para o violador. Azevedo e Guerra (1998) denominam essas ações de vitimologia. Portanto, as vítimas recebiam a culpa pela sedução, ainda na criança, a cultura de adultização, sexualização e culpabilização da vítima. Essa culpabilização também foi muito utilizada para culpar mulheres de crimes sexuais, atribuindo à vítima responsabilidade pelo ato do criminoso.

Para o autor o início do século XX foi marcado pelas iniciativas dos movimentos sociais, que promoveram denúncias, passeatas e movimentos organizados de luta. O tema da violência sexual foi mais explanado, o foco no sofrimento da vítima, nos traumas psicológicos, e nos danos irremediáveis foi abordado. A criação de leis sobre maus-tratos e violência foi aprovada, o fim do século foi marcado pelas discussões psicológicas diante do assunto, a diferença entre violência sexual praticada contra criança e contra o adulto foi posta. Foi apontada maior abertura tanto para denúncias como para visibilidade das vítimas.

Vejam o percurso histórico e como ele tem relações com nossa atual sociedade. Por isso esse momento de contextualização foi importante, pode parecer em alguns momentos irrelevante, repetitivo ou cansativo. Mas partir dessa contextualização foi uma escolha necessária, porque o problema da violência sexual praticada contra as crianças possui ra-

ízes muito profundas, que devem ser entendidas para além do imediato. Existem miudezas no processo enraizado na sociedade.

Quem são esses agressores sexuais? Quais são essas crianças propícias a serem violentadas? Que relações de poder são essas? Vamos entender? Prossigamos então...





## **As Relações de Poder e as crianças**

**P**ara aprofundarmos sobre o crime de violência sexual praticado contra crianças e não o abordar de maneira superficial ou simplista, é preciso entender sobre a existência de quem possui o poder em nossa sociedade e como ela é dividida, descobrir quais as forças que oprimem os mais fracos. A discussão será embasada por Saffioti (1989, 1995, 2004).

Em nossa sociedade capitalista, quem detém o poder é quem possui o grande poder econômico – o macropoder – o poder do capital, existe também a síndrome do pequeno poder, que são aquelas pessoas que não possuem o grande poder, mas o almejam muito, e colocam quem está em posição “inferior” à dela como subordinado em uma repetição de violências, estas possuem o micropoder em suas relações. Por isso as violências sexuais contra crianças são praticadas por ambos os poderes, de todas as camadas sociais. Tanto ricos, como pobres, pois de alguma maneira, tanto macro, como micro, o poder é exercido.

Junto às relações de poder, está a relação adulto-criança, na qual existe o poder hierárquico do adulto sobre a criança. O adulto é sim o responsável legal pela criança, responsável por cuidar e ensinar. Mas nessa relação na maioria das vezes os interesses, vontades, desejos e sentimentos da criança são invalidados em detrimento da vontade do adulto. Em muitos casos é anulada até mesmo a oposição da criança, ela se torna objeto do desejo do adulto, não é apenas dominação. Dessa forma, surgem muitas falas do senso comum, “a criança é minha, educo como quiser”, “eu bato sim, o filho é meu”. Objeto no sentido “coisa”, mesmo.

O papel do adulto é de muita importância para a educação da criança, segundo Vigotski (1999), é o papel de media-

dor, é o que ensina a criança sobre os processos culturais acumulados durante os anos pela humanidade. Porque o desenvolvimento não é somente biológico, é social e psicológico também. O adulto vai ensinar as regras sociais, nós não nascemos sabendo, não é inato, o adulto é mediador do processo de aprendizagem da criança. Ensinar a comer, a utilizar o banheiro. Ressaltamos que é nesse processo que a criança está se apropriando da humanidade, ela está há menos tempo que o adulto no mundo, então é processual.

Nesse processo é necessário o respeito pela criança, o respeito pelo ser humano que ela já é, a criança não vai se tornar gente apenas quando crescer, ela já é gente, mesmo quando ainda é um ser humano pequeno.

Agora que entendemos sobre o desenvolvimento com Vigotski (1999), vamos retornar às relações de poder e a Saffioti (1989)? Então, nessa relação de poder que acontece em nossa sociedade o poder do adulto quando é autocentrado em si, atua em seu máximo na busca de “educar a criança”, mas educar a criança nesse sentido específico adulto-centrado significa torná-la seu semelhante a qualquer custo, não existe o respeito e compreensão pelo processo. O adulto que detém o poder utiliza dele para satisfazer as suas próprias vontades. Portanto, em variadas culturas, classes sociais e espaços diversos, é possível observar a imposição de poder sobre a criança.

Como observamos, educar é diferente de exercer poder sobre um sujeito, a criança está há menos tempo no mundo do que o adulto, portanto precisa da mediação dele para se apropriar do mundo e da cultura estabelecida nele, mas não necessita de um adulto para subjugar-la, anulá-la e maltratá-

-la enquanto ser humano, a privando de ser, sentir e existir no seu tempo de existência biológico, psicológico e social. Em uma perspectiva histórico-cultural que compreende a criança em toda a sua complexidade. Vamos entender melhor.

O caráter de poder da sociedade adultocêntrica (focada no adulto) está com o adulto e muitas vezes isso independe do grau de relação com a criança (ou seja, não importa o adulto, ele sempre será o certo, na ideia geral), implícita a regra, o adulto certo e criança errada, adultos mandam e criança obedece, "obedeça ao tio", "se comporte com a tia, ela vai me contar se você ficou quietinho". A discussão levantada aqui, antes de abordar especificamente aspectos da violência sexual contra as crianças, estabelece relação com o contexto social a que pertencemos, a concepção de criança e adulto constituída em nossa sociedade. Inclusive nas instituições de educação infantil.

As crianças recebem regras e as regras advêm dos adultos, na maioria das vezes com pouca informação e explicação para elas, regras absolutas: "obedeça", "faça", "não grite", "não chore", "fique quieto", "obedeça a tudo que o fulano disser", "obedeça adulto, se não vai apanhar", "não seja mal educado com o adulto, seja bonzinho", "beije o tio para se despedir (mesmo contra a vontade)", "sente no colo para tirar foto, agora, estou mandando", "coma tudo, senão apanha", "vá tirar foto agora", "engula o choro", "vai apanhar", "você tem a permissão para corrigir".

Os sentimentos e feições das crianças são construídos e ensinados pelos adultos e nas relações estabelecidas com eles e com outras crianças também, a criança não nasce sabendo amar, ela aprende em seu contexto com seus pares,

nas suas vivências, portanto, ela aprende a comer, a tomar banho e também a abraçar, a receber e demonstrar carinho, afeto, descontentamento e confiança. Lembrem que o adulto é o mediador do aprendizado.

Quando uma criança é violada sexualmente desde muito pequena, essa pode ser a concepção que ela vai ter de afeto, carinho ou outros sentimentos. Ela está construindo as suas percepções, se alguém que ela ama e confia, o “adulto da família”, que ela aprendeu a obedecer, afirma que tal ato é carinho, é isso que a criança pode compreender, pois ainda não há *instrumentos simbólicos* (construção da representação mental do mundo real) (VIGOTSKI, 1999) para entender a violência, o que impede na maioria das vezes que haja a descoberta do crime praticado contra a criança. E isso não deixa de ser violento, é criminoso, é perverso, é a dominação de um adulto que, no processo de uma criança conhecer o mundo, violentou-a e a podou de vivenciar sua infância, de se apropriar do mundo e toda uma estrutura psicológica e de linguagem.

Existem também a ameaça e a coerção fomentadas pela palavra do adulto: “vão acreditar em você ou em mim?”. A criança é muitas vezes ensinada a acreditar que o adulto é o detentor da verdade e o que possui credibilidade de todos, a nossa sociedade reafirma essa convicção a todo momento. Nessa situação, o que uma criança que ouviu sempre que o adulto que fala a verdade, que ela deve sempre fazer o que o adulto manda, iria fazer? Contar a sua verdade? Vítimas adultas não revelam por medo de serem desacreditadas, imaginem crianças. Compreenderam o tamanho da força da relação de poder?

Outro fato muito importante das relações de poder adulto-criança é a incredulidade na palavra da criança, ou o pouco valor no que ela diz. Como contar se as pessoas não escutam, para que contar se não vão acreditar? Relativizam os sentimentos, como se não houvesse o direito de ficarem tristes, deixarem escapar um copo, não conseguirem controlar seus sentimentos, sentirem ciúmes, saudades, deixarem escapar o xixi mesmo sendo “velho”. A verdade é que se tratassem os adultos como tratam algumas crianças, alguns adultos não suportariam um só dia.

Impossível não recordar do livro *Quando voltar a ser criança*, de Janusz Korczak, o personagem que é adulto, torna-se criança novamente e tem de viver os dias de seu cotidiano no corpo de uma criança. Em determinada parte do livro ele, em corpo de criança, mas com a mente de adulto, se revolta com uma situação na qual os adultos tratam as crianças:

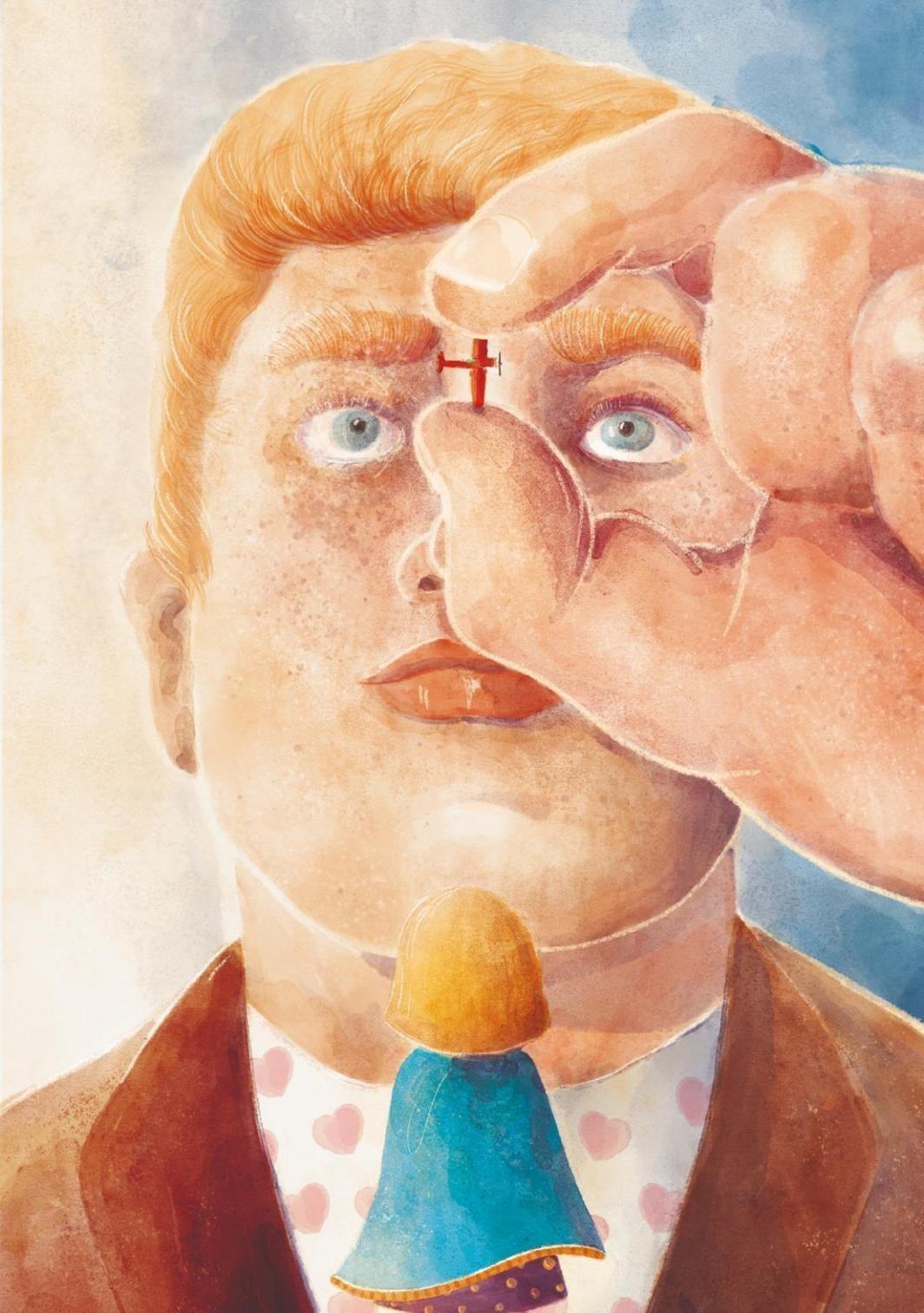
Mas aí sendo eu inocente, sei que haverá um inquérito, que todos os prós e contras serão devidamente pesados. Já os nossos problemas são liquidados de qualquer maneira. Por que será? Por que somos tão frequentemente injustiçados? Por que é permitido castigar injustamente uma criança, e isto é considerado coisa sem importância, e ninguém se responsabiliza perante ninguém por tal injustiça? (KORCZAK, 1981, p. 64-65).

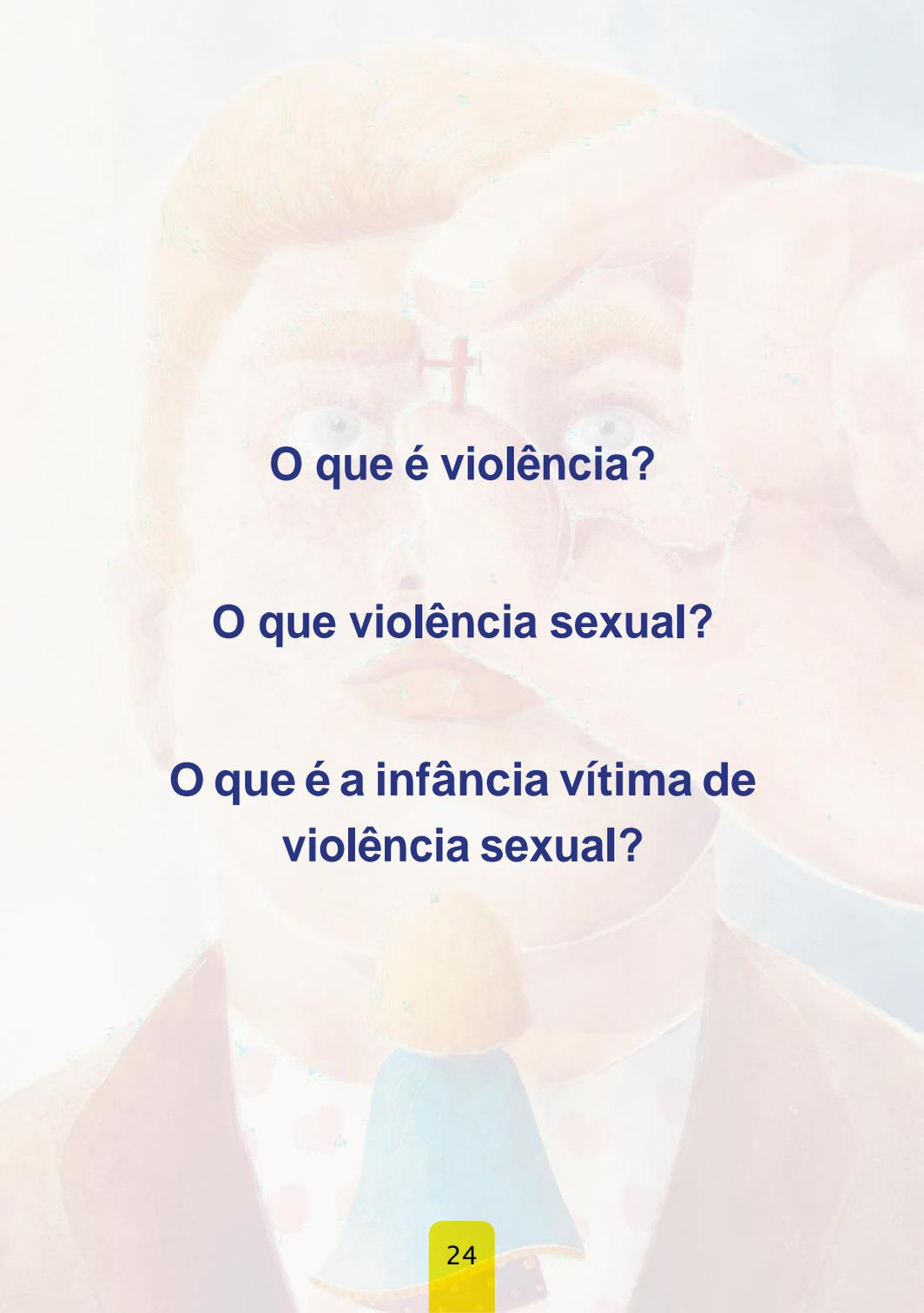
Não gostamos de contar nossas coisas aos adultos, talvez porque eles estão sempre com pressa quando falamos com eles. Sempre parece que não estão interessados, que vão responder qualquer coisa, para se verem livres logo. Está certo: eles têm os seus problemas importantes e nós os nossos. De nosso lado esforçamo-nos em dizer

tudo em poucas palavras, para não aborrecê-los. Como se o nosso assunto fosse de pouca importância, podendo ser resolvido com simples sim ou não deles. (KORCZAK, 1981, p. 37).

É primordial primeiramente compreendermos as relações de poder da nossa sociedade, que é adultocêntrica, que aborda também as várias facetas da violência sexual contra criança apontando contra afirmações do senso comum de que apenas em realidades de pobreza, ou em situações de violência sexual bruta com violência física, esse crime contra crianças acontece.

Desconstrói também a imagem de monstro que existe sobre o violentador, afirma que a existência do violentador pode ocorrer em diversas camadas da sociedade, em diversos espaços, inclusive e principalmente no seio familiar e nas relações de amizade próximas da família, que não é um problema singular ou exceção, é um problema social. O violentador em muitas vezes se apresentará como uma pessoa confiável para o adulto e também para a criança.



The background features a stylized illustration of a man with a prominent mustache and a woman behind him. The man has a red cross on his forehead. In the foreground, there is a small figure of a person with a yellow head and a blue body. The overall style is soft and painterly.

**O que é violência?**

**O que violência sexual?**

**O que é a infância vítima de  
violência sexual?**

*“Violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual.” (BRASIL, 2001)*

**P**ara dialogarmos sobre a violência sexual no Brasil, precisamos entender a pedagogia da violência. Saffioti a define como a naturalização da violência praticada, sua afirmação é sustentada por uma visão que vem de um caminho histórico e que não é natural, é social. A realidade brasileira se apoia em um conceito de violência sustentado na integridade física, mas sabemos que violência é muito mais do que somente a integridade física, ela abarca a integridade moral, emocional, psíquica, sexual.

É chamada de pedagogia da violência, pois é tendenciosa a considerar apenas a brutalização da violência e não a suas várias nuances, inclusive violência psicológica, que não deixa marcas visíveis no corpo, mas é tão avassaladora quanto. Parece que a gente vê tanto nos noticiários, ouve tanto, conversa tanto, que se naturalizou e apenas o que é brutal tende a chocar, ou melhor, tende a ser real, o que não é brutal se faz invisível.

Dito isso, as violências fora do palpável, fora do visível, tendem a ser negligenciadas e mesmo quando palpáveis são sustentadas pelas relações de poder. Surgem questões como: “Com quem são praticadas?”, “Por quem são praticadas?”, “Qual local?”, “Na residência?”, “Foi na rua?”, “Foram os pais?”, “Houve penetração?”.

Nesse sentido, refletimos como essas violências são percebidas, principalmente a violência contra a criança. Existe diferença na percepção de um estupro de uma criança em um

beco escuro em uma rua, um crime realizado por um desconhecido, para uma violência sexual velada por anos que ocorre no lar por um familiar da criança? Existe diferença entre uma violência sexual em que houve agressão física, para uma que não houve e denominam de molestação ou passar a mão? Ambas são violências, exercidas e perpetuadas por uma relação de poder adulto-criança.

Infelizmente a compreensão sobre o crime da violência sexual está atrelada ao de violência física, ou brutalização, mas o processo de violência sexual pode ocorrer de diversas maneiras, violentando psicologicamente e de diversas formas sexualmente, não necessariamente a violência sexual será abrupta e com agressões físicas, mas não é por isso que deixará de ser violência ou violenta. Portanto entendemos a violência como uma ruptura da integridade humana, de qualquer forma: física, psíquica, moral, sexual.

As crianças são transformadas em vítimas. A palavra é transformar mesmo, utilizada no sentido de percebermos o transformar da criança em vítima por alguém que a colocou nesse lugar, para salientar que as crianças vítimas de violência sexual não surgem de um estado natural, por um acaso do destino, mas que existe um processo de fabricação da vítima (AZEVEDO; GUERRA, 1989, 1993, 2001), ou seja, a produção de crianças que se tornarão vítimas, existe um agressor que produz a vítima. E isso não deve ser naturalizado, apesar dos demasiados casos ocorrentes. Para tanto, são atribuídos nomes específicos para o exercício das diversas formas de violências praticadas contra as crianças. Se existe uma criança vítima, existe alguém que produz a violência, esse não é um percurso natural da infância.

Entendemos algumas categorias da violência sexual e suas formas de existirem na prática contra as crianças. A infância vítima de violência sexual ocorre em diferentes contextos. Para compreendermos os próximos desdobramentos, é necessário entender a reflexão sobre a realidade das infâncias vítimas de violência sexual (AZEVEDO; GUERRA, 1989, 1993, 2001; SAFFIOTI, 2004), que ocorrem em espaços diversos, em situações diversas, em contextos e realidades diversos.

**Crianças de alto risco:** a sociedade as enxerga como algo abstrato, pessoas se isentam da responsabilidade sobre elas, que são as crianças vulnerabilizadas socialmente e, portanto, possuem uma maior possibilidade de sofrerem violações dos seus direitos humanos.

São as crianças expostas a riscos elevados, vítimas do sistema socioeconômico, é a marca da violência estrutural e desigualdade social, é também uma violência estatal. Atinge a infância pobre, a infância explorada, crianças vítimas das relações abusivas de trabalho, crianças vítimas de maus-tratos de instituições assistenciais e também da rua, inclui as crianças que são excluídas do processo de escolarização. Teoricamente todos têm direito à educação, mas na realidade concreta não ocorre dessa forma.

Essas crianças estão mais expostas à brutalidade da violência física e também à exploração sexual.

**Exploração sexual de crianças,** que é o comércio do corpo de crianças, que envolve uma grande rede para satisfazer o prazer sexual alheio e envolve dinheiro. Ou seja, um adulto paga para ter prazer sexual com o corpo de uma criança. É realmente a relação de compra e venda, é uma grande

estrutura existente nacional e internacionalmente, um crime meticuloso e premeditado, consideram-se também as crianças vítimas do tráfico humano para esse tipo de comercialização. Salientando que não se usa o termo prostituição infantil, pois a criança não escolhe se prostituir, estar em situação de venda sexual de seu corpo, a criança é sempre a vulnerável e vítima, portanto é exploração sexual infantil.

Nesse emaranhado do comércio sexual de crianças, temos também a **pornografia infantil**, que diz respeito ao registro fotográfico ou filme das crianças em situação de violência sexual, pode ser para venda ou para o uso próprio do agressor, existe um amplo comércio ilegal, geralmente sustentado por aqueles que detêm o poder econômico.

**Crianças em estado de sítio:** onde ocorre a violência secreta. São as crianças que aparentemente estão fora da zona de perigo, elas possuem um lar, uma família, mas sofrem algum tipo de violência, inclusive a violência sexual.

Estamos abordando um fenômeno que é transversal, que ultrapassa realidades sociais e perpassa as várias camadas econômicas da sociedade, que é a violência sexual. Lembrando que a criança nas relações de poder é a parte mais vulnerável e exposta. Essa violência é velada, perversa, envolve uma magnitude de violência psicológica. Por estarmos em uma sociedade adultocêntrica, não atentamos o olhar para essas crianças aparentemente protegidas, que são pertencentes a uma família, com abrigo e comida, portanto são "posses de adultos" que "cuidam e educam essas crianças". Crianças vítimas de violência em estado de sítio são assim denominadas pois estão em uma situação de coerção, pressão psicoló-

gica, difícil de sair, em um tipo de “cárcere psicológico” e posse de um adulto.

Nesse determinado tipo de violência ocorre a **violência intrafamiliar**, quando é realizada por parentes próximos de sangue ou de proximidade e consideração, e a **violência extrafamiliar**, que ocorre por pessoas que não necessariamente possuem algum tipo de relação consanguínea com a família, mas pode ser alguém próximo ou somente conhecido. Esses casos geralmente envolvem mais de um adulto, na maioria das vezes os outros adultos envolvidos encobrem o crime, são os participantes do imposto silenciamento atribuído à vítima. Por isso em situações assim é tão complicado descobrir e denunciar. Existe o medo de a instituição família ruir, da exposição da criança, ou mesmo da interrupção da violência praticada.

Crianças vítimas da violência sexual e que estão em estado de sítio podem passar anos a fio vivenciando essa violência, até se emanciparem da família, são crianças silenciadas, que sofrem duras consequências de uma cruel violência psicológica.

Percebemos as formas nas quais a violência sexual contra a criança é perpetuada, não são faces de uma mesma moeda, ou seja, crianças vulnerabilizadas e crianças em estado de sítio na outra face. “Não sendo as duas faces de uma mesma moeda, o combate à violência contra a criança deve travar-se simultaneamente em ambas as frentes” (AZEVEDO; GUERRA, 1989, p. 46).

Nesse sentido, em consenso, a violência sexual ocorrida na infância é definida como atos ou jogos sexuais, relação heterossexual ou homossexual, que envolve um ou mais adultos, envolvendo também uma ou mais crianças de uma só vez ou

separadamente, com a finalidade de estimulá-la sexualmente ou que essa criança estimule sexualmente o adulto. Ou seja, não precisa existir penetração para que seja considerada violência sexual.

O artigo 213 do Código Penal define como estupro: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. E o estupro de vulnerável não envolve especificamente coerção física, considerando a vulnerabilidade psíquica da criança. Vamos compreender um pouco as leis que abordam a violência sexual de crianças:

Artigo 213 - A. Estupro de vulnerável “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. Envolve toque nas genitálias, por exemplo, ou outras partes do corpo com fins sexuais, ainda que por cima da roupa.

Artigo 216-B do Código Penal - Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes.

Artigo 218-B: Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Artigo 227: Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.

Artigo 229: Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou

não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.

Artigo 230: Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: § 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

A partir das leis, podemos compreender que a violência sexual é para além da penetração:

#### **Não envolvendo contato físico**

- Telefonemas obscenos: de natureza sexual, com convites explícitos ou implícitos.
- Exibicionismo: Exposição intencional (não natural) do corpo nu do adulto, para prazer pessoal.
- Voyeurismo: Espionagem, vigiar o corpo nu ou parcial da criança, em segredo. Para satisfação do prazer pessoal

#### **Envolvendo contato físico**

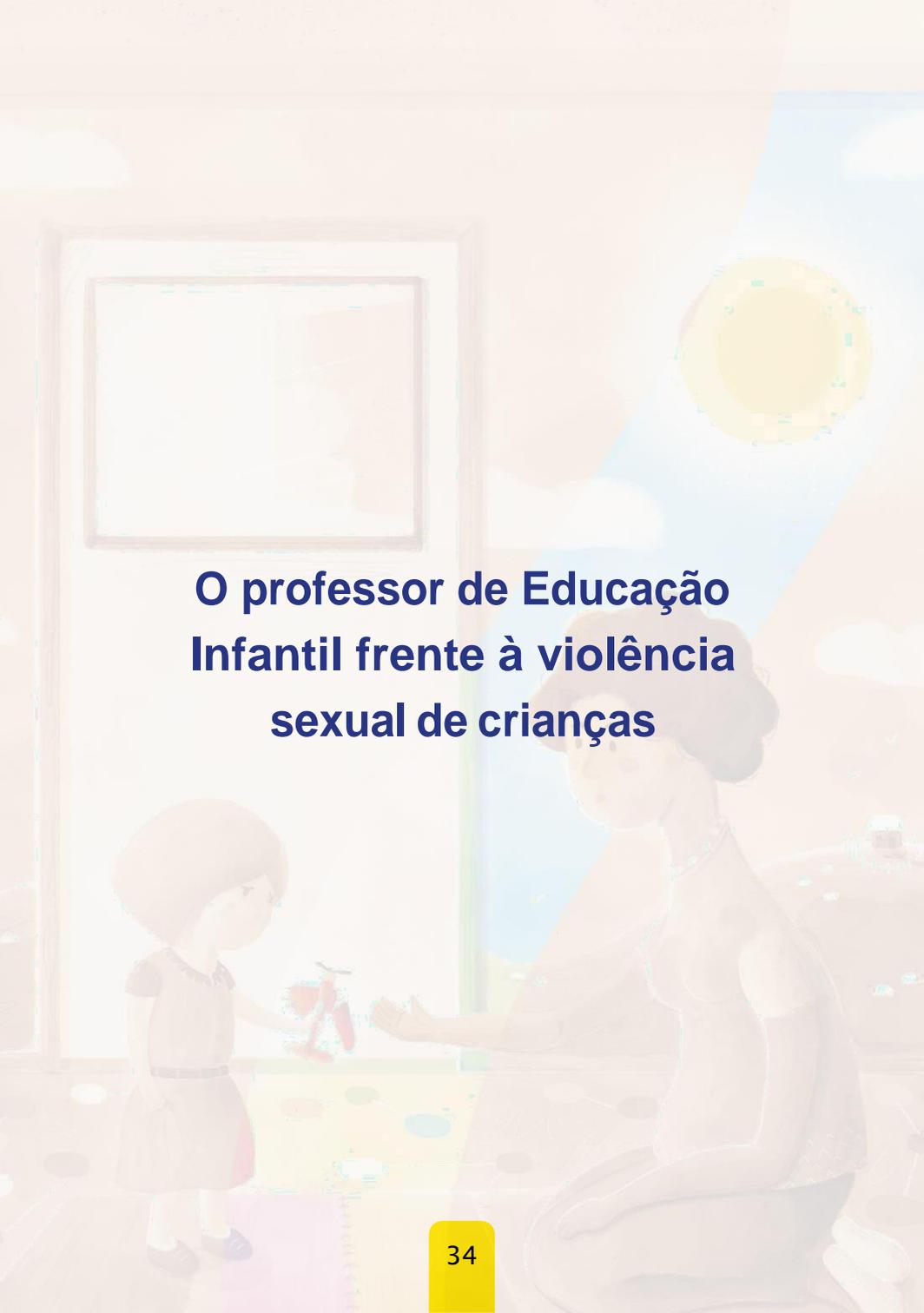
- Passar a mão no corpo da criança.
- Manipulação dos genitais ou ânus da criança.
- Utilizar a criança para se masturbar.
- Contato oral com os órgão genitais.
- Penetração.

### Envolvendo agressão física

- Manipulação dos genitais ou ânus.
- Contato oral com os órgãos genitais.
- Penetração.
- Uso da força, ameaça, intimidação.
- Agressão física
- Brutalização
- Morte

Existem ações nas quais professores de educação infantil podem agir, pois estão em acesso com crianças em situação de violência sexual, outras situações são totalmente limitadoras, por exemplo, lidar diretamente com as crianças que já estão traficadas. Existem limites e possibilidades para nossa atuação enquanto professores de educação infantil, por isso é tão importante compreender todo o processo. Lembram-se das estruturas de macropoder e síndrome do pequeno poder? Se as violências ocorressem somente por detentores do macropoder, não haveria tanta diversidade da violência sexual. Geralmente os detentores do macro poder são os que sustentam a exploração sexual, não impossibilitando também de manterem crianças em estado de sítio, mas a violência sexual perpassa todas as camadas da sociedade: sociais, econômicas e culturais.



An illustration of a woman with dark hair, wearing a patterned top and a necklace, kneeling on the floor. She is holding a small red toy airplane. A young girl with short brown hair, wearing a dark dress, stands facing her. The background shows a window with a framed picture on the wall and a bright sun in a blue sky. The scene is set in a room with a yellow floor and a pink rug.

## **O professor de Educação Infantil frente à violência sexual de crianças**

**A**pós entendermos os processos da violência sexual infantil, que a instituição de educação infantil não pode ser alheia aos acontecimentos que permeiam a vida da criança, porque ela não é apenas o indivíduo que frequenta a instituição, ela não abandona suas outras vivências ao adentrar o espaço educacional. Por esse motivo, é necessário compreender a criança em sua totalidade, ser humano composto biológica, psicológica e socialmente, em práticas pedagógicas que não excluam os acontecimentos dos contextos social, histórico e cultural da criança.

Dessa forma podemos fundamentar uma prática combatente em relação às violências sexuais praticadas contra as crianças e pensarmos possibilidades de ações de enfrentamento e prevenção na atuação dos professores de educação infantil no exercício da docência, enquanto parte da equipe multidisciplinar que age no enfrentamento à violência sexual infantil.

A escola é o espaço mais próximo da revelação da violência sexual, isso tem uma importante relação com a qualidade de escuta e a relação adulto-criança na instituição. Ou seja, como o professor se relaciona com a criança, nessa relação é perpetuado o poder hierárquico?

Várias percepções acerca do desenvolvimento da criança existem. Para a educação infantil é necessário que a educação tenha definido suas percepções, e elas devem estar fundamentadas teoricamente. A teoria histórico-cultural é uma das percepções que podemos ter de infância, criança e educação, para fundamentar a nossa discussão nesse momento.

Essa teoria apresenta uma concepção do desenvolvimento humano não como ação genética isolada, mas pela existência das trocas recíprocas que o sujeito irá estabelecer

durante sua vida com o meio e com outros sujeitos (VIGOTSKI, 1999). Pela atividade o sujeito se humaniza, se apropria da cultura. É uma abordagem que considera o sujeito não somente por fatores genéticos, leva em conta a sua historicidade, o contexto histórico social e cultural no qual se insere, também a cultura humana construída pelos sujeitos no decorrer dos séculos.

O contexto social que a criança perpassa vai além do espaço da educação infantil, além da escola, ela está em uma sociedade específica, em uma família específica e em um contexto relacional específico, em vivências externas ao ambiente institucional que a compõem enquanto sujeito. Considerar a prevenção e o enfrentamento à violência sexual através da educação infantil é admitir primeiramente a existência do fenômeno da violência sexual praticada contra crianças na sociedade, e que esse fenômeno ultrapassa classes sociais e está inserido em relações de poder nas quais a criança é subjugada. Compreender a criança em sua totalidade, biológica, social e psicológica.

O papel do adulto na relação da criança com o meio é o de mediador. Como mediador, o professor é responsável (PASQUALINI, 2010) por proporcionar pontos de partida, ou seja, a criança está se apropriando do mundo e nesse processo parceiros mais velhos poderão mediar as relações entre a criança e o meio, portanto as atividades voltadas para elas não são somente advindas dos desejos delas, mas também guiadas por um adulto que percebe além do desejo delas a necessidade de apresentar outras situações para que elas se desenvolvam. Lembram da relação de poder adulto-criança? Ensinamos, mas não em uma situação de exercício de poder.

O ensino precede alguns aspectos do desenvolvimento e apresenta algo que virá a se desenvolver, portanto ensinar prevenção à violência sexual é preceder um conhecimento que por vezes é velado pela sociedade. Esse conhecimento, trabalhado de acordo com a faixa etária, possibilitará o desenvolvimento da criança em relação ao seu corpo e proteção dele. A criança só irá reconhecer uma situação de violência se ela souber o que é violência, ela só saberá que alguém tocar em suas genitais é algo errado se ela souber que isso é errado e que ela possui um espaço aberto e acolhedor para falar sobre isso (instituição de ensino).

Voltamos novamente para as relações de poder, nós, professores e professoras de crianças, damos voz a elas? Temos uma escuta ativa com as crianças? Consideramos seus sentimentos? Prestamos atenção em suas atitudes? Ou continuamos reproduzindo as relações de poder da sociedade?

O professor, nesse sentido, é o mediador, não o que estimula aprendizado, não simplesmente alguém que segue a criança em suas aventuras, o professor realiza a mediação entre o conhecimento acumulado historicamente pela humanidade e a criança que está em processo de humanização. Existem intervenções intencionais, mas que, diferentemente da perspectiva tradicional, considera os aspectos que formam essa criança, o momento de desenvolvimento em que ela se encontra e tantos outros aspectos envolvidos em seu desenvolvimento.

Compreender a relação do professor como mediador, diante da necessidade dos crescentes acontecimentos de violência sexual na infância, pode possibilitar um ambiente de diálogo de acordo com a idade da criança, para ensinar

formas de autoproteção e conhecimento do próprio corpo e também de comunicação de algum fato de violência. Oferecer recursos simbólicos para a criança, compreendê-la como sujeito integral é considerar as especificidades da faixa etária, entendendo como importante a construção afetiva, a linguagem verbal e corporal, consciência de satisfação e insatisfação, a interação criança-adulto, e todos esses aspectos permeados pela linguagem. Os sentimentos, a linguagem, os acontecimentos sociais, as relações intra e extrafamiliares, não somente precisam, mas devem ser considerados ao lidar com a criança que está inserida na instituição de educação infantil.

Não é simplesmente um projeto para aulas isoladas e específicas, o tema do enfrentamento à violência sexual na infância não é um assunto para uma só atividade, para um só momento. São ações presentes no cotidiano e rotina da instituição, que dividem momentos de cuidado e momentos de educação, que não deve fragmentar processos e crianças.

Considerando as especificidades da educação infantil, a interdisciplinaridade, o olhar atento do professor para um cuidado não só assistencialista, mas pedagógico, o tema do enfrentamento à violência sexual de crianças pode ser trabalhado transversalmente dentro de uma rotina com as crianças, considerando a indissociabilidade do educar e cuidar dentro de uma prática pedagógica relevante. Desde o momento do banho, que é uma atividade direcionada: na observação do corpo, ao ensinar como lavar e denominar as partes do corpo, inclusive as partes íntimas ou, por exemplo: uma contação de histórias, ou uma atividade específica sobre afetos e emoções na qual explorem seus sentimentos e aprendam sobre eles.

Até a relação cotidiana do professor-criança, que não deve ser hierárquica, mas de mediação, é necessário compreender os processos da relação de poder para não os repetir enquanto docente.

Para pensarmos um caminho efetivo para o enfrentamento da violência sexual na infância, mediado pelo professor de educação infantil, é necessário em um primeiro momento compreendermos sobre o desenvolvimento da criança e como mediá-lo, possibilitando ações significativas para o combate à violência sexual. Cada faixa etária exige uma reflexão diferente, cada uma delas se encontra em um momento específico do desenvolvimento humano. A elaboração de atividades pedagógicas e uma rotina da instituição que considera a faixa etária da criança, que a respeite enquanto sujeito de direitos e garantia do cumprimento desses direitos, poderá refletir em uma prática pedagógica combativa em relação à violência sexual que se faz presente na vida de tantas crianças.

## **Desenvolvimento infantil e as práticas pedagógicas<sup>1</sup>**

### **Crianças - 6 meses a 1 ano**

O desenvolvimento do bebê é a comunicação emocional direta: o choro, o sorriso, o balbucio, apesar de passivamente depender do adulto para o desenvolvimento da maioria de suas funções. Ao final do segundo e terceiro mês a passividade gradativamente se transforma em interesse, ocorrem novas manifestações da atividade receptora. O estado de vigília

<sup>1</sup> Para esse tópico utilizamos como referência Pasqualini (2010) e Martins, Abrantes e Facci (2020).

surge, com a manifestação da atenção a estímulos sensoriais. No início do período, predominam processos sensoriais e de percepção, ao final desse período prevalecem as impressões visuais e sonoras, o bebê tenta segurar objetos e tocá-los, são atitudes manuais, desenvolvimento do sensomotricidade. O papel do adulto é influência das necessidades, movimentar com a criança os objetos, sustentar nas tentativas do andar.

Sugestão de atividades:

Banho com espuma, momento para passar hidratante e óleo de banho no corpo, atividade com massinha e argila, a criança está conhecendo sensorialmente o seu corpo. Nesse momento o enfrentamento à violência sexual infantil se dará pela observação do corpo da criança, observação de marcas, permissão ou recusa para trocá-la, a troca de fraldas é um momento muito importante de enfrentamento, sempre avise a criança que a irá trocá-la, que está limpando o seu corpo, mostre a fralda, o lixo para onde vai, o lenço umedecido. Educação e cuidado não se separam. Não estimule a criança a beijar todas as pessoas no rosto ou abraçar (principalmente quando ela se nega, respeite a criança), deixe que ela aprenda em interação com seus pares e com você, professor, também respeitando o que ela trará de casa, o abraço, o beijo, afeto.

### **Crianças - 1 a 3 anos**

Atividade objetal manipulatória é a guia nesse momento, a criança desenvolve domínio das atividades instrumentais e desenvolve inteligência prática.

No primeiro ano de vida, o adulto é o centro da atenção da criança, ao fim do primeiro ano o centro da atenção passam a ser os objetos, que antes eram apresentados a ela e que agora ela pode alcançá-los, ou tentar alcançá-los sozinha. Com a ajuda da atenção, da memória e do pensamento, a criança começa a estabelecer relações entre os objetos.

De 2 a 3 anos é ampliado o vocabulário, cruzamento do pensamento e da fala, os objetos passam a ter seu significado social compreendido, o desenvolvimento da linguagem enquanto meio de comunicação produz uma nova forma de expressão da criança, ocorrendo uma reorganização da percepção infantil. Com a apropriação da linguagem a criança supera os limites sensoriais. Surge a consciência do outro e de si mesma.

Sugestão de atividades:

Geralmente nessa faixa etária há o desfralde, momento muito propício para ensinar a criança sobre seu corpo, o desfralde exige paciência e respeito pela criança. Permita que a criança não sinta nojo de seu corpo, não se sinta envergonhada por fazer o cocô ou xixi sem ser no vaso, é um processo, converse com ela, se alguma ação abrupta ocorre em casa, ofereça o conforto e espaço de conversa, um ambiente seguro para esse processo. Ao ensiná-la a se limpar, dialogue, pergunte se pode ajudá-la, pois o corpo é da criança, explique que está auxiliando para que ela fique limpa, só por esse motivo está tocando o corpo dela, que é uma parte íntima que não deve ser tocada para outros fins, promova também nesses momentos que a criança busque autonomia, que tente se

limpar, que saiba para que serve cada material de sua higiene pessoal.

Esse momento é importante para um olhar atento dos professores, para qualquer acontecimento que possa parecer incomum, machucados nas regiões íntimas, assaduras frequentes, medo da criança nos momentos de banho e troca.

O diálogo no banho também é uma atividade muito importante, que seja um banho pedagógico, converse sobre as partes do corpo, denomine-as com o nome científico: pênis, vulva, vagina, ânus. Muitas crianças trazem de casa apelidos para os órgãos genitais, o interesse nesse momento não é que elas deixem de falar apelidos denominados em outros espaços, mas que não sintam vergonha do corpo e que esse tema não se transforme em tabu, iniciar o diálogo sobre partes íntimas é muito relevante para o enfrentamento da violência sexual. Outro assunto que pode ser abordado no banho é que as partes íntimas não são lugares de crianças receber carinhos ou cosquinhas de outras pessoas. Ensinar a criança a se lavar, geralmente o banho é coletivo, observe as reações a ações da criança, se há alguma atitude suspeita: pode ser uma ação, palavras.

Lembrando que a criança irá reproduzir ou dizer o que viu ou ouviu, ou o que fizeram com ela, salientando que pode ter sido um vídeo, ou até mesmo ouvido alguém mantendo relações sexuais, isso não deixa de ser violência sexual.

Converse com a família, nessa idade geralmente a família mantém os cuidados com o corpo, conte que a escola está ensinando a criança a se lavar, ensinando a autonomia, para que a família não se assuste e possa também incentivar a autonomia da criança.

Outra atividade muito interessante para essa fase é o banho em bonecas, a criança irá reconhecer as partes do corpo delas, denominar as partes, questionar sobre as partes íntimas, vários diálogos podem surgir a partir dessa atividade.

A roda de conversa é um momento muito importante também, a criança está se apropriando da linguagem e precisa de um espaço acolhedor para se expressar, falar de suas emoções, compreender que pode ficar triste, que não precisa ser feliz o tempo todo, que sentir medo não é errado (o medo é um aviso para o corpo, podemos usar aqui livros literários que abordam a temática). Atividades que envolvem o sensorial do corpo também são pertinentes, pintura corporal, massagem, compreendendo os limites do próprio corpo e os limites do corpo do outro. Na roda, realizar combinados sociais para o grupo, para compreensão das próprias vontades e vontades do outro, entender o limite do outro.

Ressaltando que a roda de conversa pode ser realizada de muitas maneiras, com desenhos, com massinhas, com a dança, há muitas maneiras para a criança se expressar, acolhendo a singularidade das crianças do agrupamento.

### **Crianças - 3 a 6 anos**

Nesse momento a atividade guia é a brincadeira de papéis sociais. O interesse da criança passa a ser com o significado social das ações e dos objetos. Muitas brincadeiras advêm da realidade concreta das crianças, observar as brincadeiras principalmente nesse período é muito importante. Nessa etapa as crianças imitam a mãe cuidando de bebês, motoristas, donos de restaurante, ao observarem as ações, a imita-

ção vem de um lugar, de um contexto. Os professores, na observação dessas ações, tende a conhecer bastante dos outros contextos que não a instituição de ensino que permeiam a vida da criança.

Nessa faixa etária há desenvolvimento da atenção, memória, argumentação. A percepção, atenção, memória, linguagem, pensamentos e sentimentos que formam na criança a habilidade de organizar o próprio comportamento, apreendem os motivos e com isso a tomada de consciência para a atenção voluntária.

Sugestão de atividades:

Roda de conversa sobre os sentimentos, muitas crianças, em virtude da criação resultante das relações de poder hierárquicas, compreendem que devem ser "crianças boazinhas", "não chorar", "obedecer sempre". A roda de sentimentos é um espaço para compreensão dos diversos sentimentos, e do direito das crianças senti-los, sentir tristeza, raiva, medo, frustração, elas podem desenhar, usar tinta ou outro material para esse momento. Realizar uma roda questionando como chegaram na escola, validar os sentimentos delas de tristeza, raiva, aprender a conhecer outros sentimentos como a frustração.

Realizar combinados sociais do grupo, que devem ser criados em coletivo para o cotidiano que considerem as relações com o outro, abordar consentimento, a possibilidade de a criança dizer não, a não invasão do corpo do outro seja com brigas ou brincadeiras, respeito pelo espaço do outro, dessa forma as crianças reconhecem também o seu espaço e seu tempo.

Atividade sobre o direito das crianças. Sugestão: contação de história do livro *O Direito das Crianças segundo Ruth Rocha*. As crianças poderão conhecer os seus direitos e também deveres enquanto criança. Podem escrever ou desenhar sobre qual direito elas não se sentem representadas, como gostariam de serem tratadas. Após a atividade, dialogar em roda.

Nessa fase poderá ser abordado sobre os carinhos benéficos e carinhos que não são benéficos. Novamente a literatura nos auxilia, as crianças nessa faixa etária se colocam no lugar dos personagens, a brincadeira, o jogo, o faz de conta são muito presentes. Livros sugeridos: *Não me toca seu boboca*, de Andrea Viviana Taubman, *Meu corpo, meu corpinho*, de Roseli Mendonça e Sidney Meireles, *O segredo de Tartarina*, de Cristina Fakumori. Pode ser realizada contação de história e posteriormente abrir um espaço para perguntas, confeccionar plaquinhas com sim ou não e no momento das histórias que aparecem toques benéficos ou não perguntar e as crianças levantarem as plaquinhas.

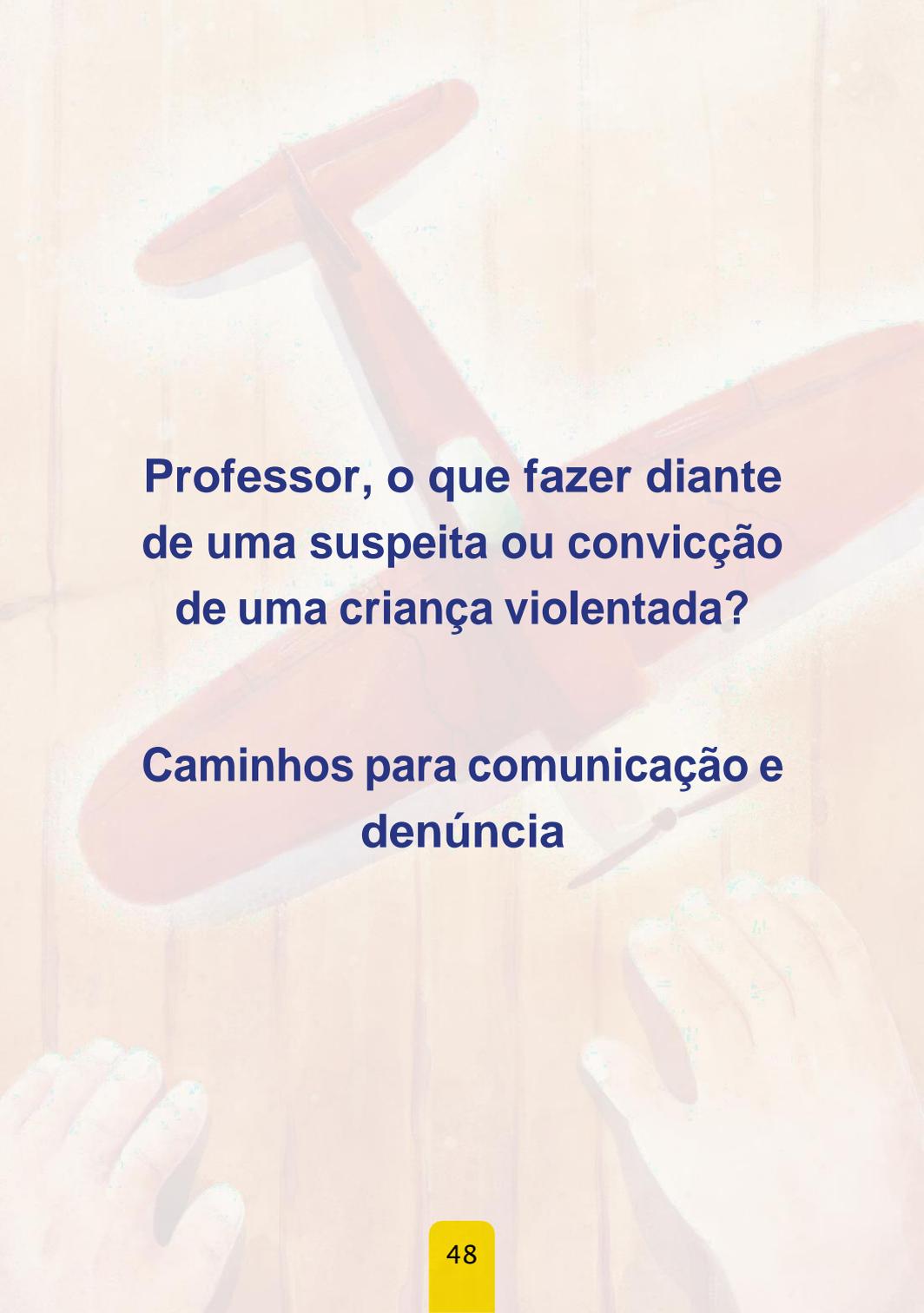
Os questionamentos das crianças devem ser acolhidos. Poderíamos sugerir outras atividades, mas a principal é uma escuta ativa para a criança, muitos espaços de educação infantil repetem a estrutura de relação de poder vigente em nossa sociedade, não adianta exercer várias atividades pedagógicas referentes ao enfrentamento da violência sexual na infância e não promover um espaço acolhedor para a criança, não promover um espaço no qual ela sinta que será ouvida e acolhida em suas dúvidas, questionamentos e, muitas vezes, medo.

Um espaço democrático é o exercício para uma educação que enfrentará a violência sexual na infância. O momento

do banho e higienização é muito importante para observação, marcas, roxos, incômodos, sangramento, qualquer sinal físico de violência pode ser percebido nesses momentos. Existem também os sinais não físicos, falas, desenhos, atitudes com outra criança, veremos no próximo capítulo sobre a comunicação e denúncia de violência sexual ou mesmo a suspeita.

**Observação:** nenhuma atividade precisa ser estritamente restrita para uma idade. Lembrem-se, são atividades guias, se adequem as suas rotinas, aos seus espaços, as suas realidades reais e concretas. Não se limitem a elas também.



The background of the page is a light-colored wooden surface with vertical grain lines. A wooden airplane model is positioned diagonally across the upper half of the page. At the bottom of the page, two hands are visible, one on the left and one on the right, appearing to be resting on the surface. The overall lighting is warm and soft.

**Professor, o que fazer diante  
de uma suspeita ou convicção  
de uma criança violentada?**

**Caminhos para comunicação e  
denúncia**

**É** necessário compreender que para ajudar a criança é preciso conhecer o processo de denúncia, como funciona, qual respaldo que você, professor e professora, terá. É difícil agir somente com a razão em um momento tão delicado e que mexe com as emoções, mas nesse momento a razão será sua melhor aliada, principalmente porque a parte mais fragilizada da história contará com a sua ajuda. Importante também ressaltar que tudo aqui é para muito além de um passo a passo, mas sim de uma consciência que saberá quando e como agir da maneira correta e mais eficiente para a vítima.

Os professores podem se preparar para oferecer os recursos necessários. É importante conhecer e reconhecer os direitos da criança, seus deveres enquanto professor, e os direitos que o asseguram enquanto docente que fará a denúncia ou comunicação da criança violada ou suspeita de violação sexual.

A escola faz parte de um dos órgãos que irá compor o processo de denúncia, por isso é de extrema importância a formação dos professores e da instituição sobre esses processos de denúncias, como ocorrem, como devem ser feitos, quais os cuidados com a criança e também com a segurança do professor.

Para que haja um resultado satisfatório, professor, escola e demais órgãos que conheceremos a seguir precisam agir em conjunto e organicamente para o benefício e segurança da criança. O professor primeiramente precisa e deve receber suporte da instituição, bem como formação para lidar com tais demandas e reconhecimentos ante a problemática. De acordo com o artigo 245 do ECA:

Art. 245 do ECA - Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de Ensino Fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente. Pena: multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Documentos importantes em relação a políticas públicas sobre a violência sexual na infância e a ação de professores e áreas multidisciplinares sobre a denúncia compõem o compilado de escrita deste guia para os professores de educação infantil, sobre quais atitudes tomar em relação a uma suspeita ou certeza de uma prática de violência sexual contra uma criança da instituição onde exerce sua docência.

Primeiramente, gostaríamos de deixar explícitas as demandas e funções que cada papel desenvolve nessa etapa tão importante que é a descoberta, comunicação ao órgão especializado ou denúncia, pois o professor não pode tomar para si toda a responsabilidade e encargo que é da instituição, rompemos com aquela ideia romântica do professor super-herói capaz de salvar tudo e a todos: existem limites e possibilidades.

Dessa forma, compreendemos como atribuição do professor de educação infantil:

- ♦ Promover práticas pedagógicas para o combate e prevenção da violência sexual na infância.
- ♦ Buscar conhecimento sobre o assunto e estar atualizado sobre as leis em relação à proteção da criança.
- ♦ Ao suspeitar de um caso de violência sexual, deve com responsabilidade comunicar a equipe multidisciplinar da

escola (coordenação, direção, setor de psicologia) de maneira que não exponha a criança, encaminhar a notificação para a direção da escola e apoiar a criança durante o processo de denúncia, estando atento às mudanças ocorrentes, faltas na instituição, atitudes diferentes, ou outras ações.

- ◆ Deve acolher a criança, não fazer buscas constantes por detalhes em um vasto questionamento à criança. Lembre-se: o papel do professor não é o do policial, psicólogo ou investigador criminal, não faça com que a criança sofra revitimização e tenha que contar tantas vezes o que sofreu a muitas pessoas da instituição, é sofrer novamente. Não faça com que a criança seja estigmatizada no espaço escolar.

A escola é responsável por:

- ◆ Dialogar com o professor e buscar o contato com o conselho tutelar para apresentar a notificação.
- ◆ Entrar em contato com a família.
- ◆ Prestar auxílio ao professor.
- ◆ Prestar apoio à criança envolvida.
- ◆ Estar atenta ao que acontecerá nos próximos dias, repensar planos e ações que envolvam diálogos e ações sobre o tema da violência sexual na escola.
- ◆ Existe uma situação na qual a escola não necessita comunicar a família, que é quando ocorrem os sinais concretos e observáveis a olho nu. Lembrando que, de toda e qualquer forma, o conselho tutelar necessita ser acionado enquanto parte multidisciplinar da defesa da criança, a família pode ser responsável pela violência e fugir, comunicar apenas a família é um ato falho muitas vezes cometido pelas escolas.

Já o sistema de ensino é responsável por:

- ◆ Estruturar sistema de informações que registrem os casos de violência no sistema escolar.
- ◆ Apoiar educadores e gestores e escolas.
- ◆ Buscar diálogo com as outras entidades para que escola, conselho tutelar e demais entidades estejam em diálogo, para melhor proteção da criança.
- ◆ Especializar e qualificar professores para a atuação para o combate e prevenção à violência sexual na infância.

Salientando a função de professor, escola e sistema de ensino, podemos compreender melhor como o professor de educação infantil deverá lidar diante da problemática da suspeita ou mesmo certeza de uma vítima de violência sexual infantil.

Segundo os *Parâmetros Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* (SNDCA/MDH), existem protocolos específicos para menores danos, tanto no agir com a criança que se suspeita que haja sofrimento de violência sexual ou mesmo certeza, também nos procedimentos seguintes de denúncia e comunicação:

1. O percurso que se inicia com a identificação de sinais, com a revelação, ou com a análise do professor. A identificação pode advir de sinais no corpo (órgãos genitais machucados), de diálogos (falas sobre a ocorrência da violência), ou análises de atitudes suspeitas: faltas recorrentes, atitudes com os colegas (repetição da violência), linguagem suspeita (a criança não irá reproduzir um vocabulário ou ação que nunca viu ou ouviu antes).

2. Deverá ser realizado registro na unidade de ensino, pelo diretor ou vice-diretor da escola de ensino, lembrando que a prioridade não é coletar provas do crime, ou ter certeza absoluta da violência (professor, coordenador e diretor não são policiais, muito menos precisam buscar plena certeza de algo, a dúvida já pode ser uma sinalização para acionar o conselho), mas sim apenas obter as informações básicas para melhor decisão acerca de quais órgãos da Rede de Proteção deverão ser acionados para o mais adequado atendimento à vítima (feito de forma responsável, buscando a não revitimização da criança). Suspeitas fazem parte do processo de comunicação ao conselho tutelar. Salientando que qualquer órgão que tome conhecimento ou suspeita de ações de violência contra a criança deverá comunicar ao conselho tutelar, de acordo com o art. 13 do ECA, ou seja, a instituição de ensino possui essa obrigação, mesmo diante da suspeita. Aos outros órgãos caberá a investigação.

Nos processos de averiguação da violência ocorrida para a aplicação das medidas de proteção previstas no artigo 101, I a VII, do ECA, os conselheiros tutelares devem enviar esforços para buscar informações com os membros da família e, apenas quando for necessário, ouvir a criança ou adolescente, zelando para que os questionamentos se limitem àqueles necessários à aplicação da medida, deixando a oitiva sobre os fatos ocorridos para as autoridades competentes que conduzirão a investigação e o processo judicial (BRASIL, 2017, p. 22).

3. A escola precisa – cumprindo a determinação legal prevista no ECA – comunicar à família que tem como priori-

dade garantir a proteção da criança e que, se há evidência de violência sexual, deverá adotar iniciativas legais, entre elas, a notificação ao conselho tutelar. Mas quando deverá ser comunicado e quando deverá ser denunciado diretamente pela instituição? Salientando a importância das definições das funções e papéis desempenhados pelo professor, escola e instituição.

Quando houver sinais evidentes de violência, ameaça à integridade da vítima, risco de destruição de provas, flagrante de violência ou outros indícios que demonstrem a gravidade do caso, deverão ser encaminhadas imediatamente informações também aos órgãos de Segurança Pública ou, na impossibilidade, ao Ministério Público, para adoção de medidas cabíveis de investigação do caso e responsabilização do suposto autor da violência (BRASIL, 2017, p. 21).

Conjuntamente, as implicações e o impacto que a notificação pode ter na família e sua repercussão sobre a vida da criança. As situações vivenciadas no âmbito da escola devem ser compartilhadas com os outros órgãos do sistema de direitos, como o conselho tutelar, promotores e juízes, de acordo com a gravidade do caso. Para isso, dever-se-ia discutir, em várias frentes, como a escola deve participar e acompanhar a criança antes, durante e depois do depoimento especial, por exemplo.

- ◆ Notificação é entendida como ato de registro de dados em instrumento oficial, que são alimentados em sistemas de informação para fins de evidências epidemiológicas e de elaboração para políticas públicas.

- ♦ Comunicação é o ato de oficializar ao conselho tutelar e as autoridades competentes. Deve ser feita de forma imediata, por meio eletrônico ou por telefone, podendo haver exceções.

- ♦ Denúncia - dar confirmação de suspeita ou denúncia de violência às autoridades policiais ou outras organizações competentes, a fim de ter início inquérito para averiguações dos fatos relatados. Qualquer cidadão, podendo não ter relação direta com o fato, pode relatar a denúncia, que pode ser anônima. Existe o Disque 1000.

O professor é parte que compõe a equipe multidisciplinar de proteção à criança. Identificar, comunicar e denunciar são sua responsabilidade enquanto professor e cidadão. A escola deve estar em diálogo com o conselho tutelar, para que as relações estabelecidas ocorram de maneira fluida, escola e comunidade.

Retomo nesse momento um documento citado no início, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública”, de 2021, que ressaltou muitos problemas da pandemia, inclusive a importância da escola enquanto instituição importante para minimizar dados enfrentados sobre a questão da violência sexual de crianças e adolescentes. “Mas no aspecto específico da violência doméstica e/ou sexual, em suas diferentes formas, as escolas podem também ter um papel decisivo” (FBSP, 2021, p. 222). Considerando o retorno gradativo das escolas, precisamos, enquanto docentes, estar preparados e ter uma escuta ativa e ações concretas, receber e acolher as crianças e de fato recebê-las.

O guia será um norte para ações pensadas em conjunto e em coletivo, não esquecendo o ser complexo e individual que a criança é, que vive, que sente, que tem um contexto fora da instituição e necessitará das mediações do docente.

## Considerações Finais

O objetivo deste guia é trazer informações formativas para professores e professoras da educação infantil para uma atuação efetiva frente a situações de violência sexual na infância. As orientações pensadas necessitaram da contextualização histórica para compreendermos a estrutura que é a violência sexual infantil e o quanto enraizada está pelas relações de poder na nossa sociedade.

A partir da compreensão histórica e das relações de poder, entender a responsabilidade da atuação pedagógica fundamentada teoricamente em uma prática que não perpetue relações de poder, mas de mediação, também foi importante para então atingir os conhecimentos sobre a atuação frente à violência sexual na infância, pois são conhecimentos entrelaçados que juntos alcançam o propósito. Em seguida, partir para as discussões das ações concretas de comunicação e denúncia do professor, escola e instituição.

Anseio que este material contribua para sua formação e o oriente em ações precisas. Desejo que este tema possa ser amplamente discutido nas instituições, pois o estigma sobre ele é incoerente em relação ao número de casos ocorrentes.

## Referências

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. In: SAFFIOTI, H. I. B. *A síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989. p. 13-21.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (org.). Infância e violência doméstica e fronteiras do conhecimento. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes, um desafio recusado em São Paulo?* São Paulo: Cortez, 1993.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Infância e violência em família*. São Paulo: Iglu. 2001.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/a-constituicao-federal>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. ECA. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 1990. Disponível em: [httphttps://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca\\_1ed.pdf](httphttps://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf). Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico*. A análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Brasília. Ministério da Saúde, 2018. (v. 49, n 27).

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. *Parâmetros Intersectorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e*

*Adolescentes*. Brasília, Distrito Federal. 2017. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Parametros-de-Escuta.pdf>.

FBSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica>

KORCZAK, J. *Quando eu voltar a ser criança*. São Paulo: Summus, 1981.

PASQUALINI, J. C. *O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p 162-179.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero Patriarcado e Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIGARELLO, G. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

VIGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIOLÊNCIA sexual. 3. ed. São Paulo: Cenpec, 2012. Disponível em: [https://www.childhood.org.br/publicacao/Navegar\\_com\\_Seguranca.pdf](https://www.childhood.org.br/publicacao/Navegar_com_Seguranca.pdf).

MARTINS, L. M, FACCI, M. G. D. *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento a velhice*. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2020.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA  
MESTRADO

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão do trabalho não é de maneira alguma encerrar a discussão com esta pesquisa, principalmente por compreender a dinâmica do conhecimento e o problema estrutural que envolve a violência sexual infantil, a sociedade que envolve a violência sexual o poder emaranhado, as estruturas, as classes sociais, as questões raciais vigentes e principalmente o adulto centrismo. Infelizmente não é possível sanar o problema com uma só ação, ou uma pesquisa, pois existe a necessidade e relevância do tema dessa pesquisa para formação de professores e para comunidade, para atuação frente ao problema, mesmo está sendo profunda sua contribuição ainda é mínima diante do vasto emaranhado que é.

O conhecimento ora tomado como ponto de partida propicia também pontos de ressignificação, o trabalho é uma pequena contribuição diante a diversidade do fenômeno, o produto educacional disponibilizado gratuitamente para profissionais da educação é um direcionamento para que outras pesquisas, guias, estudos, produtos, continuem, pois o tema é vasto, profundo e escancara as mazelas de uma sociedade que precisa continuar lutando, resistindo, para que o direito das crianças não retroceda e não sejam esquecidos.

A investigação intitulada “*Educação Infantil Frente à Violência Sexual de Crianças: um guia formativo para professores*” teve como tema a atuação dos professores de educação infantil frente às ocorrências de violências sexual que ocorrem contra crianças em suas responsabilidades, teve o produto educacional *Guia para professores da educação infantil: precisamos dialogar sobre a violência sexual na infância*, como norteador do trabalho de pesquisa, principalmente por vincular-se ao mestrado profissional em ensino na educação básica. Motivou-se principalmente pela escassez de material formativo destinado especificamente para essa área e também pela necessidade do debate de um tema ainda tão estigmatizado pela sociedade, incoerente ser estigmatizado e ser tão realizado. A necessidade do debate dentro da comunidade científica adentrar nas escolas de educação básica com materiais acessíveis em uma linguagem acessível para os professores de educação infantil, mas também não perdendo a cientificidade do debate.

O motivo do produto educacional foi estabelecer um material acessível, gratuito para a escola campo de pesquisa e também para uma vasta comunidade de professores por meio de plataformas digitais, para que o conhecimento fosse viabilizado, como um guia que fornecesse orientação e também formação. Também disponibilizar em algumas bibliotecas o *Guia para*

*professores da educação infantil: precisamos dialogar sobre a violência sexual na infância para futuras pesquisas.*

A pesquisa realizada foi composta por múltiplas metodologias que se aliaram e se complementam para compor junto para a complexidade da investigação do mestrado profissional em ensino na educação básica, que para além da investigação enquanto cientistas, nos coloca enquanto produtores de um saber que retornará para educação básica.

Dessa forma, a investigação necessitou da pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica e revisão bibliográfica, da pesquisa documental para fundamentar a necessidade e criação do guia e também identificar elementos que o iriam compor, e a pesquisa empírica na escola campo com as professoras participantes com uma pesquisa-ação-crítica e a análise documental de Bardin para o processo de análise documental, isso alinhado a um método que foi o que deu sentido a pesquisa e não a fez perde-se a teoria de Marx a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa, (Netto, 2011, p. 21), a teoria que tem a realidade como fundamento.

A investigação bibliográfica foi fundamental na investigação, compreender a história da infância, e a condenação do crime de estupro e conceito de abuso e violência sexual, até que ponto era um crime. O recorte histórico foi primeiro realizado fundamento na relação de poder atravessada pela classe, pelo racismo, pelo patriarcado e pelo adultocentrismo, a autora Saffioti (1989, 2004) aprofundou o fenômeno de maneira a considerar as minúcias ocorrentes na sociedade, inclusive na sociedade brasileira, com a pedagogia da violência. A escolha desse viés teórico deu-se por abranger a totalidade da sociedade na causalidade das violências contra as crianças, que não é simplista e ocorre transversalmente, assim como os elementos sustentados pela a autora. Em relação aos conceitos específicos sobre vitimação e vitimização e outras especificidades da violência sexual infantil optou-se por Azevedo e Guerra (1988, 1989), justamente por trazerem a diferenciação das crianças vítimas de uma estrutura econômica e as crianças que aparentemente não sofrem violência sexual, mas vivem em estado de sítio com seu agressor muito próximo. As três autoras dialogaram no texto do trabalho de modo que suas perspectivas sobre o fenômeno se complementaram.

Para abordar o conceito de infância a escolha de Stearns (2006) deu-se devido esse realizar uma leitura sobre a infância em um aspecto mundial, considerando diversas civilizações nas suas singularidades, assim como em sua outra obra Stearns (2009) a história da sexualidade, também utilizadas na investigação.

Para tanto, especificamente recorreu-se a Vigarello, com uma obra clássica e muito importante sobre o percurso das violências sexuais. Importante ressaltar que a obra de Vigarello

(1988) e seus livros foram de difícil acesso, visto que na investigação bibliográfica a atenção para a historicidade era a intenção. Um trabalho árduo mais válido, cada leitura foi certificando os dados teóricos e complementando uma à outra. Essa obra foi muito importante pois fez um apanhado histórico relevante com dados específicos relacionados a tratos com as crianças em relação aos crimes de violências sexual desde a igreja a marcos legais.

Diante disso, ter uma fundamentação teórica consistente foi primordial para o desenvolvimento de todo o trabalho, principalmente alinhada ao método, para que o trabalho não se perdesse no meio do caminho, ou mudasse o seu objetivo, ou partisse para outras discussões, pois o fenômeno da violência sexual infantil é vasto, mesmo delimitado ao enfrentamento dos professores de educação infantil. A escolha, boa leitura, releitura, das obras da revisão bibliográfica foi primordial, as escolhas dos autores alinhados ao método também.

A pesquisa documental desenvolveu-se de maneira minuciosa para abarcar os documentos importantes e necessários para análise, justificou-se para a necessidade da construção do *Guia para professores da educação infantil: precisamos dialogar sobre a violência sexual na infância*, e estabeleceram-se parâmetros iniciais abrangentes para busca, conceitos que não poderiam faltar, qualquer caderno, cartilha, guia, manual, folheto, que abordasse violência sexual de crianças e adolescentes não precisaria especificamente ser destinado à professores, a busca foi realizada em periódicos, sites, ongs, plataformas digitais quaisquer, plataformas governamentais, devido a pandemia de covid-19 deveria também ser digital.

Análise documental de Bardin (2016) foi de grande importância para segunda fase de escolha de documentos. Compreender a análise de Bardin não foi simples, é um método. Não é apenas aplica-lo, mas considerar todas as suas nuances e desdobramentos e como ela se encaixa e se pode ou não se aplicar no trabalho. Com todo o respeito tratei-a como tal, não como ferramenta, mas como método que abarca ferramentas, a análise de conteúdo apenas um composto do todo que é a análise de Bardin. Para então compreender que a análise de conteúdo, compreender categorias. Houve estudo, principalmente para entender que no caso da análise documental categorial dos documentos necessitaria ser quantitativa e ter um corpus técnico alinhado com a fundamentação teórica para evitar parcialidade, preconceito, obviedade. Nesse sentido o corpus específico foi criado e os outros documentos foram escolhidos para a segunda fase de análise. Foi muito importante e relevante esse movimento a todo o momento em diálogo com o referencial teórico.

A pesquisa campo, que foi realizada em uma instituição de educação infantil de Goiânia da zona norte, em virtude da pandemia de covid-19 teve contato com as entrevistadas reduzido,

as entrevistas foram por meio de formulários. Algo muito interessante a ser observado foi à participação de todas as entrevistadas no primeiro momento. O questionário foi enviado para as 8 participantes dia 22 de setembro de 2020. Algumas participantes enviaram dúvidas perguntando se o questionário havia retornado respondido e a coordenadora durante alguns meses perguntou se havia mais alguma ação que elas poderiam desenvolver, a escola esteve fechada durante toda pandemia e retornou apenas em agosto de 2021.

O questionário também foi analisado a luz do método de Bardin (2016) na análise de conteúdo categorial, mas indutiva, pois as inferências foram feitas ao final, diferente da dedutiva. Entender a diferenciação das duas análises foi primordial, para compreender o real concreto da vivência das professoras, a realidade na qual estavam inseridas, para então pensar no macro e no produto educacional que possa alcançar realidades concretas e não apenas de análises documental, não que essas não foram necessárias para realização do trabalho, ambas se complementaram.

Na avaliação do *Guia para professores da educação infantil: precisamos dialogar sobre a violência sexual na infância* crítica ocorreu diferente do que havia sido planejado no início da pesquisa. O encontro virtual via GoogleMeet não pôde acontecer e a avaliação ocorreu por questionário via GoogleDocs, no primeiro questionário todas as envolvidas participaram, tiraram dúvidas participaram efetivamente. Nesse sentido, as respostas das participantes, no primeiro questionário, foram primordiais para a construção do produto educacional, um construto que partiu a priori da investigação documental e posteriormente das respostas dos questionários das participantes.

Portanto a primeira versão do guia foi enviada para as professoras avaliarem, das nove participantes, apenas cinco avaliaram. Não houve o encontro síncrono via Google Meet para avaliação do produto ou conversa final. Retomemos a reflexão sobre a pesquisa ação-crítica, que diante do cenário levantaram-se dúvidas sobre a valorização do seu processo com o grupo diante dos cenários, mas retomando Franco (2005) e as reflexões sobre o sentido e intencionalidade sobre a transformação sobre a prática e como ela ocorre na pesquisa ação-crítica, não esvaziada de si, em ações isoladas praticadas em um espaço, mas em uma pesquisa que irá considerar a voz do sujeito em sua totalidade, não apenas como registro, mas de modo que ela constitua parte da metodologia de pesquisa, na reorganização e auto concepção de sujeitos históricos, para que dessa forma se sustente uma reflexão crítica e se pense uma transformação e emancipação.

Dessa forma, houve uma pesquisa empírica ação-crítica na escola campo, às professoras foram ouvidas, suas vozes não foram apenas tabelizadas, mas consideradas para a escrita do

produto educacional que retornou para elas em primeira versão, foi avaliado por 5 dessas professoras e retornou em forma de livro físico e digital. Houve construto do conhecimento, reflexão e emancipação coletiva, ou seja, as pessoas não estão no mesmo lugar que estavam outrora, a pesquisa mobilizou pensamento, questionou, proporcionou a leitura com a primeira versão e também com a entrega do produto físico e digital para escola campo.

O objetivo da investigação que foi ampliar o debate sobre a importância do preparo do professor de educação infantil para lidar com o combate e prevenção à violência sexual na infância seja para instruir, denunciar e atuar nas diversas nuances de prevenção, na criação de um guia formativo para professores no enfrentamento e prevenção desta violência, foi alcançado pela produção do produto educacional, que será disponibilizado fisicamente gratuitamente em algumas quantidades para a escola campo, para as bibliotecas da Universidade Federal de Goiás, para a biblioteca do PPGEEB para a biblioteca do DEI-CEPAE-UFG e também a versão digital que será distribuída gratuitamente na plataforma Educaps, na plataforma da editora na qual foi publicado, na plataforma do PPGEEB e em diversas plataformas digitais para acesso gratuito de professores, visando à formação e orientação no que tange a temática da violência sexual infantil e os professores enquanto componentes de uma rede de proteção à infância.

Importante ressaltar que o contexto da Covid-19 ressaltou o acesso e procura à material didáticos e paradidáticos por meio das plataformas digitais, o ensino remoto emergencial na educação infantil e mesmo o EAD em muitas instituições afastaram as crianças das instituições por quase dois anos e em muitos casos dois anos inteiros, a disponibilização do material preparado durante essa pesquisa, busca minimamente preparar e sanar alguns questionamentos de professores para uma realidade já existente e que durante a pandemia de Covid-19 aumentou em relação a violência e que beneficentemente trouxe as mídias digitais como aliada a busca de materiais didáticos para os professores.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AZEVEDO, M.A e GUERRA, V.N.A. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. In: SAFFIOTI, H. I. B. **A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 13-21.
- AZEVEDO. M.A , GUERRA, V.N.A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.
- AZEVEDO. M.A , GUERRA, V.N.A. **Infância e violência em família**. São Paulo: Iglu. 2001.
- AZEVEDO. M.A , GUERRA, V.N.A. (org). Infância e violência doméstica e fronteiras do conhecimento. In: AZEVEDO. M.A e GUERRA, V.N.A. **As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes um desafio recusado em São Paulo?** São Paulo: Cortez. 1993.
- BARDIN.L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. 2016.
- BENEDITO. R. S. dos, ITAMAR B. G, GORETE . V. (orgs). **Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes**. Brasília: EdUCB, 2014. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf>.
- BENITES. A. **Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas**. Brasília, maio. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/a-constituicao-federal>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- BRASIL.ECA (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf). Acesso em 02 fev. 2021.
- CARAVIERI L. M. V, MAGALHÃES. J.S. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - No caminho da prevenção**. São Bernardo do Campo: Fundação Criança São Bernardo do Campo. 2007.
- CARAVIERI L.M. V, MAGALHÃES. J.S. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: compreender para prevenir**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro. 2017. Disponível em : <http://ficardebem.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/09/VIOL%C3%80NCIA-SEXUAL-COMPREENDER-PARA-PREVENIR-Profissionais-Petrobr%C3%A1s-Diadema.pdf>.
- CUNHA. M.L C.C. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos**

**concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional.** Brasília. 2021.  
Disponível:  
<https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**, 2 vols. Lisboa: Estampa, 1984.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, N. O Debate Contemporâneo das teorias pedagógicas. In: DUARTE, N , MARTINS, L. M (Org). **Formação de professores limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-49

FRANCO, M. A. S., (2005). **Pedagogia da pesquisa-ação. Educação e Pesquisa, São Paulo:** v. 31, n. 3, p. 483-502, set/dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3>. Acesso em: 04 set. 2020.

Governo do Estado de São Paulo. **A Escola contra o abuso sexual infantil: guia de orientação aos profissionais de ensino – identificar, acolher e não se omitir**. São Paulo: 2018. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-A-Escola-contra-o-Abuso-Sexual-draft-06.pdf>.

KORCZAK. J. **Quando eu voltar a ser criança**. São Paulo: Summus, 1981.

LUDKE. M, ANDRE. M. E. D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U. 2020.

MARTINS, L.M (Org). **Formação de professores limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-49.

MAX. K, ENGELS. F. Antologia: Educação Ensino e Marxismo. In: MARX. K , ENGELS. F. **A ideologia alemã**. 1845-46. São Paulo: Edições Iskra 2016.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar – O que é? Por que é? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretária de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico. **A análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Brasília Ministério da Saúde, 2018. (v. 49, n 27).

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Parâmetros Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília – Distrito Federal**. 2017. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Parametros-de-Escuta.pdf>.

Ministério Público do estado de Goiás. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes: Reflexões e abordagens**. Goiás, 2016. Disponível: [https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha\\_Violencia\\_Sexual\\_contra\\_Crianças\\_e\\_Adolescentes\\_MPG\\_O\\_TJGO.pdf](https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha_Violencia_Sexual_contra_Crianças_e_Adolescentes_MPG_O_TJGO.pdf).

NETTO. J. P. **Introdução aos estudos do método de Marx**. São Paulo: Editora Popular. 2011.

O Fórum Goiano de Educação Infantil. **Segunda carta aberta à população de Goiás posicionamento quanto ao retorno das atividades educacionais presenciais na educação infantil.** Goiânia. Janeiro, 2021. Disponível em: <https://forumgoianoei.files.wordpress.com/2021/02/2a-carta-aberta-forum-goiano-de-educaccca7acc83o-infantilversacc83o-final-jan.-2021-enviada.pdf>.

PASQUALINI, J.C. **O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin.** São Paulo: Editora Unesp, 2010, p 162-179.

AVELAR, M. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: CÁSSIO, F. (org). **Educação contra a Barbárie. Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** 1 ed. São Paulo. Boitempo. 2019, p. 75.

PRESTES, Z.R. **Quando não é a mesma coisa análise de traduções de Lev Semionovich . Vigotski no Brasil: repercussões no campo educacional.** 2010. 295 f. (Doutorado em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero Patriarcado e Violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

\_\_\_\_\_. (1997). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n. 2, São Paulo.

SANTOS, B. R. dos. **Guia de referência: Construindo uma cultura de prevenção à violência sexual.** São Paulo: Childhood .2009. Disponível em: [https://www.childhood.org.br/childhood/publicacao/Guia\\_de\\_Refere%CC%82ncia\\_4\\_Edic%CC%A7a%CC%83o\\_2020\\_PAG\\_DUPLA.pdf](https://www.childhood.org.br/childhood/publicacao/Guia_de_Refere%CC%82ncia_4_Edic%CC%A7a%CC%83o_2020_PAG_DUPLA.pdf).

SANTOS, B.R dos, IPOLITO, R. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1117>.

SOUZA, S. A. OLIVEIRA, M de. **A escola que educa, previne e protege: violência sexual contra crianças e adolescentes em debate.** Paranavai: Secretaria da Educação. 2016. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_ped\\_unespar-paranavai\\_alessandradesouzasilva.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_unespar-paranavai_alessandradesouzasilva.pdf).

STEARNS, P. N. **A infância.** São Paulo: Contexto, 2006.

STEARNS, P.N. **História da Sexualidade.** São Paulo: Contexto, 2019.

VIGARELLO, G. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

VIGOTSKI, L.S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

violência sexual. 3. ed. -- São Paulo: CENPEC. 2012. Disponível em: [https://www.childhood.org.br/publicacao/Navegar\\_com\\_Seguranca.pdf](https://www.childhood.org.br/publicacao/Navegar_com_Seguranca.pdf).

SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, S.A. **Violência de Gênero**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. (1990). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v 16, n.2: p 5-22.

## APÊNDICE

### Questionário para a coordenação da instituição

**1. Qual o seu gênero?**

Resposta: Feminino.

**2. Qual a sua idade?**

Resposta: 48

**3. Em sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós graduação) foi abordado algum tema relacionado ao combate à violência sexual na infância? De qual maneira?**

Resposta: Sim. Por meio de palestras e aulas

**4. Qual a sua concepção sobre a violência sexual na infância? Como ela mais ocorre?**

Resposta: Uma grave, triste e lamentável realidade que acontece por todo mundo e tem aumentado cada vez mais. Acredito que a maioria dos casos de violência sexual na infância ocorre primeiramente e em maior grau dentro da casa onde a criança mora (pais, padrastos) e segue pelo pelos outros parentes (avós, tios, primos...).

**5. Na sua concepção, qual o papel das instituições de educação infantil frente a violência sexual na infância?**

Resposta: No ambiente escolar será provavelmente o primeiro lugar onde a criança irá dá os primeiros sinais de que está sofrendo abuso sexual. A instituição escolar tem o papel e o dever de observar e acompanhar as crianças que apresentam algum sinal de abuso sexual e informar (denunciar) às autoridades e órgãos competentes para investigar, apurar os fatos e fazer cumprir a lei se caso for confirmado.

**6. Você já identificou ou tomou conhecimento de alguma criança da instituição em que já trabalhou que estava sofrendo violência sexual? Neste caso, quais medidas foram tomadas pela instituição?**

Resposta: Já teve caso de suspeita. Averiguamos os fatos, mas não ouve confirmação de abuso.

**7. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança? Se a resposta for sim, como?**

Resposta: Sim. Esse assunto é algo que me incomoda bastante, tenho me preparado na medida do possível lendo sobre o assunto, conversando com pessoas que atuam nessa área e também participando de palestras com profissionais que esclarecem e orientam com agir diante de uma suspeita ou confirmação de abuso contra uma criança. Na instituição em que trabalho esse assunto é algo tratado com muito cuidado e seriedade. No decorrer do dia em todos os momentos vejo oportunidade de observar e ouvir as crianças que ficam período integral na creche me proporcionando conhece-las melhor essa convivência diária me permite observar mudanças comportamentais, emocionais, etc. e diante de qualquer suspeita o caso será investigado com maior intensidade e sem hesitar os órgãos competentes serão informados sobre o fato.

**8. A coordenação toma alguma medida para capacitar os professores na prevenção e no combate à violência sexual na infância?**

Resposta: A equipe docente é constantemente orientada no sentido de observar mudanças significativas no comportamento das crianças e imediatamente informar a coordenação e direção para que juntas possam investigar se essa criança está sofrendo algum tipo de violência sexual. Existe um diálogo bem próximo da coordenação e professoras de orientação em relação aos possíveis sinais indicadores de que uma criança esteja sofrendo algum tipo de violência sexual.

**9. Você teria interesse em ler um material voltado para professores com a temática da violência sexual na infância? Para você, o que seria interessante ter nesse material? Qual tipo de discussão teórica ou orientações?**

Resposta: Sim. - Como orientar as crianças sobre esse assunto; - Como identificar na criança sinais de que ela está sofrendo algum tipo de violência sexual; - Como abordar ( conversar) com a criança para saber mais informações e identificar se de fato ela está sofrendo violência sexual; - Como agir (tratamento) com a crianças que sofreu algum tipo de violência sexual; - Como conversar com a família sobre o assunto considerando que um membro da família pode ser o agressor que esta violentando a criança; - Material de orientação para a equipe de professores e demais funcionários sobre violência sexual.

**Questionário para as professoras da instituição – Professora 1**

**1. Qual o seu gênero?**

Resposta: Feminino

**2. Qual a sua idade?**

Resposta: 38 anos

**3. Em sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós graduação) foi abordado algum tema relacionado ao combate à violência sexual na infância? De qual maneira?**

Resposta: Bem superficial, alertando que muitos profissionais da educação que identificam crianças que estão sofrendo violência sexual, destacando alguns comportamentos dessas crianças.

**4. Qual a sua concepção sobre a violência sexual na infância? Como ela mais ocorre?**

Resposta: Vejo que o contexto social a que a criança está inserida viabiliza sua exposição ao risco de sofrer esse e outros tipos de abuso

**5. Na sua concepção, qual o papel das instituições de educação infantil frente a violência sexual na infância?**

Resposta: A instituição identificando tal situação deve informar o responsável e órgãos competentes para darem suporte necessário para essa criança se recuperar ao máximo dos danos causados

**6. Você já identificou ou tomou conhecimento de alguma criança da instituição em que já trabalhou que estava sofrendo violência sexual? Neste caso, quais medidas foram tomadas pela instituição?**

Resposta: Já ocorreu de a criança se masturbar excessivamente, nesse caso a instituição chamou o responsável e diante da conversa onde não foi comprovado nenhum tipo de abuso orientou para que procurasse um psicólogo. Em outra situação a criança sofreu abuso dentro da escola por um colega bem maior no banheiro, a mãe esteve na instituição e os responsáveis da criança maior foram chamados e alegaram que a criança tem laudo, a preocupação da escola era preservar a imagem da criança e da escola abafando o caso e dessa forma não sei o desfecho.

**7. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança? Se a resposta for sim, como?**

Resposta: De forma limitada, como disse anteriormente o contexto social da criança muitas vezes nos impede, o que vejo como alternativa é passar o caso para os órgãos responsáveis e capacitados para intervir nesse tipo de situação. É uma situação que me choca e me sinto impotente para intervir na perspectiva de resolução do problema.

**8. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança da sua turma? Como?**

Resposta: Como pedagoga posso realizar um trabalho de orientação e prevenção com as crianças a fim de que percebam a violência e denunciem.

**9. Você teria interesse em ler um material voltado para professores com a temática da violência sexual infantil? Para você, o que seria interessante ter nesse material? Qual tipo de discussão teórica ou orientações?**

Resposta: Algo voltado para segurança da criança em procurar uma forma de delatar o problema já que observamos nos casos que conhecemos ser violências recorrentes por anos

## Questionário para as professoras da instituição – Professora 2

**1. Qual o seu gênero?**

Resposta: Feminino

**2. Qual a sua idade?**

Resposta: 31

**3. Em sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós graduação) foi abordado algum tema relacionado ao combate à violência sexual na infância? De qual maneira?**

Resposta:

Não.

**4. Qual a sua concepção sobre a violência sexual na infância? Como ela mais ocorre?**

Resposta: A violência na infância acontece geralmente no meio familiar.

**5. Na sua concepção, qual o papel das instituições de educação infantil frente a violência sexual na infância?**

Resposta: De extrema relevância, pois é lá que a criança demonstra aspectos para a descoberta da violência.

**6. Você já identificou ou tomou conhecimento de alguma criança da instituição em que já trabalhou que estava sofrendo violência sexual? Neste caso, quais medidas foram tomadas pela instituição?**

Resposta: Não.

**7. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança? Se a resposta for sim, como?**

Resposta: Sim, entrando em contato com o Conselho Tutelar.

**8. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança da sua turma? Como?**

Resposta: Sim, levando ao conhecimento dos gestores e depois com o Conselho Tutelar.

**9. Você teria interesse em ler um material voltado para professores com a temática da violência sexual infantil? Para você, o que seria interessante ter nesse material? Qual tipo de discussão teórica ou orientações?**

Resposta: Sim, seria interessante conter instruções de como lidar com essas situações, falas pertinentes com a criança e outros.

### Questionário para as professoras da instituição – Professora 3

**1. Qual o seu gênero?**

Resposta: Feminino

**2. Qual a sua idade?**

Resposta: 40

**3. Em sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós graduação) foi abordado algum tema relacionado ao combate à violência sexual na infância? De qual maneira?**

Resposta: Não.

**4. Qual a sua concepção sobre a violência sexual na infância? Como ela mais ocorre?**

Resposta: É um assunto de suma importância e que se faz urgentemente necessário um olhar diferenciado e um cuidado todo especial para que possamos de alguma forma combater essa terrível violência contra as nossas inocentes crianças. Com certeza, a violência sexual contra as crianças ocorre com muito mais frequência dentro do próprio meio familiar, infelizmente.

**5. Na sua concepção, qual o papel das instituições de educação infantil frente a violência sexual na infância?**

Resposta: Conhecer o histórico de vida da criança, sua família, com quem mora. Ter um olhar sensível para tais comportamentos estranhos em que a criança demonstra ou venha a demonstrar.

**6. Você já identificou ou tomou conhecimento de alguma criança da instituição em que já trabalhou que estava sofrendo violência sexual? Neste caso, quais medidas foram tomadas pela instituição?**

Resposta: Não.

**7. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança? Se a resposta for sim, como?**

Resposta: Não sei se de fato tenho todo um preparo adequado para essa situação, mas que eu faria alguma coisa, com certeza! Porque a minha vontade maior seria proteger essa criança.

**8. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança da sua turma? Como?**

Resposta: Ficaria abalada inicialmente. Mas também não ficaria sossegada se não fizesse nada. A princípio escutaria a criança, levava ao conhecimento da coordenação e direção para juntos tomarmos alguma decisão.

**9. Você teria interesse em ler um material voltado para professores com a temática da violência sexual infantil? Para você, o que seria interessante ter nesse material? Qual tipo de discussão teórica ou orientações?**

Resposta: Gostaria sim! Acho que é importante termos mais orientações de como perceber, agir frente ao um acontecimento desse, como também saber desenvolver um trabalho pedagógico dentro desse tema.

**Questionário para as professoras da instituição – Professora 4**

**1. Qual o seu gênero?**

Resposta: Feminino

**2. Qual a sua idade?**

Resposta: 37

**3. Em sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós graduação) foi abordado algum tema relacionado ao combate à violência sexual na infância? De qual maneira?**

Resposta: Sim, através de textos sobre os direitos das crianças e do ECA.

**4. Qual a sua concepção sobre a violência sexual na infância? Como ela mais ocorre?**

Resposta: Terrível, infelizmente com os mais próximos.

**5. Na sua concepção, qual o papel das instituições de educação infantil frente a violência sexual na infância?**

Resposta: Orientação sobre os cuidados que os pais e as famílias devem e ter e Orientar as crianças.

**6. Você já identificou ou tomou conhecimento de alguma criança da instituição em que já trabalhou que estava sofrendo violência sexual? Neste caso, quais medidas foram tomadas pela instituição?**

Resposta: Não.

**7. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança? Se a resposta for sim, como?**

Resposta: Sim. Levando à situação ao conhecimento da equipe diretiva para que se tome as providências.

**8. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança da sua turma? Como?**

Resposta: Sim. Tomando as medidas necessárias para se tratar de um assunto tão sério.

**9. Você teria interesse em ler um material voltado para professores com a temática da violência sexual infantil? Para você, o que seria interessante ter nesse material? Qual tipo de discussão teórica ou orientações?**

Resposta: Sim. Orientação

### Questionário para os professores da instituição – Professora 5

1. **Qual o seu gênero?** Feminino

2. **Qual a sua idade?** 38 anos

**3. Em sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós graduação) foi abordado algum tema relacionado ao combate à violência sexual na infância? De qual maneira?**

Resposta: Sim, foi abordado na disciplina de psicologia e algumas palestras e discussão em sala.

**4. Qual a sua concepção sobre a violência sexual na infância? Como ela mais ocorre?**

Resposta: No contexto no qual a criança é inserida pode favorecer a violência sexual.

**5. Na sua concepção, qual o papel das instituições de educação infantil frente a violência sexual na infância?**

Resposta: O papel da instituição é assistir a criança que apresenta comportamento suspeito por sofrer abuso, em seguida conhecer o histórico familiar e depois ser mediadora para órgãos responsáveis Conselho Tutelar) para tomar medidas cabíveis.

**6. Você já identificou ou tomou conhecimento de alguma criança da instituição em que já trabalhou que estava sofrendo violência sexual? Neste caso, quais medidas foram tomadas pela instituição?**

Resposta: Sim, já trabalhei em uma instituição que uma professora percebeu uma reação no momento do banho quando a criança foi lavar suas partes íntimas e disse que estava dodói, a professora perguntou porque estava doendo e ela relatou o que havia acontecido e o caso foi levado para a direção onde logo acionou o conselho tutelar e levou o abusador para a prisão.

**7. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança? Se a resposta for sim, como?**

Resposta: Sim, assistir a criança e levar o caso para os órgãos responsáveis.

**8. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança da sua turma? Como?**

Resposta: Sim, irei observar a criança no seu comportamentos suas reações e depois passar para a direção o que foi observado para ter um diálogo com a família e acionar o conselho tutelar.

**9. Você teria interesse em ler um material voltado para professores com a temática da violência sexual infantil? Para você, o que seria interessante ter nesse material? Qual tipo de discussão teórica ou orientações?**

Sim, acho que seria interessante ter esse material relacionado a violência sexual Como levar esse assunto para a família sem a instituição ser mal interpretada. Qual o papel do professor para ajudar essa criança amenizar seu sofrimento.

### Questionário para os professores da instituição – Professora 6

1. **Qual o seu gênero?** Feminino

2. **Qual a sua idade?** 41 anos

**3. Em sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós graduação) foi abordado algum tema relacionado ao combate à violência sexual na infância? De qual maneira?**

Resposta: Sim, o olhar minucioso do professor para a criança e suas dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais da educação infantil.

**4. Qual a sua concepção sobre a violência sexual na infância? Como ela mais ocorre?**

Resposta: É perceptível que infelizmente o ambiente familiar seria para proteger e cuidar das crianças, esse lugar tem si tomado um palco agravante para abusos contínuos e rotineiros na vida dos pequenos, durante esse período de pandemia da covid-19 e a necessidade do distanciamento social, as crianças passam a ficar nas tempos com seus responsáveis, passando assim ficar mais vulneráveis aos abusos sexuais.

**5. Na sua concepção, qual o papel das instituições de educação infantil frente a violência sexual na infância?**

Resposta: As instituições de educação infantil, precisam oferecerem cursos de treinamentos e orientações sobre o assunto para que os pedagogos possam identificar e ajudar através do conhecimento essas crianças. Como profissional é necessário ter um olhar criterioso para essa criança buscando descobrir o que ela está vivendo em seu lar ou fora dele.

**6. Você já identificou ou tomou conhecimento de alguma criança da instituição em que já trabalhou que estava sofrendo violência sexual? Neste caso, quais medidas foram tomadas pela instituição?**

Resposta: Graças a Deus nunca passei por uma situação dessa.

**7. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança? Se a resposta for sim, como?**

Resposta: Creio que como profissional e ser humano que sou a minha iniciativa seria denunciar as autoridades locais.

**8. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança da sua turma? Como?**

Respostas: Creio que ainda falta muito preparo. O único amparo que temos é a denúncia.

**9. Você teria interesse em ler um material voltado para professores com a temática da violência sexual infantil? Para você, o que seria interessante ter nesse material? Qual tipo de discussão teórica ou orientações?**

Resposta: Sim. Conhecimento nunca é demais só acrescenta para o nosso desenvolvimento profissional e intelectual. Creio que toda a abordagem em relação ao assunto irá enriquecer o conhecimento em sala de aula.

### Questionário para os professores da instituição – Professora 7

1. **Qual o seu gênero?** Feminino

2. **Qual a sua idade?** 44 anos

3. **Em sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós graduação) foi abordado algum tema relacionado ao combate à violência sexual na infância? De qual maneira?**

Resposta: Sim, por meio de seminários, dramatizações e textos.

4. **Qual a sua concepção sobre a violência sexual na infância? Como ela mais ocorre?**

Resposta: Violência sexual na infância é um tema de imensa preocupação. As crianças agredidas frequentemente não falam sobre, muitas vezes por medo, ou no caso das vítimas mais novas, por terem dificuldade de compreender que foram abusadas. Elas ocorrem em seu convívio familiar, encontra-se numa situação de completa vulnerabilidade e desamparo.

5. **Na sua concepção, qual o papel das instituições de educação infantil frente a violência sexual na infância?**

Resposta: Fica atento as sinais, como alterações no humor, tristeza, irritada, agressiva, ficar em alerta quando uma criança, inesperadamente, passa a rejeita um adulto sem motivo aparente. Eu como uma pessoa protetora, não me calaria perante tais casos de qualquer tipo de violência a qualquer ser que tenha vida. denuncia sim.

**6. Você já identificou ou tomou conhecimento de alguma criança da instituição em que já trabalhou que estava sofrendo violência sexual? Neste caso, quais medidas foram tomadas pela instituição?**

Resposta: sim. Em uma instituição que trabalhei, tomei conhecimento de um caso em que uma criança estava sofrendo violência sexual. as medidas que foi tomada pela direção foi acionar o conselho tutelar e uma pessoa da família da criança

**7. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança? Se a resposta for sim, como?**

Resposta: sim. Levaria o caso aos meus superiores. E em seguida faria uma denúncia ao conselho tutelar. Nas rodas de conversa procuro ensinar as crianças que nunca se deve manter um segredo a respeito da conduta de qualquer adulto sobre suas partes íntimas.

**8. Você se sente preparado para lidar e tomar medidas cabíveis diante do conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo alguma criança da sua turma? Como?**

Resposta: sim. Primeiramente dizer a elas que mesmo que não possam falar, o mais importante a ser feito é contar a alguém. Direi que acredito, nela não importa o que aconteceu e que não terá problemas por se abrir. Assim passarei confiança, segurança a elas.

**9. Você teria interesse em ler um material voltado para professores com a temática da violência sexual infantil? Para você, o que seria interessante ter nesse material? Qual tipo de discussão teórica ou orientações?**

Resposta: sim. Mais orientações sobre os sinais de abusos sexuais.. discussão em enfatize que os corpos das crianças pertencem a elas.. texto que nos orienta a explicar a s crianças as diferença entre segredos e supressas.

**Questionário de Avaliação do Produto Educacional - Coordenadora**

1. **O material formativo cumpriu com as expectativas?** Sim
2. **Se sentiu contemplada enquanto professora de educação infantil?** Sim
3. **Enquanto professora de educação infantil você sentiu falta de alguma informação ou dados importantes no material?** Não. Ficou excelente todas as informações foram abordadas
4. **Gostaria de que fosse acrescentado algo no material formativo?** Não

**Questionário de Avaliação do Produto Educacional - Participante 4**

1. **O material formativo cumpriu com as expectativas?** Sim

2. **Se sentiu contemplada enquanto professora de educação infantil? Sim**
3. **Enquanto professora de educação infantil você sentiu falta de alguma informação ou dados importantes no material? Não.**
4. **Gostaria de que fosse acrescentado algo no material formativo? Não**

#### **Questionário de Avaliação do Produto Educacional - Participante 5**

1. **O material formativo cumpriu com as expectativas? Sim**
2. **Se sentiu contemplada enquanto professora de educação infantil? Sim**
3. **Enquanto professora de educação infantil você sentiu falta de alguma informação ou dados importantes no material? Não, achei que os dados foi muito bem formativo, cumprindo todas expectativas.**
4. **Gostaria de que fosse acrescentado algo no material formativo? Não , está muito interessante.**

#### **Questionário de Avaliação do Produto Educacional - Participante 6**

1. **O material formativo cumpriu com as expectativas? Sim**
2. **Se sentiu contemplada enquanto professora de educação infantil? Sim**
3. **Enquanto professora de educação infantil você sentiu falta de alguma informação ou dados importantes no material? Não. O material estava bem esclarecido.**
4. **Gostaria de que fosse acrescentado algo no material formativo? Não . O material esta bem claro.**

#### **Questionário de Avaliação do Produto Educacional - Participante 7**

1. **O material formativo cumpriu com as expectativas? Sim**
2. **Se sentiu contemplada enquanto professora de educação infantil? Sim**
3. **Enquanto professora de educação infantil você sentiu falta de alguma informação ou dados importantes no material? É um material que trás informações que nos ajuda muito na nossa profissão. Achei esse material completo**
4. **Gostaria de que fosse acrescentado algo no material formativo? Não, pois é bom bem elaborado.**